



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

LISIANNE LIMA DE SANTANA

**NEGRAS, VELHAS, PESSOAS IDOSAS, EXPERIENTES E ESTUDANTES: um
estudo antropológico das vivências e resistências na Universidade Aberta à Terceira
Idade no Brasil**

GOIÂNIA
2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

LISIANNE LIMA DE SANTANA

3. Título do trabalho

Negras, velhas, pessoas idosas, experientes e estudantes: um estudo antropológico das vivências e resistências na Universidade Aberta à Terceira Idade no Brasil

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Lisianne Lima De Santana, Discente**, em 05/06/2023, às 16:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciana de Oliveira Dias, Professora do Magistério Superior**, em 05/06/2023, às 16:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3803223** e o código CRC **451041F5**.

LISIANNE LIMA DE SANTANA

NEGRAS, VELHAS, PESSOAS IDOSAS, EXPERIENTES E ESTUDANTES: um estudo antropológico das vivências e resistências na Universidade Aberta à Terceira Idade no Brasil

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás, sob a orientação da professora Dr^a Luciana de Oliveira Dias, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Antropologia Social.

Área de concentração: Antropologia social.

Linha de Pesquisa: Etnopolíticas, resistências e transformações epistemológicas.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Luciana de Oliveira Dias

**GOIÂNIA
2023**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

SANTANA, LISIANNE LIMA DE
NEGRAS, VELHAS, PESSOAS IDOSAS, EXPERIENTES E
ESTUDANTES [manuscrito] : um estudo antropológico das vivências e
resistências na Universidade Aberta à Terceira Idade no Brasil /
LISIANNE LIMA DE SANTANA. - 2023.
100 f.

Orientador: Profa. Dra. Luciana de Oliveira Dias.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de Ciências Sociais (FCS), Programa de Pós-Graduação em
Antropologia Social, Goiânia, 2023.

Bibliografia.

Inclui fotografias, lista de figuras.

1. Velhices. 2. Racismo. 3. Educação. I. Dias, Luciana de Oliveira ,
orient. II. Título.

CDU 572



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº 002/23-M da sessão de Defesa de Dissertação de LISIANNE LIMA DE SANTANA, que lhe confere o título de Mestre em Antropologia Social, na área de concentração Antropologia Social.

Aos quinze dias do mês de março de 2023, às 09:00 horas, na sala de defesas da FCS, realizou-se a sessão de julgamento da Dissertação de Mestrado de LISIANNE LIMA DE SANTANA, intitulada *NEGRAS, VELHAS, PESSOAS IDOSAS, EXPERIENTES E ESTUDANTES: UM ESTUDO ANTROPOLÓGICO DAS VIVÊNCIAS E RESISTÊNCIAS NA UNIVERSIDADE ABERTA À TERCEIRA IDADE NO BRASIL*. A Banca Examinadora foi composta pelas seguintes Professoras Doutoras: Luciana de Oliveira Dias (PPGAS/UFG - presidente); Luciene de Oliveira Dias (PPGAS/UFG - membro interno) e Vera Regina Rodrigues da Silva (Unilab - membro externo). A candidata apresentou seu trabalho, foi arguida pela Banca e respondeu às arguições. Ao final da arguição, a Banca Examinadora passou a julgamento em sessão reservada, pelo qual foi atribuído à mestranda o seguinte resultado: **aprovada**, devendo ser atendidas todas as recomendações de revisão feitas pela banca. Reabertos os trabalhos, a presidente proclamou os resultados e encerrou a sessão pública, da qual foi lavrada a presente ata, que vai assinada por ela e as demais integrantes da Banca Examinadora.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Luciana de Oliveira Dias, Professora do Magistério Superior**, em 15/03/2023, às 11:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciene De Oliveira Dias, Professora do Magistério Superior**, em 15/03/2023, às 11:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vera Regina Rodrigues da Silva, Usuário Externo**, em 15/03/2023, às 11:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3553246** e o código CRC **F27ED190**.

Referência: Processo nº 23070.010608/2023-19

SEI nº 3553246

LISIANNE LIMA DE SANTANA

**NEGRAS, VELHAS, PESSOAS IDOSAS, EXPERIENTES E ESTUDANTES: um
estudo antropológico das vivências e resistências na Universidade Aberta à Terceira
Idade no Brasil**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás, sob a orientação da professora Dr^a Luciana de Oliveira Dias, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Antropologia Social.

BANCA EXAMINADORA

Orientador(a)

Prof^a. Dr^a. Luciana de Oliveira Dias
Orientadora e Presidente da Banca (PPGAS-UFG)

Avaliador(a) Externo(a)

Prof^a. Dr^a. Vera Rodrigues
Membro Externo (Unilab)

Avaliador(a) Interno(a)

Prof^a. Dr^a. Luciene de Oliveira Dias
Membro Interno (PPGAS-UFG)

Avaliador (a) Suplente Externo

Prof^a. Dr^a. Chirley Rodrigues Mendes
Membro Suplente (UFNT)

GOIÂNIA

15 de março de 2023.

*“A arte da vida
Arte da vida é viver
Arte de viver é contemplar,
Arte de contemplar é perceber,
A arte de perceber é sentir;
A arte de sentir é ser!”*

Stael Kyanda Machado, (2022)

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo compreender a intersecção entre velhices, racismo e educação a partir das narrativas de vivências e de resistências de mulheres negras velhas, pessoas idosas, experientes, estudantes nas Universidades Aberta à Terceira Idade no Brasil. No excerto intitulado “envelhecer no Brasil” estão apresentados dados demográficos sobre envelhecimento no Brasil, as legislações relacionadas à velhice, discussão sobre o termo velho, idoso e terceira idade. Na parte do manuscrito nomeada de “Educação e Universidade Aberta à Terceira Idade” é contextualizada a origem da Universidade aberta à Terceira Idade e seu desenvolvimento no decorrer dos anos, no mundo. Finalmente, na última parte do texto são compartilhadas as “narrativas das vivências de estudantes 60+” em contextos educacionais específicos. Dessa forma, apresenta-se esta pesquisa por meio da netnografia, que não deve ser entendida como uma mera transposição do método etnográfico aos ambientes midiáticos e de relacionamento on-line, fazendo uso de uma espécie de acompanhamento dos atores sociais. Para esta dissertação, busca-se compreender as dinâmicas comunicacionais que permeiam as relações e interações, presentes no contexto de pesquisa, levando assim a uma redefinição contextualizada, da noção de tempo-espaço.

Palavras-chave: Velhices. Racismo. Educação.

ABSTRACT

This dissertation aims to understand the intersection between old age, racism and education from the narratives of experiences and resistance of old black women, elderly people, experienced people, students of Universities Open to the Third Age in Brazil. In the first chapter “Aging in Brazil”, demographic data on aging in Brazil, legislation related to old age, discussion on the term old, elderly and third age will be presented. In the second, “Education and Open University for the Elderly”, the origin of the University open to the Elderly and its development over the years in the world is contextualized. And in the third chapter, the “narratives of the experiences of students 60+ in specific educational contexts are shared. Thus, I present this research through netnography. According to Amaral et al (2009, p.34), they understand that netnography is not a mere transposition “from the ethnographic method to media environments and online relationships through monitoring of social actors” and mention “the communicational dynamics both between the observed objects and in the researcher-object relationship may differ mainly in relation to the notion of time-space.

Keywords: Old age. Racism. Education.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1 CAPÍTULO 1 - ENVELHECER NO BRASIL: OS DESAFIOS DE “CHEGAR PRA IDADE”.....	13
1.1 PASSADO E FUTURO DO ENVELHECER NO BRASIL.....	29
1.2 E AS MULHERES NEGRAS NO BRASIL?.....	37
2 CAPÍTULO 2 - EDUCAÇÃO E UNIVERSIDADE ABERTA À TERCEIRA IDADE. 41	
2.1 UNIVERSIDADE ABERTA À TERCEIRA IDADE NO MUNDO.....	47
2.2 UNIVERSIDADE ABERTA À TERCEIRA IDADE NO BRASIL.....	50
2.3 UNIVERSIDADE ABERTA À TERCEIRA IDADE EM GOIÁS.....	54
3 CAPÍTULO 3 - VIVÊNCIAS DE ESTUDANTES NEGRAS 60+.....	58
3.1 UNIVERSIDADE ABERTA À TERCEIRA IDADE: UMA OPORTUNIDADE PARA O ENVELHECIMENTO ATIVO.....	59
3.2 “PESSOA IDOSA, EXPERIENTE OU VELHA”: DIVERSAS DENOMINAÇÕES PARA A MESMA FASE DA VIDA INICIADA DESDE O NASCIMENTO.....	61
3.3 RACISMO: NO PASSADO E PRESENTE.....	63
3.4 SEXUALIDADE: NAMORAR NESSA IDADE?.....	68
3.5 PANDEMIA E TECNOLOGIA: ATUALIZAÇÃO DO ENVELHECER NA ERA DIGITAL.....	69
3.6 ABUSO OU CUIDADO?.....	71
3.7 GRUPO DE FOCO ONLINE – GIRASSOL E BEIJA-FLOR: ESTUDANTES 60+ EM BUSCA DA LUZ (EDUCAÇÃO) E NA LUTA PARA REDUZIR O INCÊNDIO (OPRESSÕES).	74
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	90
REFERÊNCIAS.....	95

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01	Mulheres Negras	80
Figura 02	Mulher negra beija-flor	81
Figura 03	Resistência sempre	82
Figura 04	O Recomeço diário	82
Figura 05	Não serei mais anônima	84
Figura 06	Autora da canção - Choro da África	85
Figura 07	Não sou Morena, sou Negra	86
Figura 08	O poder das narrativas	87
Figura 09	A linguagem corporal	88
Figura 10	Antes era anônima	88
Figura 11	Sinônimo de luta	89
Figura 12	Resiliência	90
Figura 13	Interlocutoras da pesquisa	91
Figura 14	Inspiração	95
Figura 15	Intergeracionalidade	96

INTRODUÇÃO

O Brasil é um país no qual as pessoas estão envelhecendo e, não têm sido desenvolvidos mecanismos de acolhimento para atender à população idosa, que ainda é vista de maneira pejorativa e, como consequência, têm tido seus direitos violados. Especificamente, quanto às mulheres negras e velhas podemos afirmar que sofrem discriminações acumuladas em decorrência de seu pertencimento racial e de gênero, o que no decorrer da vida, se agudiza em decorrência da velhice. As mulheres ainda estão mais expostas à privação de direitos humanos e não contam com programas governamentais eficientes na garantia do direito à educação e à saúde integral, afirma Prestes & Silva (2016). Diante deste cenário, a proposta deste trabalho é estudar a intersecção entre velhices e racismo, apreendendo as narrativas de vivências e de resistências, de mulheres negras velhas, estudantes das Universidades Aberta à Terceira Idade no Brasil, sobre a complexidade de suas existências e estratégias de sobrevivência.

Cabe ressaltar, que optar pelo termo “negras velhas, pessoas idosas e experientes”, respeitando a idade cronológica prevista no Estatuto da pessoa idosa brasileiro, que considera idosas as pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, surgiu da autodeclaração das mulheres presentes nesta pesquisa. Pontua-se, que a velhice na sociedade atual, está geralmente associada a aspectos negativos, como uma figura decadente, necessitada, dependente e, inútil. Assim, essas múltiplas expressões para a mesma fase da vida aparenta um certo temor em assumir a velhice. Conforme Motta (1997, p. 02), isso acontece porque:

[...] produziu-se uma imagem social do envelhecimento e da velhice tão desfavorável, que os idosos saudáveis e lúcidos – que não parecem constituir minoria! – não se reconhecem nela. Por isso, a conhecida contradição – na verdade, aparente contradição – expressa no fato de que frequentemente as pessoas declaram uma idade mais avançada, mas não se admitem velhos [...], ou reconhecem velhice apenas nos outros. Claro, quem iria se reconhecer nos estereótipos negativos que circulam por toda parte?!

Outra questão relevante a ser destacada, nestes momentos preliminares é que o uso do termo “idoso”, é mais aceitável socialmente. Imagino que ler as palavras “velhas, pessoas idosas e experientes” pode ter lhe gerado estranhamento, por isso a escolha para pensarmos o que significa ser velha? Afinal, toda “pessoa idosa” é velha. Assim, aprimorar os saberes sobre a velhice é contribuir para o enfrentamento das questões sociais que afetam cada vez mais pessoas, a considerar, além da idade cronológica, os valores e conceitos relacionados a ser velha na sociedade brasileira. A antropóloga Guita Debert (1998, p. 62), sinaliza que “não cabe ao antropólogo resolver um problema social, mas compreender como um problema social, é constituído e o conjunto de representações que orientam as práticas destinadas a solucioná-los.”

Para melhor entender, apresento ainda a expressão “terceira idade” que surge na década de 1970, quando foi criada na França a primeira Universidade para a Terceira Idade, sinalizando mudanças no significado da velhice. Nota-se, a necessidade da velhice ativa e participativa, pois se trata de uma fase da vida. Assim, o retorno às atividades educacionais é um caminho, concordando com Lisa Torres e Luiz Carrião (2017, p. 16) lugar de idoso também é na escola.

Como se constitui o lugar da velha negra também na sala de aula na condição de estudante? Quais são suas percepções e vivências narradas acerca do ambiente educacional? É importante que as interlocutoras desta pesquisa respondam essas questões. Uma vez que o impacto do racismo repercute na dificuldade da população negra em envelhecer com dignidade, justiça e dentro das recomendações para o envelhecimento ativo. Conforme, nos alerta Angela Davis (2016, p. 34), em muitos casos, [...] “a resistência envolvia ações mais sutis do que revoltas, fugas e sabotagens. Incluía, por exemplo, aprender a ler e a escrever de forma clandestina.”

Aliada à definição de Silvio de Almeida (2018, p. 33), também entendo que o racismo é estrutural em decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. É importante considerar, que na terceira idade, há opressões que se cruzam (velhice, gênero e racismo). À luz da concepção de Carla Akotirene (2018), entendo que interseccionalidade, é lugar de identidades e de subjetividades que está interceptado, por mais de um marcador social da diferença.

Nesse sentido, conhecer as vivências das negras estudantes velhas, é fundamental para refletirmos sobre o envelhecimento, educação e racismo. Dessa forma, foram abordados os pressupostos da netnografia, de origem qualitativa nesta pesquisa, que culminou na produção desta dissertação de mestrado. Pontua-se, que a netnografia utiliza o meio virtual para conhecer as culturas. E, conforme o entendimento de Daniela Versiani (2005, p. 85), [...] “etnografia são espaços comunicativos e discursivos através dos quais ocorre o “encontro de subjetividades”, é uma interação de subjetividades em diálogo. Sendo eu, uma mulher preta, minha subjetividade não ficaria anulada, bem como as minhas vivências se entrelaçam com as experiências das negras velhas estudantes das Universidades Aberta à Terceira Idade. Assim, a aproximação etnográfica, ao dialogar com o tema e as interlocutoras da pesquisa, evidencia lugares de poder:

Quando acadêmicos brancos reivindicam um discurso neutro e objetivo, eles não reconhecem o fato de que eles também escrevem de um lugar específico que, certamente, não é neutro, nem objetivo, nem universal, mas dominante. É um lugar de poder. Então, se meus escritos incluem emoções e subjetividade como parte do discurso teórico, eles, então, relembram que teoria é sempre localizada em algum lugar [porque] sempre é escrita por alguém. (KILOMBA, 2019, p. 58).

Assim, te convido a refletir sobre o racismo e velhice a partir das vivências de velhas negras estudantes das Universidades Aberta à Terceira Idade no Brasil. Atualmente, essas instituições se espalham por todo o país, existindo cerca de 200 programas em instituições públicas e privadas (PALMA, 2000). Refletir sobre o envelhecimento é investir no nosso futuro, é lutar por justiça social. Fundamenta-se ainda a necessidade da realização desta pesquisa devido ao crescimento do envelhecimento populacional, sendo uma questão que carece de discussões e produções acadêmicas, em especial, sobre as velhices das mulheres pretas brasileiras que existem e resistem numa sociedade machista, racista e patriarcal.

A dissertação é composta da seguinte estrutura: no capítulo primeiro “envelhecer no Brasil” tem o intuito de abordar dados demográficos sobre envelhecimento no Brasil, as legislações relacionadas às velhices, discussão sobre o termo velho, idoso e terceira idade. São desenvolvidas ainda algumas reflexões teórico-conceituais sobre raça, gênero e classe. Neste capítulo são apresentados dados estatísticos sobre as mulheres pretas e as velhices. A considerar que somos desiguais até no envelhecer, uma vez que os idosos negros representam apenas 7,9% das pessoas com mais de 60 anos do país; pardos representam 35,3% e brancos 55,1%, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No segundo, “Educação e Universidade Aberta à Terceira Idade” é contextualizada a origem da Universidade aberta à Terceira Idade e seu desenvolvimento no decorrer dos anos no mundo, especificamente a trajetória da Universidade Aberta à Terceira Idade no Brasil. Todo o trabalho de contextualização do campo, será feito sob a ótica da Antropologia em interface com a Educação. Assim, a Universidade Aberta à Terceira idade para Canôas (1985, p.41), surge opondo-se, às instituições asilares que, pelo seu caráter fechado e pelas regras preestabelecidas, levam os seus integrantes à perda da individualidade, do significado de seus valores e da sua própria identidade.

No terceiro capítulo são compartilhadas as “narrativas das vivências de estudantes 60+” em contextos educacionais específicos. O intuito é realizar uma descrição densa acerca dos efeitos do racismo, em perspectiva interseccional, na velhice de mulheres negras que retomam ao espaço de educação não formal. Serão compartilhadas suas histórias de resistências, a fim de possibilitar reflexões e trocas de saberes intergeracionais. O aumento da longevidade no Brasil nos convida, a aprender como é o envelhecer para as mulheres pretas.

Recorro ao poema “Ainda assim eu me levanto”, da poetisa, professora e ativista negra Maya Angelou, pseudônimo da norte-americana Marguerite Ann Johnson, publicado em Nova Iorque, em 1978, com o título original ‘Still I Rise’. Para reafirmar que vamos levantar, falar e escrever porque existimos e resistimos.

Assim, buscou-se interlocutoras das cinco regiões brasileiras, porém devido aos impasses no decorrer desta pesquisa, foi possível conhecer as narrativas das onze mulheres negras, velhas,

peças idosas, experientes e estudantes inseridas na educação não formal, vinculada as extensões universitárias de três regiões brasileiras, a saber apresento as interlocutoras residentes no nordeste: Carmosina, 67 anos; Celidivalva Pinto dos Santos, 78 anos; Denise Oliveira dos Santos, 68 anos; Edelzuita Nunes Barreto, 76 anos e Lourdes Cruz da Silva, 71 anos, Marinalva. Da região Centro-Oeste, Maria Helena Alves, 65 anos e Irma Liria de Fátima Queiroz, 69 anos. Da região sul, Adina; Sebastiana, 66 anos, Sirley, 65 anos.

A presente dissertação, que focou, sobretudo, no tocante a importância de discutir sobre as velhices de maneira heterogênea, bem como compartilhar sobre as ações desenvolvidas nas Universidades Aberta à Terceira Idade, tem sua importância justificada pela necessidade de ampliar as discussões sobre a temática, uma vez que o Brasil é um país em processo de envelhecimento. Além disso, a presente investigação não visa, em nenhum momento, ao esgotamento do tema estudado, ao contrário, sua realização e resultados obtidos poderão contribuir para pesquisas futuras.

1 Capítulo 1 - Envelhecer no Brasil: os desafios de “chegar pra idade”.

Em sociedades de formação ocidental, envelhecer assusta, por causa dos preconceitos e discriminações que fomentam as ideias de inutilidade na velhice. A certeza da finitude de todos nós, sempre foram tema abordados por filósofos, religiosos, pensadores, homens e mulheres de todos os tempos, de acordo com Myrian Barros (1998). Ao considerar o crescimento populacional, a velhice apresenta problemáticas, sendo atualmente discutida por diversas áreas de saberes.

A antropóloga Guita Debert alerta sobre os desafios de estudar envelhecimento por se tratar de uma categoria socialmente construída, fazendo-se, assim, uma distinção entre um fato universal e natural. E, apresenta a terceira idade, como uma criação recente das sociedades ocidentais. Sendo assim, a importância da construção da identidade do sujeito velho, bem como pesquisar o tema na perspectiva antropológica tem ampliado gradativamente e, se apresenta de maneira essencial, uma vez que o Brasil é um país em processo de envelhecimento.

Vale ressaltar, que ser uma pessoa velha, no Brasil, pode ser sinônimo de rejeição. A antropóloga Myrian Barros (1998, p. 115), menciona que os velhos não conseguem ter um lugar, tanto de um enfoque social quanto de um enfoque teórico. Muitos preconceitos foram criados relacionados à velhice. Um deles é que os/as velhos/as não aprendem e que não mudam mais, dissemina a ideia que essa fase da vida é inútil e, sem perspectivas. Por outro lado, há pessoas idosas que buscam a educação na velhice e, como ensina Ramos (2008, p.66), [...] “na tentativa de quebrar as barreiras sociais que os impedem de participar, com igualdade, do contexto social”. Assim, a educação é iniciada no nascimento e vai até o fim da vida.

Levando em conta, que desde 1960 a população brasileira tem aumentado, visto que, esse fenômeno, pode ser atribuído a diversos fatores, entre eles: o êxodo rural, os avanços tecnológicos e da medicina, o processo de industrialização e modernização, a queda das taxas de fecundidade e redução da natalidade, somando-se aos investimentos na busca pela melhor qualidade de vida. Em 1960, iniciou-se também, um trabalho pioneiro do Serviço Social do Comércio (SESC), voltado para pessoas idosas, em um cenário no qual até então, predominava, apenas o assistencialismo.

No Brasil, o Serviço Social do Comércio (SESC), elaborou as diretrizes para as primeiras universidades abertas à terceira idade, com cursos ofertados nos anos 1960. Alguns anos depois, começa o processo de criação de universidades, em nível nacional, com o propósito de contemplar a demanda de pessoas idosas, bem como formar recursos humanos na área de gerontologia, destacando-se o trabalho realizado pela Universidade de Santa Catarina, em 1982, a

partir da criação do Núcleo de Estudos da Terceira Idade (LIMA, 1999 apud ALENCAR & CARVALHO, 2009).

Entre as décadas de 1940 e 1970, o Brasil experimentou um processo de rápido incremento demográfico, em virtude de seu alto crescimento vegetativo (queda na taxa de mortalidade e elevada taxa de fecundidade). A população, passou de 41 milhões para 93 milhões de habitantes, com taxa média de crescimento de 2,8% ao ano, afirma, Carvalho (2003).

Nos países menos desenvolvidos como o Brasil, o aumento da expectativa de vida tem sido evidenciado, pelos avanços tecnológicos relacionados à área de saúde nos últimos 60 anos, como as vacinas, uso de antibióticos, de quimioterápicos, que tornaram possível a prevenção ou cura de muitas doenças. Aliado a estes fatores, a queda de fecundidade, iniciada na década de 60, permitiu a ocorrência de uma grande explosão demográfica. Dessa maneira Veras (2003), faz uma avaliação mais ampliada sobre a questão:

A queda da taxa de mortalidade e a redução da taxa da fecundidade, a partir da década de 1960, são dois determinantes básicos da transição demográfica caracterizada pela mudança de um nível alto de mortalidade e fecundidade para níveis mais baixos, o que altera significativamente a estrutura etária da população. No Brasil, ocorreu uma acentuada redução nas taxas de mortalidade, particularmente nos primeiros anos de vida. Entretanto, mais do que a diminuição da mortalidade, a explicação para o crescimento da população de mais de sessenta anos está na drástica redução das taxas de fecundidade, principalmente nos centros urbanos. [...] Do ponto de vista demográfico, não resta dúvida de que existe uma superposição em nosso país de uma população jovem de dimensão muito relevante, com uma população envelhecida igualmente expressiva, na verdade, o Brasil atual trata-se de um país jovem de cabelos brancos (VERAS, 2003, p. 8-9).

Estima-se, que enquanto a população, vive concomitantemente sob o reflexo dos índices de natalidade/fecundidade, apresentam uma redução significativa. Seguindo as projeções do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para o Brasil e o Estado de Goiás, a taxa de crescimento populacional tem diminuído, enquanto o índice de envelhecimento tem aumentado. O Estado de Goiás, por exemplo, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), documenta que a população em 2010, era de 6.003.78 de habitantes e, em 2017 atingiu 6.778.772 de habitantes, esses dados expressam o elevado crescimento da população. Para Veras (2004, p.150), diz que a queda da taxa de natalidade, a diminuição na taxa de fecundidade e, o aumento da expectativa de vida, farão com que a médio prazo, o número de idosos seja cada vez maior.

A Fundação Perseu Abramo, em parceria com o Serviço Social do Comércio – FPA/SESC, realizou pesquisa no Brasil em 2020 com 2.369 idosos (as), em todo país. Os resultados encontrados em relação ao trabalho e à escolaridade, citam que as pessoas idosas negras continuam trabalhando na velhice, mais do que as pessoas idosas brancas. Isso, pode significar

maiores dificuldades para a subsistência, exigindo a continuidade do trabalho, falta de acesso aos benefícios previdenciários ou assistenciais, dentre outros aspectos.

No tocante à escolaridade, as pessoas idosas negras, têm menor escolaridade, do que as pessoas idosas brancas. Esse dado, interfere em vários aspectos da vida e, é resultado das dificuldades de acesso à educação formal em idade apropriada. O número de analfabetos entre as pessoas idosas, ainda é representativo, pois o indicador, mesmo em queda nas demais faixas etárias, permanece alto para as idades mais avançadas, com diferenças entre gênero e raça.

Pontua-se, que “as mulheres negras permanecem na base da pirâmide social, sofrendo o peso de preconceitos e discriminações simultâneas, que não só as excluem de determinados espaços, pelo fato de serem mulheres, mas também as excluem de outras possibilidades, pelo fato de serem negras”, afirma o (IPEA, 2010, p.83). Entretanto, para as mulheres mais velhas os indicativos sociais são os piores, pois acumulam os impactos das desigualdades no decorrer da vida.

Ainda, de acordo com o (IPEA, 2010), apurou-se, que cerca de 80% de pessoas idosas negras, afirmaram utilizar o (SUS) Sistema Único de Saúde, como serviço de assistência à saúde. Ao passo que, entre as pessoas idosas brancas, esse percentual diminui para 10% aproximadamente. O número de pessoas idosas brancas, que possuem plano de saúde também, é maior do que, o de pessoas idosas negras.

Acrescenta-se, que no Guia Brasileiro da Terceira Idade, consta também que a população idosa está crescendo no Brasil, estima-se que o país atingirá cerca de 34 milhões de idosos em 2025 e, assumirá a posição de sexto lugar, quanto à população, mais idosa do mundo, . Entende-se que o idoso, conforme estabelece o art. 20 (Lei 10.471) do Estatuto da pessoa idosa:

O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

Importante citar que, em 2003, foi promulgado o Estatuto da pessoa idosa (Lei n. 10.741), o qual, consoante seu art. 1º, é destinado a disciplinar e regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

No Brasil, homens e mulheres acima de 60 anos representam aproximadamente 14,26% (2020) da população brasileira. As projeções para o ano de 2050, é que a expectativa de vida seja de 81 anos. As mulheres, seguindo uma tendência mundial, vivem mais do que os homens, sete anos em média, chegando aos 76 anos de idade, de acordo com o censo do (IBGE, 2010). Segundo o mesmo, em 2060 os idosos devem chegar a ser aproximadamente um terço dos brasileiros, cerca de 32,2% da população.

Cada vez mais, os idosos têm se tornado a pessoa de referência da família, ou seja, aquela responsável pelas despesas com habitação, como aluguel, condomínio, entre outros custos. A porcentagem de pessoas com mais de 60 anos que são referências na família, cresceu mais de 50% entre os anos de 2001 e 2015, tendo aumentado de 5,88% para 9,2%. Em 2020, 69% dos idosos no Brasil, viviam com renda mensal de até 2 salários mínimos. A pobreza nessa faixa etária é um desafio mais grave, na medida em que, em geral, aumentam os custos com o tratamento de problemas de saúde, cuidados especiais etc.

O gerontólogo Alexandre da Silva e colaboradores (2019), demonstram que pessoas idosas pardas e, principalmente, pretas, acumulam sistemáticos danos no decorrer dos ciclos vitais, culminando em maior exposição a fatores de risco, agravos à saúde e menor expectativa de vida. Sinalizo ainda, segundo Leão (2012, p.130), que “pardos historicamente compartilham uma situação socioeconômica parecida com a dos pretos, mas sistematicamente identificam menos discriminação racial do que esse grupo”. E, para Djamila Ribeiro (2018, p.117), [...] “é importante ressaltar, que a miscigenação muitas vezes louvada no país, também foi fruto de estupro cometidos contra mulheres negras”.

Assim, a combinação racismo e envelhecimento, das mulheres negras é percebido de modo singular, com impactos diretos sobre as suas velhices e, diz respeito às formas como essas mulheres serão entendidas no contexto das relações sociais. Então, de acordo com Motta (1999, p. 191), [...] “ser velho é uma situação vivida em parte homogeneamente e, em parte diferencialmente, de acordo com o gênero e a classe social dos indivíduos, em um grupo de idade ou geração”,

O Art. 230 da Constituição de 1988 enfatiza, que durante a velhice os cidadãos devem ter garantidos, por meio de políticas públicas, direitos que implicam em: dignidade, responsabilidade da família, da sociedade e do Estado. Os avanços no cenário brasileiro, introduzidos pela legislação como resposta de lutas coletivas colaboram para assegurar os direitos da população da terceira idade. Porém o Brasil carece de políticas públicas e estratégias para colaborar para o envelhecimento ativo, uma vez que gênero, questões socioeconômica e racial interferem na velhice. No Brasil, a população idosa é predominantemente feminina. Importante ressaltar, que até a instauração da Constituição de 1988, não existia nenhum dispositivo que assegurasse os direitos dos idosos, já que esta era uma problemática desconsiderada e, ainda pouco visível para uma sociedade considerada jovem, como a população brasileira.

Apesar, da maioria da população brasileira ser negra, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2012), demonstra que as pessoas negras, com idade acima de 65 anos, correspondem a 43,5% da população, enquanto a branca é de 55,3%. Este dado retrata, que a maioria das pessoas que adentram a velhice são brancas. Expressa, ainda o quanto o racismo

impacta, desde o nascimento até a velhice no país. Uma vez que, as condições de acesso aos direitos sociais são desiguais e, colaboram para a manutenção do racismo estrutural.

Outro aspecto relevante, é que os estereótipos relacionados à velhice, tais como: velha não serve para nada, é “coitadinha”, frágil, não apresenta discernimento, entre outros. Como afirma, Lisa Torres e Luiz Carrião (2017, p. 40), representa: [...] “o universo simbólico estereotipado do velho na sociedade e toda a força empreendida no conceito (obsoleto, antigo, muito usado, antiquado)”. Algumas pessoas, por se sentirem estigmatizadas, têm forte razão para negar o próprio envelhecimento.

Uma forte razão para a negação do próprio envelhecimento é a imagem negativa e pejorativa associada a velho/velhice. Velho é triste, problema, ônus, inutilidade; velhice é doença, incapacidade, dependência, perda, impotência. Velho é uma pessoa que atrapalha os outros, alguém que perdeu o direito à dignidade, à sobrevivência, à cidadania. “A imagem que a mídia difunde tradicionalmente é a de uma pessoa encurvada, de bengala, quase cega, surda e gagá”. (PASCHOAL, 2000, p. 41).

Podemos dizer, então que esses estigmas provocam no ser idoso/a, a perda de identidade social, ou seja, essa estigmatização contribui significativamente para que ele, incorpore a sua própria identidade, uma conotação negativa. Nesse sentido, Zagábria (2007, p. 34) registra que:

[...] o conjunto de representações e significados sociais criam e reforçam ideias, pensamentos e imagens dos velhos, atuando no processo de discriminação social da velhice, contribuindo para as mais variadas formas de exclusão e violência contra o segmento idoso presentes no cotidiano e na realidade social.

Além dos estigmas relacionados à velhice, existem também as lutas de pessoas mais velhas, que conseguem construir e reconstruir, a identidade na velhice, seja pelo esforço próprio, seja pela participação em grupos ou pelo maior acesso às políticas públicas. Assim sendo:

O protagonismo da pessoa idosa implica o fortalecimento das instâncias participativas na defesa dos direitos da pessoa idosa, pois o envelhecimento e a velhice são uma conquista da humanidade, necessitando-se desconstruir a velhice, como categoria social somente de perdas ou de doenças (FALEIROS; REBOUÇAS, 2006).

Somado a isso, a assistente social Edith Motta (1989, p. 35), aponta que: “o envelhecimento social é o caminho percorrido em direção à morte social e este é o total isolamento, a completa ausência de relacionamentos interpessoais” [...]. A sensação de inutilidade social e a solidão afetam a saúde mental das pessoas velhas, entender a solidão na ótica da pessoa idosa, possibilita erradicá-la ou reduzi-la a partir da promoção de atividades que assegurem envelhecimento ativo. Para Fernandes (2007), a solidão demonstra ser um grave problema para os idosos. O sentimento de solidão, pode propiciar um declínio da saúde mental e, estar ligado a quadros depressivos, como o consumo de substâncias ilícitas e tentativas de suicídio.

Todaro (2009) afirma, que o bem-estar e a aceitação social parecem estar sempre associados ao corpo belo e jovem. Dessa forma, Minó e Farias (2016), acrescentam que o envelhecimento, sobretudo para a mulher da sociedade contemporânea brasileira, é predominantemente, associado a um processo negativo, notando-se uma constante busca pela preservação da juventude. Para Minayo e Coimbra Júnior (2002), o envelhecimento é visto como um processo negativo, impregnado de estereótipos que impedem a construção de uma identidade positiva do/a idoso/a.

Os estereótipos podem colaborar para a exclusão dos/as idosos/as na sociedade, ao promover o seu isolamento:

Os estereótipos constituem a abstração em virtude da qual minha individualidade é alegorizada e transformada em ilustração abusiva de outra coisa, algo não concreto e não individual. Como forma influente de controle social, ajudam a demarcar e manter fronteiras simbólicas entre o normal e o anormal, o integrado e o desviante, o aceitável e o inaceitável, o natural e o patológico, o cidadão e o estrangeiro, os insiders e os outsiders, Nós e Eles. Tonificam a autoestima e facilitam a união de todos “nós” que somos normais, em uma “comunidade imaginária”, ao mesmo tempo em que excluem, expõem, remetem a um exílio simbólico tudo aquilo que não se encaixa, tudo aquilo que é diferente (FREIRE FILHO, 2004, p. 47-48).

Os modelos cristalizados de preconceito social são amparados na imagem corporal dos quais, não se espera vigor ou dinamismo, afirma Motta (2002, p. 43):

O corpo dos velhos é o corpo ‘diferente’, comparado – em desvantagem – com o modelo de corpo e beleza jovens vigente na sociedade, manipulável para se aproximar deste. Uma série de profissionais cuida desse aspecto: ‘alimentação saudável’, exercícios físicos, ainda mais eficazes se realizados ‘sob orientação especializada’ em academias ou com um *personal trainer*, dança de salão, moda mais jovem etc.

Assim, os preconceitos relacionados à velhice contribuem para que as pessoas se afastem e, desgostem desta fase da vida, pois são algumas vezes consideradas como inúteis. Compreender as transformações e respeitar as diferentes formas de envelhecer, portanto, são especificidades que tornam o envelhecimento diferente, para agentes distintos, cada um com sua própria maneira de envelhecer, não devendo generalizar a velhice como algo negativo (DEBERT, 2012).

Outro aspecto, a salientar é que a Organização Mundial da Saúde (OMS), no final dos anos 90 adotou o termo “envelhecimento ativo”, para o processo de otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida, à medida que as pessoas ficam mais velhas. E ainda, procura transmitir uma mensagem mais abrangente do que “envelhecimento saudável”, e reconhecer, além dos cuidados com a saúde, outros fatores que afetam o modo como os indivíduos e as populações envelhecem (KALACE; KICKBUSCH, 1997).

Segundo a Organização Mundial da Saúde, "o objetivo do envelhecimento ativo é fazer com que as pessoas percebam o seu potencial para o bem-estar físico, social e mental ao longo do curso da vida, e que participem da sociedade de acordo com suas necessidades, seus desejos e suas capacidades. Visto que, em um projeto de envelhecimento ativo, as políticas e programas que promovem a saúde mental e as interações sociais, são tão importantes quanto aquelas que melhoram as condições físicas de saúde.

Dessa maneira, a distinção entre velhice e patologia e, a possibilidade de reduzir as incapacidades em idosos, através da oferta de serviços de saúde e, de bens essenciais à vida, foi afirmada no Brasil, ainda nos anos 90, pela Declaração de Brasília sobre Envelhecimento:

O envelhecimento é um processo normal, dinâmico, e não uma doença. Enquanto o envelhecimento é um processo inevitável e irreversível, as condições crônicas e incapacitantes que frequentemente acompanham o envelhecimento podem ser prevenidas ou retardadas, não só por intervenções médicas, mas também por intervenções sociais, econômicas e ambientais (BRASIL, 1996, p. 1).

Para envelhecer de forma saudável, segundo Vasconcelos (2007, p. 440), tem como base “o desenvolvimento das potencialidades individuais, a motivação para conhecimentos e atividades sociais, estimulando, dessa forma, a capacidade de decisão e controle mental.” Em concordância com Clarisse Peixoto (1998), existe, nos grupos de idosos e, em alguns setores da sociedade, o envelhecimento ativo, em que essa ideologia coaduna com independência, autonomia, mobilidade dos idosos e, esse se converte para uma nova etapa de vida, em que a ociosidade simboliza a prática de novas atividades, sob o signo do dinamismo.

Ao passo que, as concepções estigmatizadas sobre a velhice, os enquadramentos das pessoas velhas como inúteis, desprovidas de condições para participar, colaborar e pertencer, inferiorizam e excluem. Incurremos, ao perigo da história única que conduz ao conhecimento incompleto das histórias, uma vez que as histórias são importantes, como afirma Chimamanda Adichie (2015, p. 18):

As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada.

Diante disso, torna-se relevante, que as velhas negras contêm suas vivências sobre o envelhecimento, a fim de promover a diversidade nos estudos acadêmicos. Nesse contexto, Conceição Evaristo (2017, p. 13), afirma: “as histórias são inventadas, mesmo as reais, quando são contadas”.

Ilustrado no poema de Maria Carolina de Jesus (2018, p. 07) , [...] “eu disse: o meu sonho é escrever! Responde o branco: ela é louca. O que as negras devem fazer... É ir pro tanque lavar roupa”. Assim, as concepções de Conceição Evaristo (2017, p.13), dialogam com Maria Carolina, somado a isso cito, um trecho do poema de Cristiane Sobral (2010):¹

Não vou mais lavar os pratos. Nem vou limpar a poeira dos móveis. Sinto muito. Comecei a ler. Abri outro dia um livro e uma semana depois decidi. Não levo mais o lixo para a lixeira. Nem arrumo a bagunça das folhas que caem no quintal. Sinto muito. Depois de ler percebi a estética dos pratos, a estética dos traços, a ética.

Assim, do cruzamento das vivências e escritas das velhas negras estudantes 60+ , se propõe de maneira interseccional, compreender se os “pratos” ainda estão sob suas responsabilidades ou se a caneta os substituiu.

Ao considerar, que o aumento da expectativa de vida do brasileiro implica em uma série de fatores e impactos previdenciários, como a redução do valor da aposentadoria, por exemplo, a necessidade de um maior contingente de serviços a serem oferecidos a esta “nova” população, tais como médicos, estrutura hospitalar, transporte gratuito, moradia, emprego, educação, etc. Consoante Frank Schirrmacher (2005, p. 90) :

O dilema consiste naturalmente no fato de que os idosos estão ficando não menos, e sim mais numerosos, estão destruindo o sistema e despertando medos primitivos que há décadas pareciam ter morrido. Não é só a aposentadoria financiada por contribuições, que nada mais é do que um casco de garrafa que nos foi roubado por uma dessas pessoas idosas.

Recorro a Stano (2001, p. 156), para quem a velhice “é uma etapa da vida humana, marcada por mudanças biológicas, sociais e econômicas”. O envelhecimento é marcado pela classe social, pelas culturas, localidade e outros aspectos do desenvolvimento humano. De acordo com Nereide e Freire (2000, p.13), no Brasil, os termos maturidade, idade madura e meia-idade se sobrepõem, à expressão terceira idade, servindo para designar a faixa etária intermediária entre a vida adulta e a velhice. As diversas designações para falar da velhice indicam, o quanto é necessário combater os preconceitos e estereótipos, de ser velha no Brasil.

Como afirma Goldman (2001, p. 07), que ao se substituir o termo velho por idoso, se esconde o antigo velho sob nova roupagem. Neri e Freire (2000, p.14), consideram melhor utilizar os termos velho/a ou idoso/a para designar pessoas na velhice.

Opta-se, então por utilizar velhas para designar as mulheres estudantes com sessenta anos ou mais. O termo “velha”, no Brasil, segundo Clarice Peixoto (2000), apresenta uma enorme

¹Disponível em: <https://www.geledes.org.br/nao-vou-mais-lavar-os-pratos-poesia-de-cristiane-sobra>. Acesso em: 10 out. 2022.

ambiguidade por ser um modo de expressão afetivo ou pejorativo, cujo emprego se distingue pela entonação ou pelo contexto em que é utilizado. Segundo a autora, o termo “velho” carrega um aspecto pejorativo, pois estaria associado historicamente a pessoas que não podem assegurar seu sustento, estando desprovidas de status social. Refletir é necessário, por isso que minha escolha pelo termo “velhas”, no título desta pesquisa, é intencional e, visa provocar inquietações sobre os significados de ser velha no Brasil, uma vez que compreendo as mulheres velhas como ancestrais, as que vieram antes e, prepararam o caminho para nós.

Mediante, ao exposto considero que o envelhecimento pode ser heterogêneo. Segundo Hayflick (1996, p.4), o envelhecimento não se dá no mesmo ritmo, tampouco se inicia ao mesmo tempo, nem tem os mesmos resultados para todas as pessoas, de uma mesma sociedade. A velhice, como afirma Neri e Freire (2000, p. 08), é um estado de espírito, portanto, possível de se evitar, mediante providências que mascarem ou escondam dos outros a verdadeira natureza dos idosos. Atualmente, a expectativa de vida aumentou e, para Ramos (2006, p. 16), estar bem [...] “é saber utilizar o potencial do complexo corpo-mente-espírito”.

Para Souza (2007, p. 12), o processo de envelhecimento é :

Entre todas as definições existentes, a que melhor satisfaz é aquela que conceitua o envelhecimento como um processo dinâmico e progressivo, no qual há modificações morfológicas, fisiológicas, bioquímicas e psicológicas, que determinam perda progressiva da capacidade de adaptação do indivíduo ao meio ambiente, ocasionando maior vulnerabilidade e maior incidência de processos patológicos, que terminam por levá-lo à morte.

Entretanto, Salgado (2007, p. 68) interpreta, o envelhecimento da seguinte forma:

Um processo multidimensional, ou seja, resulta da interação de fatores biológicos, psicoemocionais e socioculturais. Executando a razão biológica que tem caráter processual e universal, os demais fatores são composições individuais e sociais, resultado de visões e oportunidades que cada sociedade atribui aos seus idosos.

No Brasil, é necessário superar as repercussões negativas sobre o envelhecimento para que as pessoas possam acolher a ideia de velhice. Por sua vez, Medeiros (2022, p.41), entende que envelhecimento é uma etapa da vida que pode ser entendida e não negada, uma vez que, os velhos/as ainda, passam pelo processo de envelhecimento de maneira desigual, em nosso país.

Para Magalhães (1987, p. 15), as condições de vida das pessoas idosas na sociedade brasileira, passam por processos de mudanças aceleradas, nos quais a inovação tende a ocupar, o lugar da tradição. O envelhecer é diverso e, por isso é importante, a garantia de políticas públicas, com ações e caminhos que atendam, as demandas de um país envelhecido. Assim como, atentar-se as marcas da violência de gênero, como a homofobia, bem como o abandono familiar e institucional,

implicam diretamente na qualidade de vida dessa população, o que nos leva a pensar, de que maneira as políticas públicas em geral, voltadas para população idosa, contemplam ou não essas experiências (HENNING, 2017).

Compreender, que a velhice é uma fase da vida e, conhecer o processo de envelhecimento colabora para desmistificar esse período. Em se tratando das mulheres negras, o envelhecimento torna-se severo, considerando o aumento das desigualdades sociais, pela dificuldade em ter acesso, as políticas sociais. Pois ao analisar, historicamente desde a escravidão, as mulheres negras sofrem violências e desigualdades, que apresentam resquícios até hoje, na sociedade brasileira. Pensar sobre a velhice de mulheres negras, é considerar as opressões sofridas por estas.

No Brasil pessoas foram escravizadas durante 300 anos, o país é marcado pela cor, ou seja, faz-se necessário entender os prejuízos adquiridos, pelo processo de discriminação e racismo. Visto que, em 1888 com a promulgação da Lei Áurea que “aboliu” a escravidão no Brasil, teoricamente os negros (as) estariam livres, entretanto na prática não tinham trabalho, nem moradia e meios para sobreviver, de modo que, o “fim da escravidão”, neste momento foi apenas um marco histórico, implementado pela legislação vigente, mas que não teve resultados exitosos para as pessoas escravizadas, pois a desigualdade social e racial continuou e, perpétua até a atualidade.

Esse movimento é definido como “estruturas oficiais operam de uma maneira que privilegia manifestamente seus sujeitos brancos, colocando membros de outros grupos racializados em uma desvantagem visível, fora das estruturas dominantes e, isso é chamado racismo estrutural” (KILOMBA, 2019, p. 77).

Dessa forma, uma vez estabelecido, o mito da superioridade branca, demonstra sua eficácia pelos efeitos dos estilhaçamentos, pela fragmentação da identidade racial, que ele produz: o desejo de embranquecer (limpar o sangue, como se diz no Brasil) “é internalizado, com a simultânea negação da própria raça, da própria cultura”, (GONZALEZ, 2011, p. 73).

Esse sistema foi estruturado e sustentado por três pilares: escravidão, monocultura e o latifúndio. “Com o início da adoção do trabalho escravo africano, o colono europeu tomou a posse de dirigente e, tornou-se grande proprietário rural”[...] ,afirma (PRADO JÚNIOR, 1942, p. 24). Para entender a vulnerabilidade das mulheres negras diante da velhice, é importante destacar, como estas mulheres foram inseridas na sociedade atual. Angela Davis, em seu livro “Mulheres, raça e classe”, explica que:

O sistema escravista definia o povo negro como propriedade. Já que as mulheres eram vistas, não menos do que os homens, como unidades de trabalho lucrativas, para os proprietários de escravos elas poderiam ser desprovidas de gênero. Nas palavras de um acadêmico, ‘a mulher escrava era, antes de tudo, uma trabalhadora em tempo integral para seu proprietário, e apenas ocasionalmente esposa, mãe e dona de casa’. A julgar

pela crescente ideologia da feminilidade do século XIX, que enfatiza o papel das mulheres como mães protetoras, parceiras e donas de casa amáveis para seus maridos, as mulheres negras eram praticamente anomalias (DAVIS, 2016, p.16).

A mulher negra neste cenário foi subordinada a um sistema de dominação e opressão, demarcado por uma época de exploração sexual e do trabalho. Diante da luta e resistência aos castigos físicos, violência psicológica, do trabalho árduo e degradante na juventude, subentende-se que não era garantido a mulher escravizada qualquer sorte que lhe conferisse envelhecer no mínimo com condições de sobreviver na velhice, mesmo para aquelas submetidas ao trabalho doméstico. No livro *Eu, Empregada Doméstica: a senzala moderna é o quartinho de empregada*, Preta Rara lembra:

Porque ser empregada doméstica não é apenas limpar, mas e sim servir. E ser alguém inferior já está no imaginário coletivo da elite brasileira. É necessário romper os laços os laços dessa profissão que, infelizmente, ainda é um grande resquício de uma abolição não conclusa. Romper esses laços é um grande ato político. (RARA, 2016, p.4).

O Brasil, estruturalmente racista e sexista, impacta sobre a vida das mulheres desde o seu nascimento até chegar a velhice. Para Silvio de Almeida (2018, p. 53), “o racismo é parte de um processo social, histórico e político que elabora mecanismos para que pessoas ou grupos sejam discriminados de maneira sistemática”. Assim, uma pessoa não nasce branca ou negra, mas torna-se a partir do momento, em que seu corpo e sua mente são conectados a toda uma rede de sentidos compartilhados coletivamente, cuja existência antecede à formação de sua consciência e de seus efeitos.

Nilma Lino Gomes (2020), entende que o racismo imprime marcas negativas em todas as pessoas, de qualquer pertencimento étnico-racial e, é muito mais duro com aqueles que são suas vítimas diretas. O simbolismo de guerreira associado às mulheres negras, ao mesmo tempo em que honra a força delas, também corresponde a uma exigência contingente às adversidades e, uma necessidade a despeito de satisfações pessoais, o que as sobrecarrega de modo desigual. De uma perspectiva psicossocial, esse estereótipo, fruto das vivências, está acompanhado de comprometimentos psicológicos, adoecimentos e sofrimento psíquico (PACHECO, 2013).

As velhas negras são violentadas e excluídas na produção de conhecimento, uma vez que escrever é um privilégio da branquitude, que produz para si e sobre temáticas que colaborem para manutenção das estruturas vigentes. Vejamos:

A mulher negra, elemento no qual se cristaliza mais as estruturas de dominação, como negra e como mulher, se vê, deste modo, ocupando os espaços e os papéis que lhe foram atribuídos desde a escravidão. A “herança escravocrata” sofre uma continuidade no que diz respeito à mulher negra. (NASCIMENTO, [1975], 2018, p. 82).

A sociedade brasileira é racista e, a escrita é resistência. Conceição Evaristo (2017)² ressalta, que “Quando estou escrevendo e quando outras mulheres negras estão escrevendo, me vem à memória a função que as mulheres africanas – dentro das casas-grandes, escravizadas – tinham de contar histórias para adormecer a casa-grande. Eram histórias para adormecer. Nossos textos tentam borrar essa imagem. Nós não escrevemos para adormecer os da casa-grande, pelo contrário, é para acordá-los dos seus sonhos injustos”. isso é um citação: faltou páginas.

Envelhecimento e velhices não podem ser universalizados, ao contrário, a forma de vivê-los e percebê-los dependem de fatores biológicos, sociais, culturais, étnicos, de gênero, entre outros. Com relação à questão do gênero, Flávia Motta (1998), em consonância com o estereótipo dominante da cultura brasileira, parece determinar que a mulher, ao entrar na velhice, deixa de ser mulher para ser velha.

Segundo Rodrigues e Soares (2006), a abordagem do conceito do envelhecimento inclui a análise dos aspectos culturais, políticos e econômicos, valores, preconceitos e símbolos que atravessam a história das sociedades, por isso é um processo contínuo. Envelhecer no Brasil, sociedade estruturalmente racista e machista, acarreta nas mulheres negras velhas experiências de violação e falta de acesso aos seus direitos. Menezes explica:

O sentido de ser “velho” está ancorado nos valores políticos, sociais e culturais de cada sociedade, o que implica dizer que a concepção da velhice é (re) construída a partir do predomínio dos valores vigentes nos diferentes espaços temporais. Sendo assim, a forma que o idoso é visto pela sociedade é produto da externalização dos princípios arraigados nos integrantes do seio social. Neste sentido, majoritariamente, nos países de cultura Oriental, os idosos são reverenciados por serem dotados de prudência, de conhecimento acumulado e fonte de sabedoria, ao passo que na maioria dos países de cultura Ocidental, principalmente, no Brasil, a velhice se torna motivo de constrangimento, de vergonha e é rotulada de maneira pejorativa. (LEITE, 2012, p. 3).

Os dados supramencionados, demonstram que a maioria das pessoas que adentram a velhice são brancas. Pode-se considerar, ainda, que o aumento populacional de pessoas idosas decorre, dentre outros aspectos, das melhorias ocorridas ao longo do tempo em relação às condições de vida, sobretudo no que se refere ao acesso a serviços de saúde preventivos e curativos.

Como já visto, o avanço da tecnologia médica e a ampliação da cobertura de saneamento básico também são fatores a serem levados em conta, quando se pensa no aumento da expectativa de vida das pessoas. Mesmo com tais avanços na realidade brasileira, o fato de a população idosa apresentar maior índice de pessoas brancas, contrariando o percentual da população geral, aponta para as desigualdades sociais com impactos negativos para as pessoas negras.

Ao observar, toda estrutura de racismo e seu contexto histórico, pode-se analisar que os idosos negros atuais são minoria e, isso também é resultado da desigualdade racial no Brasil. A

² Disponível em: <https://tvbrasil.ebc.com.br/estacao-plural/2017/06/>. Acesso em: 13 abr. 2023.

população idosa brasileira, é em sua maioria branca, assim pode-se ponderar sobre o período escravocrata, quando a expectativa de vida negra variava em torno dos 19 anos. Ao imaginar uma linha tênue entre processos de envelhecimento entre brancos e negros, percebe-se a existência de uma variância e contraste considerável entre ambos, isso devido à estruturação coletiva dada naquela época, baseada em determinações realizadas pela cor da pele e, que se estende até os dias atuais (NOGUEIRA, 2011).

Na velhice, a pobreza, a baixa escolaridade e a desigualdade social são agravadas pelas discriminações sociais em relação à idade, e entre os negros (as) também pelo racismo, dificultando acessar os direitos previstos pela Constituição Federal de 1988, tais como: saúde, a proteção, educação, segurança, entre outros. O Nordeste tem os maiores índices de analfabetismo do país, e atinge principalmente as populações mais idosas, os negros (quase três vezes maior do que para a população branca), do sexo feminino, e os residentes nas áreas rurais; sendo que quase a metade dos analfabetos encontram-se entre os 25% mais pobres do país. E nesse contexto, observamos a exclusão de idosos dos projetos educacionais, com a falta de políticas direcionadas à velhice e ao analfabetismo, inclusive nas leis específicas, como a Lei Diretrizes Básicas da educação (LDBEN, 1996), e o Estatuto do Idoso Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.

No tocante ao gênero, as mulheres negras são mais vulneráveis ao adoecimento, além de serem vítimas do racismo e sexismo, são as principais vítimas das causas de mortalidade materna (hipertensão, infecção puerperal, aborto e hemorragia). Diferentemente dos homens, as violências não resultam necessariamente em óbito ou internações, mas repercutem, no perfil de morbidade (BRASIL, 2016). Ainda, nesta perspectiva estão mais expostas à privação de direitos humanos e, não contam com programas governamentais eficientes na garantia do direito à educação e à saúde integral (PRESTES, & PAIVA, 2016).

Kehl (2016) ressalta, que a adequação das mulheres ao padrão de feminilidade que ainda sobrevive hoje, faz parte do imaginário social moderno transmitido pela educação, pelos parentes, pelo senso comum, pela religião e também pela produção científica, que determina o que cada mulher deveria ser para ser verdadeiramente, uma mulher. Para Albuquerque (2013, p. 23-24) “As práticas cotidianas de gênero” [...] não estão determinadas nem pela genitalidade, nem pelos códigos de sexualidade. O gênero nem é natural, sendo uma criação histórica e cultural, nem está preso completamente a uma ordem dominante de prescrições.

Para Motta (1997, p. 16):

As condições de gênero tem sido absolutamente definidora da vida dos idosos, não apenas por constituir-se em dimensão fundamental da vida social e da análise mas sobretudo, no que se refere a geração porque homens e mulheres de mais idade, hoje, tiveram trajetórias de vida bastante diferenciadas, de acordo com prescrições sociais estabelecidas, no tempo social da juventude, para cada sexo em seu grupo de idade de

modo que as situações existenciais atingidas hoje, em grande parte apenas culminam as expectativas sociais postas em seus caminhos.

Ser homem velho ou mulher velha, tem suas diferenciações, [...] “sabe-se que, em uma sociedade, é melhor ser homem do que ser mulher, ser jovem do que ser velho, portanto, ser mulher e ser velha é duplamente desvalorizado” (SALGADO, 2002, p. 12).

A nossa sociedade civil [...] leva a aceitar a visão de que enquanto os homens de idade avançada são “durões, rudes e viris”, as mulheres estão “enrugadas”. Os cabelos brancos e a calvície que fazem os homens parecerem “distintos e muito atraídos”, mostram uma mulher em “decadência”. [...] que reforçam constantemente o poder que emana do patriarcado. (SALGADO, 2002, p. 11-12).

A feminização da velhice, ou seja, a predominância das mulheres na população idosa, traz consigo diversos fatores tanto para a própria mulher quanto para a família, uma vez que pode estar associada a um maior risco social e, ao mesmo tempo, a uma reestruturação do espaço relacional, por ser a mulher idosa importante elo para a rede de apoio familiar. Segundo Neri (2001), o envelhecimento traz riscos crescentes à mulher em termos de saúde, funcionalidade, proteção e integração social. Os riscos podem ser devido a fatores biológicos ou, ainda ao estilo de vida, histórico de saúde e doença, pobreza, baixa escolaridade e isolamento social, e as diferenças em oportunidades entre homens e mulheres.

Cabe retomar, que a análise sobre o envelhecimento da mulher negra nos dias atuais, passa pela compreensão de como historicamente, as mulheres escravizadas eram subordinadas ao sistema escravocrata de base patriarcal, de certo modo reatualizado com o acirramento de mecanismos, como exemplo, o racismo, o sexismo e o machismo, que se expressam na sociedade capitalista para manter os eixos de dominação e opressão de mulheres pobres e negras na condição de sujeitos subalternos. No entanto, o lugar que realmente é nosso, o de sujeitos de direitos como qualquer outra pessoa, que resiste e colabora para construção da sociedade brasileira. É notório, que o estado brasileiro por meio das políticas públicas, ainda não efetivou o direito da população negra envelhecer com dignidade, cuja materialização ocorre por meio do racismo estrutural e da discriminação racial, com consequências que refletem sobre a saúde e, à garantia dos direitos humanos da população negra.

Além da questão racial, Debert (2004) aborda sobre a: “dupla vulnerabilidade”, com o peso somado de dois tipos de discriminação – como mulher e, como idosa” (DEBERT, 2004, p. 140), ou seja:

Sendo a mulher em quase todas as sociedades valorizada exclusivamente por seu papel reprodutivo e pelo cuidado das crianças, desprezo e desdém marcariam sua passagem prematura à velhice. Essa passagem, antes de ser contada pela referência cronológica, seria caracterizada por uma série de eventos associados a perdas, como o abandono dos

filhos adultos, a viuvez ou o conjunto de transformações físicas trazidas pelo avanço da idade. (DEBERT, 2004, p. 140).

Nilza Santos (2016), constata que “o processo de envelhecimento para as mulheres negras pode reforçar desigualdades, pois, além da discriminação de gênero, raça e classe social (geralmente, pertencem às camadas sociais mais pobres da população), agrega-se uma outra dimensão: a idade” (SANTOS, 2016, p.47), como uma dimensão cronológica. A sociedade brasileira, ainda precisa discutir com afinco sobre a velhice como uma construção social da população, atentando-se os/as velhos/a na sua integralidade e singularidade, no contexto das relações sociais.

Assim, as mulheres negras, na velhice têm suas vidas carregadas de estereótipos, para além daqueles, comumente associados ao fenótipo, somam-se aqueles relacionados à idade, cujas atitudes e comportamento atingem a dignidade. Há várias formas de envelhecer e, como analisa (BEAUVOIR, 1990, p. 11), “nada deveria ser mais esperado e, no entanto, nada é mais imprevisto que a velhice”. Todos devem envelhecer com dignidade e qualidade de vida e, por extensão, que as mulheres negras velhas possam usufruir desse desejo e, que se tornem visíveis.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), no tocante ao envelhecimento de mulheres, a região Sul e o Sudeste obtiveram os maiores índices – com 47,7% e 39,8%, respectivamente (BRASIL, 2013). Em números absolutos, isso significa 10,3 milhões de habitantes do Sul e 25,4 milhões do Sudeste. O Centro-oeste é a terceira região com maior prevalência – 4 milhões de pessoas (37,5%), seguido do Nordeste e o Norte, com 36,3% e 32% dos habitantes – sendo 14 milhões de nordestinos e 3,4 milhões dos que vivem na região Norte.

A predominância da população feminina entre os idosos têm repercussões importantes, nas demandas por políticas públicas. Uma delas diz respeito ao fato de que, embora as mulheres vivam mais do que os homens, elas estão mais sujeitas a deficiências físicas e mentais, do que seus parceiros masculinos. Outra, refere-se à elevada proporção de mulheres morando sozinhas, 14% em 1998. Além disso, 12,1% moravam em famílias na condição de “outros parentes”. “Outros parentes” podem significar, em relação ao chefe do domicílio, mães, sogras, irmãs ou outro tipo de parentes. Em 1995, a maior parte do contingente feminino de “outros parentes” (74%) era formada por viúvas. É possível, que boa parte desse último grupo não tenha experiência de trabalho no mercado formal, seja menos educada, o que requer uma assistência maior tanto do Estado quanto das famílias.

Por outro lado, 45% das mulheres idosas eram viúvas. A viuvez tem sido apontada, em geral, como sinônimo de solidão. Segundo Peixoto (1997), a morte do cônjuge pode ser uma tragédia ou uma libertação. Debert (1999), pontua que, para as idosas atualmente, a viuvez significa autonomia e liberdade. Ao se considerar as várias categorias de estado conjugal e, com base nos

dados da Pesquisa Nacional Envelhecimento da População Brasileira, uma Contribuição Demográfica por Amostra de Domicílios (PNAD, 1995), observa-se, que o rendimento médio mensal das viúvas, só foi mais baixo do que o das solteiras, sendo que 10,6% das solteiras não tinham nenhum rendimento. Visto que, a proporção comparável de viúvas foi de 5,2%.

De acordo, com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), em 2016, a população brasileira era de cerca de 206 milhões de pessoas, sendo composta por um pouco mais de 101 milhões de homens (49,36%), e aproximadamente 104 milhões de mulheres (50,64%). E, esse processo continuará ao longo dos anos. Estima-se que, em 2030, teremos cerca de 113 milhões de mulheres (50,8%) e 109 milhões de homens (49,2%). Ou seja, estaremos diante de uma população que é majoritariamente feminina.

Como resultado, do processo de desigualdade de gênero e, em relação a expectativa de vida, existe uma proporção maior de mulheres, do que de homens nesse grupo populacional. As mulheres vivem mais do que os homens, outra característica deste grupo populacional, é que existe uma maior proporção de viúvas, do que em qualquer outra faixa etária. Um dos motivos que poderia explicar essa situação, é que por tradição, a mulher tende a se casar com homens mais velhos do que ela e, associado a uma mortalidade masculina maior do que a feminina, aumenta então, a probabilidade de sobrevivência da mulher, em relação ao seu companheiro. Simone assinala que:

[...] a velhice não é uma conclusão necessária da existência humana, apesar de que é uma verdade empírica e universal que a partir de certo número de anos o organismo humano sofre uma regressão. Ao final de certo tempo acarreta uma redução das atividades do sujeito, muitas vezes uma mudança de sua atitude em relação a si mesmo e em relação ao mundo. (BEAUVOIR, 1990. p.29).

A velhice é permeada de transformações, desse modo, ao refletir sobre o histórico desigual no qual a população negra se findou durante toda a vida, é indiscutível que seu envelhecimento também será vivenciado de maneira desigual (OLIVEIRA, 2016).

Segundo os dados da pesquisa “Idosos no Brasil: Vivências, desafios e experiências na terceira idade”, realizada em 2006 e, de iniciativa da Fundação Perseu Abramo (FPA), em parceria com o Serviço Social do Comércio (SESC), é na educação que se encontram, os maiores contrastes entre as pessoas na fase da velhice e, o restante da população, uma vez que, que quanto maior a idade, mais alto o número daqueles/as que nunca foram à escola.

Ao todo, 89 % das pessoas com mais de 60 anos, não passaram do ensino fundamental, 49% continuam analfabetos/as funcionais, 18% nunca frequentaram uma escola. A pesquisa, também, retrata a relação entre nível de escolaridade e renda, já que é visível o salto qualitativo entre aqueles/as que ganham mais de 10 salários-mínimos: 46% frequentaram o ensino superior, 21%

concluíram o ensino médio e, 15% fizeram cursos de pós-graduação. Os que nunca foram à escola e, os/as que tinham apenas o curso primário completo ou incompleto, são os/as de renda mais baixa (NERI, 2008).

A Universidade Aberta da Terceira Idade, surge como uma possibilidade de levar a educação para as pessoas idosas, permitindo a elas uma série de informações e contatos sociais, capazes de melhorar sua qualidade de vida. A educação é um caminho promissor para atingir esses fins. Para Oliveira e Scortegagna (2012, p. 03).

A educação se constitui como direito fundamental do idoso, e age como política, na medida em que propõe e possibilita meios para os avanços sociais, reconhecimento na velhice, preparação para o envelhecimento, capacitação para enfrentar a globalização, formação para o mercado de trabalho, enfim, permite que o idoso se considere capaz, integrado e articulado, melhorando sua qualidade de vida.

Nesse sentido, a velhice e a educação, precisam ter mais espaços de diálogos nesta sociedade em processo de envelhecimento, marcada pela desigualdade social e o racismo estrutural.

1.1 Passado e futuro do envelhecer no Brasil

De acordo com indicadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), o envelhecimento da população brasileira, aconteceu em meados do século XX, marcando o grande avanço na ciência do envelhecimento, produto da mudança ocorrida, não só no perfil demográfico, mas nas condições gerais da população, a urbanização das cidades, o êxodo rural, melhorias às condições sanitárias, as condições ambientais e demais fatores contribuíram para a expectativa de vida da população, a redução da mortalidade, a diminuição da fecundidade e natalidade.

As transformações sociais e políticas impactam no envelhecimento no Brasil, em 1930, o governo Vargas, sustentado por uma direção integradora entre a economia agroexportadora e industrial, passou a investir no processo de industrialização do país de forma mais contundente. O período entre 1937 e 1945, conhecido como Estado novo e ditadura Vargas, foi travestido com fortes contradições no interior do Estado. Em 1933, o governo criou os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPS), assumindo a coordenação, embora as instituições continuassem sendo organizadas por categoria profissional com serviços discriminados a partir de cada empresa (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

Nesta perspectiva, a Constituição de 1946, ainda retrocedeu em relação às pessoas idosas quando associa a garantia dos benefícios previdenciários “às consequências da velhice”, ao lado de morte, invalidez e doença, tratando os diferentes destinos como sinônimos. Ou seja, a velhice

continuava ligada a fragilidade, invalidez e incapacidade. Rezende (2008), afirma que nas primeiras décadas do Século XX, os aspectos relacionados à velhice tiveram destaque, principalmente pelos seus aspectos negativos, à medida que se exaltava a força física e, a capacidade para o trabalho, que se constituíam como requisitos essenciais à sua sobrevivência.

Ainda, conforme Rezende (2008), para os idosos da década de 30, a velhice adquire um maior significado, sendo vista sob a ótica social, demandante de assistência e atendimento das necessidades essenciais. Porém, a partir dos anos 1960, percebeu-se uma mudança na forma de se ver a velhice, em virtude das aposentadorias e pensões, através da adoção de uma nova política social. Assim, a proteção à população idosa continuou a ser definida nos marcos da assistência e da previdência, entretanto com maior sistematização e, organização pública das políticas ofertadas. Em 1974, a criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) centralizou as ações previdenciárias, em um só instituto e, na esfera do Estado, assumindo a assistência à pessoa idosa com o Programa de Atenção ao Idoso (PAI) (CAMARANO; PASINATO, 2004).

Entre os anos de 1940 e 1960, a população brasileira experimentou um elevado aumento do seu ritmo de crescimento anual. De acordo com Berquió (1999), em 1960, o ritmo anual de crescimento populacional começou a desacelerar. No ano de 1940, observa-se, que a média de crescimento anual de 1,49%, um percentual de 2,39% em 1950 e, de 2,99% em 1960. A partir de 1970, inicia-se o declínio das taxas de crescimento anual, no respectivo ano, a média é de 2,89%, 2,80% em 1980, 1,93% em 1990, 1,64% em 2000 e 1,17% em 2010.

A diminuição das taxas de fecundidade, que tiveram início nos anos de 1970 e, não pararam mais de reduzir desde então, podem ser associadas à introdução dos métodos contraceptivos orais no Brasil (IBGE,2008), com o início da urbanização e industrialização entre as décadas de 1950/60. Essas duas mudanças, teriam incorporado às mulheres ao mercado de trabalho. A diminuição da fecundidade, trouxe um movimento transformador na estrutura brasileira: o envelhecimento populacional. No Brasil, os reflexos do aumento de nascimentos entre 1940 a 1960 e, a diminuição da mortalidade a partir de 1940, seguido da redução da fecundidade iniciada, nos anos 1960.

No Brasil, foi a partir de 1980, que começaram a surgir com mais frequência, na área das ciências sociais, pesquisas que demonstrassem o crescimento da população idosa brasileira, apontando para importantes transformações, pelas quais, tem passado esta parcela da população (COUTRIM, 2021, p. 29). A realidade brasileira tem sofrido mudanças profundas no tocante ao envelhecimento, no passado um país jovem e, no futuro (ano de 2025), ocupará a sexta posição em relação à população, mais velha do mundo.

Até a promulgação da Constituição Federal em 1988, as ações governamentais tinham cunho caritativo e de proteção à população idosa. A população idosa não tinha direitos específicos e,

direcionados às demandas relacionadas à velhice, por vezes, ser velho/a era sinônimo de doença. Para Medeiros (2002, p. 41), envelhecimento é uma etapa da vida que deve ser entendida e, não negada. Para tanto, o desafio é encará-la como um tempo de possibilidades, de redeterminação da própria vida e, não como um tempo dirigido exclusivamente, à finitude.

Após, a Constituição Federal de 1988, os movimentos sociais de diversos segmentos passaram a lutar por legislações para o atendimento das demandas das pessoas idosas. O direito universal à saúde, foi conquistado pela sociedade e, reafirmado com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), por meio da Lei Orgânica da Saúde nº 8.080/90. Dessa forma, a família, a sociedade e o Estado, têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e, garantindo-lhe o direito à vida. O entendimento desse direito passa pelos princípios organizativos do SUS e, são reafirmados na Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispôs sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde e, sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área de saúde (FERNANDES, 2012).

Em 1989, a Associação Nacional de Gerontologia (AGN), realizou 4 seminários regionais e o seminário “O idoso na sociedade atual”, em Brasília, produzindo o documento “Políticas para a Terceira Idade, nos anos 1990”, que serviu de base para a formulação da Política Nacional do Idoso. No final dos anos 1980, início dos anos 1990, Conselhos Estaduais de Idosos são criados no Brasil e, em muitos municípios também.

Em 1990, é criada a COBAP (Confederação Brasileira dos Aposentados), reforçando o poder de negociação dos aposentados e, sendo reconhecida pelo Estado como representante legítima do segmento, politizando a questão do envelhecimento e, revelando ao país a forma como o governo tratava os aposentados e os idosos. Simões, diz que essa luta de cunho distributivista, que poderia ser considerada como uma luta corporativista, “adquiriu a inusitada dimensão de uma revolta dos velhinhos” (Simões, 1998), que mostrou a responsabilidade do Estado e da sociedade para com a população que envelhece.

Em 1994, foi promulgada a Lei 8.842 – a Política Nacional do Idoso, com o objetivo de garantir os direitos sociais conquistados na Constituição, assegurando aos idosos o exercício da cidadania, sem fazer qualquer menção às particularidades de classe, raça e gênero dentro do envelhecimento. Essa política assumia que o principal problema que poderia afetar o idoso, era perda de sua capacidade funcional, isto é, a perda das habilidades físicas e mentais necessárias para a realização de atividades básicas e, instrumentais da vida diária. Tomava como pressuposto, o princípio constitucional de que a família, a sociedade e o Estado, têm o dever de assegurar aos idosos todos os direitos da cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e direito à vida (BRASIL, 2006a).

Essa lei teve como principais articuladores as entidades civis, destacando-se a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e as entidades técnicas, como a Associação Nacional de Gerontologia (ANG), e a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG). A lei é composta de 22 artigos e, estruturada nos seguintes capítulos: capítulo 1 – Da Finalidade; capítulo 2 – Dos Princípios e das Diretrizes; capítulo 3 – Da Organização e Gestão; capítulo 4 – Das Ações Governamentais; capítulo 5 – Do Conselho Nacional; e capítulo 6 – Das Disposições Gerais. A finalidade da lei é assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade (art.1º).

A Política Nacional do Idoso constitui uma inovação na formulação de um paradigma de política para a pessoa idosa, definindo princípios que contribuem para a mudança da cultura e da superestrutura jurídico-política, conforme a CF/1988. Entre os princípios da lei, está estabelecido que:

- ✓ A família, a sociedade e o Estado devem assegurar ao idoso todos os seus direitos à cidadania com participação na comunidade e defender sua dignidade, bem-estar e direito à vida, conforme o art. 230, da CF/1988;
- ✓ O envelhecimento diz respeito à sociedade em geral;
- ✓ A discriminação de qualquer natureza contra o idoso deve ser combatida;
- ✓ A pessoa idosa deve se tornar protagonista na proposição e na destinação de políticas específicas;
- ✓ As diferenças sociais, econômicas e regionais devem ser consideradas na aplicação da política (BRASIL, 1994);

Segundo esses princípios, combinam-se as dimensões que asseguram os direitos e o exercício do protagonismo, ou a participação na definição de políticas de envelhecimento. Vale a pena destacar, que a PNI foi publicada no governo Itamar Franco e, regulamentada pelo Decreto no 1.948, dois anos e meio depois de sua promulgação, no governo Fernando Henrique Cardoso, já na ótica da reforma do Estado. Esta reforma, já estava avançada por meio do Plano Diretor, da Reforma do Aparelho do Estado, elaborado por Bresser-Pereira a convite do ex-presidente Fernando Henrique (BRESSER, 2000).

No Decreto no 1.948/1996, são estabelecidas as funções de cada órgão implicado na política social do idoso, numa ótica de competências gerenciais, cabendo ao então Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) coordenar essa política (Brasil, 1996). Ao Ministério da Saúde foi determinado garantir a assistência integral à saúde do idoso, inclusive domiciliar, em

articulação com os estados e os municípios, além de propiciar medicamentos e realizar a prevenção.

A Lei no 8.842/1994, regulamentada pelo Decreto no 1.948/1996, coloca a questão do envelhecimento e da velhice numa ótica transversal que diz respeito a vários ministérios, à família e à sociedade. Segundo Rodrigues (2001), esse decreto foi construído por representantes governamentais e não governamentais, ou seja, com a participação da sociedade.

Em 1997 foi a criação do Plano Integrado de Ação Governamental para o Desenvolvimento da Política Nacional do Idoso – PNI – (BRASIL, 1997) visou colocar em prática as ações estabelecidas pela política e, teve o intuito de desenvolver ações preventivas, curativas e promocionais no âmbito de políticas sociais voltadas à população idosa. Esse Plano de Ação foi composto por nove órgãos: Ministério da Previdência e Assistência Social; Educação e Desporto; Justiça; Cultura; Trabalho e Emprego; Saúde; Esporte e Turismo; Planejamento, Orçamento e Gestão e Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Em 1999, o Ministério da Saúde anunciou a Política Nacional de Saúde do Idoso (PNSI), determinando que seus órgãos e entidades relacionados ao tema promovessem a elaboração ou a readequação de planos, projetos e atividades na conformidade das diretrizes e responsabilidades nela estabelecidas (BRASIL, 1999).

Após essas discussões e ações, foi aprovado em 2003 no Brasil o Estatuto do Idoso (Lei nº10.741, de 1º de outubro de 2003), elaborado com intensa participação de entidades de defesa dos interesses dos idosos. O Estatuto do Idoso ampliou a resposta do Estado e da sociedade às necessidades da população idosa, ainda que não tenha dado clareza quanto aos meios para financiar as ações propostas (BRASIL, 2006a). Com a evolução do processo de descentralização e, municipalização das ações e serviços do SUS, o Ministério da Saúde, o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e, o Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (Conasems), pactuaram responsabilidades entre os três respectivos níveis gestores do SUS.

O Pacto pela Saúde (BRASIL, 2006), publicado em 2006, propunha a efetivação de acordos entre municípios, estados e governo federal para a reforma de aspectos institucionais vigentes, promovendo inovações nos processos e instrumentos de gestão do SUS. A implantação do Pacto pela Saúde, nas suas três dimensões – Pacto pela Vida, Pacto de Gestão e Pacto em Defesa do SUS –, visou proporcionar maior efetividade, eficiência e qualidade nas respostas do sistema de saúde, assim como redefinir responsabilidades coletivas por resultados sanitários em função das necessidades de saúde da população e, na busca da equidade social (BRASIL, 1997).

Como já dito, o Estatuto foi criado a partir da crítica em relação à falta de efetividade e não realização de inúmeras medidas de proteção e ações previstas na Lei no 8842/1994, que instituiu a Política Nacional do Idoso. A proposta de uma lei que trouxesse uma proteção específica ao

grupo de pessoas idosas (grupo social vulnerável), também foi formada, a partir da experiência social do Estatuto da Criança e do Adolescente. Assim, surgiram no Congresso Nacional dois projetos de lei de Estatuto do Idoso: o primeiro deles, em 1997, de autoria do deputado e, atual senador pelo estado do Rio Grande do Sul, Paulo Paim, cujas linhas mestras haviam sido elaboradas em conjunto com a Federação de Aposentados e Pensionistas do Rio Grande do Sul e, a Confederação Brasileira das Federações de Aposentados e Pensionistas. A segunda foi proposta em 1999, pelo então deputado pelo estado de Santa Catarina, Fernando Coruja.

Diante dessa mobilização social, foi organizado em Brasília um seminário sobre o Estatuto do Idoso, que contou com cerca de 500 participantes e, resultou em uma rica contribuição ao projeto do senador Paulo Paim, considerado o mais pertinente com os interesses dos idosos. Desse modo, somados todos esses esforços, o projeto foi aprovado, em outubro de 2003, após dois anos de tramitação no Congresso, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2004. Vale lembrar, que a Campanha da Fraternidade de 2003, realizada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), teve como lema o idoso. O Estatuto do Idoso, Lei Federal no 10.741, de 1º de outubro de 2003, possui 118 artigos. Pontua-se, ainda que em 2019, foi sancionado o Projeto de Lei nº 3.646/2019 que altera a Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso), para substituir, em toda a lei, as expressões “idoso” e “idosos” pelas expressões “pessoa idosa” e “pessoas idosas.”

Nesta perspectiva, é o Estatuto do Idoso que estabelece o direito à velhice, de forma bem explícita, colocando como eixo central a explicitação do direito à velhice, com deveres e obrigações da família, da sociedade e do estado. Assim versa o art. 3º dessa Lei: “É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária”.

Vale salientar que o Estatuto da Pessoa Idosa é muito mais abrangente do que a Política Nacional do Idoso, pois, o novo estatuto determina inúmeros benefícios e, garantias à terceira idade, além de instituir penas severas para quem desrespeita ou abandona cidadãos idosos, sejam masculinos ou femininos. Discriminar pessoa idosa, impedindo ou dificultando seu acesso a operações bancárias, aos meios de transporte, ao direito de contratar ou por qualquer outro meio ou instrumento necessário ao exercício da cidadania, por motivo de idade: Pena – reclusão de seis meses a um ano e multa. § 1º Na mesma pena incorre quem desdenhar, humilhar, menosprezar ou discriminar pessoa idosa, por qualquer motivo; § 2º A pena será aumentada de 1/3 (um terço) se a vítima se encontrar sob os cuidados ou responsabilidade do agente. (BRASIL, 2003, Art. 96).

Apesar do caráter inovador e, do avanço das leis, há muito a ser feito até que os direitos sociais das pessoas idosas sejam plenamente respeitados e, levados a sério. Conforme, assinala a Goldman et al (2000, p. 19):

Mesmo estabelecidos em instrumentos legais como nas Constituições, Códigos e Estatutos, os direitos sociais só se concretizam na prática. Em países pouco desenvolvidos como o Brasil, o aparato legal contempla os direitos sociais, mas a realidade desmistifica a letra morta da lei. O usufruto dos direitos sociais só pode ser garantido com a efetiva participação política da população através dos instrumentos de organização, de pressão e de denúncia.

Segundo Milnitzky, Sung e Pereira (2004, p. 60):

Com relação à cidadania, buscamos desenvolver questões sobre o desconforto causado pela discriminação, e suas razões, e pela falta de consciência da sociedade sobre os problemas e as particularidades vivenciadas pelos idosos. Discutimos, inclusive, se a própria existência de uma legislação específica voltada ao idoso não é um fator de reconhecimento do desrespeito a sua cidadania e dignidade ou, ao invés, é um instrumento necessário para que o segmento idoso consiga reivindicar a efetivação dos seus direitos, ou seja, o direito de ter direitos. Também, foram abordados os meios para que a situação atual de desrespeito ao idoso se modifique, dentre os quais, aspectos que envolvam o direito à informação e ao exercício da cidadania pelo idoso.

Em 2004, acontece a reorganização do Conselho Nacional de Defesa da Pessoa Idosa – CNDI – criado pela PNI como canal de representação nacional do idoso. Como resultado de toda essa mobilização e, organização de amplos setores da sociedade pela busca dos direitos sociais dos idosos, são criadas as Conferências Nacionais da Pessoa Idosa. A I Conferência Nacional da Pessoa Idosa – Construindo a Rede Nacional de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa – Renadi – foi realizada em 2006. Ainda, em 2006 é formulada a Política Nacional de Saúde do Idoso. Em 2009, é realizada a II Conferência da Pessoa Idosa – Avaliação da Renadi. Em 2010, foi criado o Fundo Nacional do Idoso. Em 2011, realizou-se em Brasília a, III Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, com o tema “O Compromisso de Todos por um Envelhecimento Digno no Brasil”. Cabe registrar que os Conselhos de Direitos podem ser definidos como:

[...] órgãos colegiados, permanentes, orientados pelo princípio da paridade, garantindo a representação de diferentes segmentos sociais, e tendo por incumbência formular, supervisionar e avaliar as políticas públicas nas esferas: federal, estadual e municipal. Constituem-se, portanto, espaços institucionais fundamentais para a construção democrática das políticas públicas e exercício da participação e legitimidade social [...]”. Os membros da área governamental – titulares e respectivos suplentes – que irão compor o conselho, são via de regra indicados pelo Chefe do Poder Executivo. Por outro lado, os membros da sociedade civil são representados por ONGs, associações, sindicatos, dentre outros.¹ É somente na Constituição de 1988 “que as políticas de previdência, saúde e assistência social foram reorganizadas e reestruturadas com novos princípios e diretrizes e passaram a compor o sistema de seguridade social brasileiro” (BOSCHETTI, 2010, p. 8). Após o complexo processo de lutas, referido anteriormente, do ponto de vista orçamentário, a Constituição Brasileira definiu o artigo 165, para os três níveis de governo, que a LDO [Lei de Diretrizes Orçamentárias] será composta pelo Orçamento

O número de brasileiros idosos de 65 anos ou mais, que era de somente 1,6 milhões em 1950, passou para 9,2 milhões em 2020 e, deve alcançar 61,5 milhões em 2100. O crescimento absoluto está estimado em 38,3 vezes. Em termos relativos, a população idosa de 65 anos ou mais, representava 3% do total de habitantes de 1950, passou para 9,6% em 2020 e deve atingir mais de um terço (34,6%) em 2100 (um aumento de 11,5 vezes no percentual de 1950 para 2100). Outro dado interessante, é que a população mais idosa será, de modo eminente, feminina. No ano de 2000, para cada cem mulheres idosas, havia 81 homens idosos; em 2050 haverá provavelmente cerca de 76 idosos para cem idosas. No grupo acima de 80 anos, estima-se que, em 2050, teremos duas idosas para cada idoso, de acordo com o IBGE.

Não diferente de outros Estados, Goiás também confirma este crescimento, da população, contabilizando 393.487 habitantes, ou seja, 7,1% da população (IBGE, 2005) o que representa conquista, proporcionada pelos avanços alcançados pela humanidade. Em Goiânia, o estudo da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo (SEPLAN 2002), complementado pelo Censo do (IBGE, 2010), demonstra que o crescimento de Goiânia foi maior que o esperado para uma população, que em 1940 possuía 48.166 mil habitantes e, em 2010, já atingia 1.301.892 mil habitantes. Em consonância, com a população geral do Brasil que o aumento apresentou maior evidência em 1940, onde essa população era de 1,7 milhões de 14,5 milhões e, em 2010 esse número, já ultrapassou o total de 20 milhões de habitantes.

No Brasil, somente no final de 2013, quase vinte anos após a PNI, é que aconteceu a primeira reunião da Comissão Interministerial do Compromisso Nacional para o envelhecimento ativo. O colegiado, criado por meio do Decreto no 8.114, de 30 de setembro de 2013, tem como objetivo mapear e planejar, as políticas públicas voltadas ao atendimento da população idosa no país, com termos de compromisso a serem assinados pelos governadores a fim de garantir os direitos da pessoa idosa conforme foram estabelecidos na Lei no 8.842/1994 (PNI).

Outro aspecto importante, é a proteção social, no âmbito da assistência social, implica, tanto a garantia de renda como de serviços especializados, conforme a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social e a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004). De acordo com a LOAS, em seu art. 2º, a assistência social tem dentre seus objetivos: “a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice” (inciso I) e “a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família” (inciso VI). Para efeitos da Lei considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa portadora de deficiência ou idosa, a família cuja renda mensal per capita seja inferior a 1/4

(um quarto) do salário-mínimo. (§ 3º do art. 20). Para inclusão no benefício, é necessário completar 65 anos, conforme o Estatuto do Idoso, de 2003.

Segundo a Política Nacional de Assistência Social (2004), entende-se por Proteção Social as formas “institucionalizadas que as sociedades constituem para proteger parte ou o conjunto de seus membros”. Sendo assim, como proteção social, a Assistência Social deve garantir as seguintes seguranças: segurança de sobrevivência (de rendimento e de autonomia); de acolhida; e de convívio ou vivência familiar:

A segurança de rendimentos não é uma compensação do valor do salário-mínimo inadequado, mas a garantia de que todos tenham uma forma monetária de garantir sua sobrevivência, independentemente de suas limitações para o trabalho ou do desemprego. É o caso de pessoas com deficiência, idosos, desempregados, famílias numerosas, famílias desprovidas das condições básicas para sua reprodução social em padrão digno e cidadã. Por segurança da acolhida, entende-se como uma das seguranças primordiais da política de assistência social. Ela opera com a provisão de necessidades humanas que começa com os direitos à alimentação, ao vestuário e ao abrigo, próprios à vida humana em sociedade [...] A segurança da vivência familiar ou a segurança do convívio é uma das necessidades a ser preenchida pela política de assistência social. Isto supõe a não aceitação de situações de reclusão, de situações de perda das relações. É próprio da natureza humana o comportamento gregário. É na relação que o ser cria sua identidade e reconhece a sua subjetividade. (PNAS, 2004, p. 31-32).

A proteção se vincula a um sistema de garantias de direitos, com participação da sociedade e dos sujeitos de direitos. Na Política Nacional de Assistência Social (Resolução CNAS Nº 145/2004), a proteção é definida como uma segurança de rendimento, de autonomia, de convívio ou vivência familiar, de cuidados e serviços e, de projetos operados em rede.

A Constituição de 1988 e, as leis posteriores representam direitos para as pessoas idosas. Percebe-se, que no cotidiano os/as velhos/as precisam de mais amparos legais e sociais, a fim de vivenciar o envelhecimento ativo com condições sociais e, políticas públicas que garantam direitos básicos de cidadania e, possibilitem práticas saudáveis, especialmente, as velhas negras, que historicamente tiveram e, têm seus direitos negados.

1.2 E as mulheres negras no Brasil?

À luz das concepções de Beatriz Nascimento (2006, p. 97):

Não podemos aceitar que a história do negro no Brasil, presentemente, seja entendida apenas através dos estudos etnográficos, sociológicos. Devemos fazer a nossa história, buscando nós mesmos, jogando nosso inconsciente, nossas frustrações, nossos complexos, estudando-os, não os enganando. Só assim poderemos nos entender e fazer-nos aceitar como somos, antes de mais nada pretos, brasileiros, sem sermos confundidos com os americanos ou africanos, pois nossa História é outra como é outra nossa problemática.

Como afirma, Ana Mumunca (2019, p.92): “Nesse país, eu sinto e nós sentimos as chibatas que deram, que estão tentando perpetuar. Nesse país temos visíveis a compreensão que eles não morreram. Eles, aqueles escravizadores dos navios negreiros dos anos 1500”. Após os 300 anos de escravidão no Brasil, existiram teorias científicas, tais como: a “eugenia” que visava higienizar a população negra brasileira e ideias relacionadas a inferioridade biológica e cultural do africano eram disseminadas.

Por sua vez, Márcia Rocha (2022, p.02) afirma, “quero escurecer aqui, que não existe liberdade quando se é privado de direitos vitais, direitos essenciais para que se viva com um mínimo de dignidade.”. Nós, mulheres negras, resistimos e existimos nesta sociedade que, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil conta com 212 milhões de pessoas pretas e pardas. E apesar de sermos maioria, nossa população negra é a que mais sofre com a violação de direitos fundamentais. Seja na área da saúde ou com aumento da violência, em relação às mulheres brancas, como aponta a autora Walkyria Santos (2009, p. 3):

O percentual de mulheres negras que não possuem acesso ao exame ginecológico é 10% superior ao número de mulheres brancas; pesquisa de 2004 revela que 44,5% das mulheres negras não tiveram acesso o exame clínico de mamas, contra 27% das mulheres brancas; entre 2000 e 2004, a infecção por HIV/AIDS subiu de 36% para 42,4% entre as mulheres negras, enquanto na população feminina branca, a incidência de casos diminuiu, no mesmo período. Vale salientar, ainda, que as mulheres negras possuem menor acesso à anestesia durante o parto e a esterilização cirúrgica; apresentam menor expectativa de vida se comparada às mulheres brancas; e, 58% dos óbitos de jovens negras por causas externas referem-se a assassinatos.

A Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021), demonstra que o trabalho doméstico continua, tipicamente feminino e negro. As mulheres representaram 93,2% do trabalho doméstico sem carteira, sendo 61,6% mulheres negras. Assim como, a remuneração das mulheres negras, foi sempre inferior à dos demais grupos, mesmo com o aumento da escolaridade ou do cargo ocupado. A única situação na qual as mulheres negras auferiram rendas superiores às dos homens negros foi nas forças armadas.

As mulheres negras, são o grupo de pessoas em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica e, tiveram uma taxa de subutilização de quase metade da sua força de trabalho ampliada (42,1% no 1º trimestre de 2021, superior 12,4 p.p. em relação a taxa média do Brasil enquanto a dos homens brancos, ao contrário, ficou 10,5 p.p. inferior à média).

A expectativa de vida das mulheres idosas, aumentou em todas as grandes regiões do país no período, mas subsistem desigualdades regionais que refletem piores condições de vida da população. Uma mulher de 60 anos, na região sul tinha quase 3 anos a mais de expectativa de vida que uma mulher da mesma idade na região Norte: 25,3 e 22,4 anos, respectivamente.

Identificou-se que desde 2019, início da pandemia mundial causada pela Covid-19, as mulheres negras ficaram em situação de maior vulnerabilidade, em relação à segurança alimentar, mortalidade, desemprego e, exposição à contaminação.

Estes dados supramencionados, nos conduzem a questionar se há democracia racial? Ou se somos todos iguais? A falta de discussões sobre as diferenças e, o desconhecimento sobre a estrutura do nosso país é intencional e, visa colaborar com a manutenção dos lugares de privilégios (ocupados pela branquitude) e, de subalternidade (ocupados por negros/as, indígenas e quilombolas), levando-se em conta, que o processo de colonização colaborou para os lugares socialmente construídos. Acreditar na democracia racial, é colaborar para manutenção das desigualdades, se os espaços ocupados por negros/as são de inferioridade, se as mulheres pretas, são as que mais sofrem violências desde a infância até a velhice, ao passo que, são elas, que recebem, as mais baixas remunerações neste país. O racismo estrutural, no Brasil, nos permite perceber, que as marcas da colonização e escravidão continuam.

Alessandra Benedito (2008), destaca que o homem negro foi posto na rua, sem trabalho, sem respeito, sem estrutura nenhuma que garantisse seu desenvolvimento, enquanto a mulher negra se manteve nos núcleos familiares, exercendo as mesmas funções do período da escravidão. Assim, estruturou-se um conjunto de atitudes discriminatórias ligadas à raça/etnia:

A mulher negra está envolta em um binômio de discriminação historicamente naturalizado na sociedade brasileira machista e sexista. De modo que, ao observar se a situação da trabalhadora negra no Brasil de hoje, percebe-se que se apresenta como uma extensão da realidade vivida por elas no período da escravidão. Não ocorreram muitas mudanças significativas, pois permanecem em último lugar na Educação de Jovens e Adultos e interseccionalidade: mulheres negras e idosas, Dados estatísticos revelam que elas continuam a ocupar a maioria dos postos de trabalho nos serviços domésticos, que recebem os piores salários, trabalham mais, entretanto com rendimento menor e apresentam menor nível de escolaridade se observados todos os níveis de escolarização. Logo possuem limitações para ingressar, permanecer e ascender no mercado de trabalho, restringindo-se assim, às possibilidades de terem uma vida digna com oportunidades iguais. (BENEDITO, 2008, p. 139).

Recorro, a concepção de interseccionalidade, segundo Kimberle Crenshaw (2002, p. 10), sugere que, na verdade, nem sempre lidamos com grupos distintos de pessoas e, sim com grupos sobrepostos, em outras palavras, as mulheres sofrem opressões por gênero, classe e raça. Para Lélia Gonzalez (2020, p.192), ser mulher negra (ou negra e mulher), implica ser objeto de um duplo efeito de desigualdade, muito bem articulado e, manipulado pelo sistema que aí está. “É imprescindível, insisto, utilizar analiticamente todos os sentidos para compreendermos as mulheres negras e “mulheres de cor” na diversidade de gênero, sexualidade, classe, geografias corporificadas e marcações subjetivas” (AKOTIRENE, 2018, p. 29),

Torna-se, necessário declarar sobre a branquitude e, seus privilégios para Maria Aparecida da Silva Bento, em sua tese de doutorado, a ideia principal a ser desenvolvida é o conceito “pacto narcísico”. Por outras palavras, os brancos procuram unir-se para defender seus privilégios raciais. Para Maria Aparecida da Silva Bento (2002), a apreensão do conceito de privilégio como possibilidade de entender a discriminação e, a consequente manutenção das desigualdades. Maria Aparecida da Silva Bento (2002), disse ainda que existe um pacto narcísico da branquitude brasileira, esse pacto é estruturado no sentido da manutenção do poder da supremacia branca, e logo, controlar os meios de produção da riqueza ou qualquer outro símbolo de ascensão social, imprescindível para supremacia branca, e dos processos de viabilização de poder e de sua hegemonia.

Em consonância, com o pensamento de Grada Kilomba (2008), quando diz que a mulher negra seria “o outro do outro”. Já, Nilma Gomes discorre sobre a construção da identidade pela população negra brasileira, enquanto algo complexo que requer, não apenas oposição ao branco, bem como negociação de conflitos. Confere mais argumento sobre a identidade em sua diversidade e, diferenças nos contextos histórico, social, cultural, e político nos saberes identitários. Para bell hooks (1995), a mulher negra é duplamente caracterizada como um ser inferior, por sua condição feminina e racial. Ela é vista a partir de seu corpo, um corpo mais próximo da natureza, mais “animalístico” e, ainda mais primitivo que o corpo da mulher branca ou do homem negro. E para Luciana de Oliveira Dias:

Nós mulheres negras resistimos, existimos, estamos dentro, estamos entre e, avisamos agora, sabemos que somos as estrangeiras de dentro, manejamos pensamentos, inclusive aqueles que não são nossos, mas que têm sido historicamente aplicados a nós. Dito isto, podemos perceber os contornos do pensamento feminista negro (DIAS, 2019, p.11).

Recordando, Conceição³ que afirma:

Quando mulheres do povo como Carolina, como minha mãe, como eu também, nos dispomos a escrever, eu acho que a gente está rompendo com o lugar que normalmente nos é reservado. A mulher negra, ela pode cantar, ela pode dançar, ela pode cozinhar, ela pode se prostituir, mas escrever, não, escrever é alguma coisa... é um exercício que a elite julga que só ela tem esse direito. Escrever e ser reconhecido como um escritor ou como escritora, aí é um privilégio da elite. (EVARISTO, 2010, p. 01).

Assim, confiante que escrever é permitir que outras vozes se libertem no cruzamento entre vidas e teorias. Eu, mulher, preta e mãe, cursando mestrado em antropologia social. Incômodo? Sim, e Lélia Gonzalez explica: “Mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta. Basta a gente ler jornal, ouvir rádio e ver televisão”. Por isso,

3 Entrevista concedida a Barbara A. Machado em 30 de setembro 2010, Rio de Janeiro.

por meio da minha escrita pretendo resistir ao racismo e gerontofobia ao apresentar as vivências de velhas pretas 60+, é também romper com o lugar reservado socialmente para este grupo etário.

2 Capítulo 2 - Educação e Universidade Aberta à Terceira Idade

O processo de interdisciplinaridade entre educação e a antropologia, de acordo *Timothy Ingold* (2008), sinaliza a aproximação entre esses campos, ao revelar que uma educação em antropologia vai além de fornecer o conhecimento do mundo, “do outro” e, de sociedades e culturas. Para Neusa Gusmão (2016, p. 49), a educação é partilha e, o partilhar consiste no enfrentar a vida cotidiana com todos os seus desafios e contradições, os quais também estão presentes no âmbito da escola e, mesmo fora dela.

Em sua interface com a educação, o diálogo não é novo e, se reporta a uma longa tradição (GUSMÃO 1997; 2015; OLIVEIRA 2015). A antropologia da/e educação pode se concentrar em tópicos como educação e multiculturalismo, pluralismo educacional, pedagogia culturalmente relevante ou desencontro entre modos de saber valorizados na escola e aqueles valorizados em casa ou em diferentes comunidades. É importante recordar, que a educação vai além da escolarização, assim, precisa ser apreendida numa concepção mais plural e alargada, não reduzida à ideia de escolarização, mas, como parte do processo educativo plural e diverso, dentro e fora do ambiente escolar.

Entre o navegar no dédalo e vagar no labirinto está toda a diferença entre os dois sentidos da educação [...] por um lado a indução (trazer para dentro) do aprendiz as regras e representações, ou aos “mundos intencionais” de uma cultura, por outro a exdução (levar para fora) do aprendiz no próprio mundo, conforme ele se lhe apresenta através da experiência (*Ingold*, 2015, p. 27).

“Há muitos caminhos pelos quais a interface Antropologia da/e Educação pode ser considerada, já que este é um campo em permanente construção no Brasil, na América Latina e, mesmo no velho mundo.” (ECKET *et al* 2017, p.12). Ampliar as ideias sobre educação, é também compreender que antropologia da/e educação, não se refere apenas a utilizar a etnografia/netnografia no ambiente escolar, mas, vai além. “As abordagens que sistematizam o pensamento e o fazer antropológico na educação se apresentam como não definidas por um modo único de produzir conhecimento, constituindo um campo em construção e, de muitas possibilidades” (GUSMÃO, 2013a, p. 19).

Mediante, a afirmação de Jaeger (1995), compreende-se que a educação corresponde aos valores, conhecimentos, hábitos, ideias, habilidades, comportamentos criados e desenvolvidos pelos homens, enfim, à forma adquirida pelas relações sociais, de produção no tempo e espaço, criando as condições para a manutenção e reprodução da vida social, para a sobrevivência dos indivíduos sociais, conduzindo e orientando seu modo de ser e estar no mundo, com o mundo e, com os outros homens.

É relevante documentar integralmente o texto das ideias Orso (2013, p. 56-58):

[...] a educação não é propriamente reprodutora nem redentora, também não é revolucionária. Ela expressa as contradições e a própria sociedade em que está inserida. A sociedade estabelece os limites e as possibilidades da educação; estabelece sua qualidade e sua quantidade, sua forma e seu conteúdo. Isto significa que lutar somente pela educação, é lutar em vão; que é necessário lutar pela educação lutando simultaneamente pela transformação da sociedade. Pois, “a exigência de abandonar as ilusões sobre sua condição é a exigência de abandonar uma condição que necessita de ilusões”.

Mas, a superação das ilusões, bem como daquilo que as produz, não ocorre por um ímpeto voluntarista. Entretanto, nessas condições o acesso ao conhecimento científico, que se identifica com o domínio da organização e do funcionamento da realidade, aparece como uma condição sine qua non à transformação, mas não suficiente por si só. O acirramento das contradições e dos antagonismos sociais desencadeiam as condições para a mobilização social. Até não se apresentar uma situação limite em que esteja em jogo a sobrevivência do homem, imperará o individualismo, a competição, a concorrência, a busca de saída de tipo personalista e, no geral, de cada um a suas custas. Se a base material exige o estabelecimento de relações necessárias e independentes da vontade, somente no momento em que uma situação nova revelar a insuficiência das relações anteriores e exigir outras novas, elas serão desencadeadas.

De que adianta “dizer” que é preciso mudar de mentalidade, que é preciso deixar de ser individualista, que é preciso ser solidário, que é preciso pensar no outro, que é preciso ser fraterno, que é preciso deixar o egoísmo de lado, se isso não passar de palavras de efeito e de tipo moralistas? Por isso, é necessário considerar o modo como a sociedade está organizada para garantir a sobrevivência. As pessoas até podem não querer explorar e dominar os outros; podem querer ser fraternas e solidárias, mas são forçadas a fazer o contrário devido ao modo de produção dominante. [...] Dessa forma, impõe-se, mais do que nunca, conhecer cada vez melhor a sociedade, conhecer como ela se movimenta, como se transforma, para poder intervir nela nos momentos adequados. A verdadeira aprendizagem se dá na luta concreta, na percepção de que a sociedade de classes e a sociedade capitalista é inviável ao ser humano; na destruição das promessas e ilusões burguesas. Isso ocorre com as transformações sociais, que vão provocando novas relações e que, por sua vez, vão minando o sistema e desencadeando novas formas de se organizar e se viver socialmente. As formas de organização baseada no individualismo e na competitividade, vão sendo superadas por formas de organização baseadas no coletivo e na cooperação, na negação do individualismo; vão rompendo com o personalismo e com a competitividade e levam à descoberta da necessidade de luta, de cooperação e do outro.

Nesse sentido, a Universidade Aberta à Terceira Idade se apresenta como uma força coletiva e, diversa que possibilita reflexões e ações multiprofissionais e intergeracionais. Refletindo ainda sobre as relações entre antropologia e educação, Neusa Maria Gusmão (1997, p.12) considera que, “como ciência e, em particular, como ciência aplicada, antropologia e antropólogos estiveram, no passado e no presente, preocupados com o universo das diferenças e, das práticas educativas” (1997, p. 12). Ressalta-se, que na antropologia as discussões sobre educação e velhice, ainda se encontram em expansão, sendo necessário compreendermos as vivências e resistências dessas velhas negras estudantes nas Universidades Abertas à Terceira Idade no Brasil, a fim de colaborar com os estudos sobre essas temáticas. E o que é Universidade Aberta à Terceira Idade – UNATI (ou siglas e nomenclaturas afins)? A saber, em Goiás, a nomenclatura utilizada é UNATI. Já, na Bahia é UATI.

Há três atividades afins da Universidade: o ensino, a pesquisa e a extensão. No caso das Universidades Aberta à Terceira Idade, trata-se de ações extensionistas, presentes nas universidades. Embora, não tenha um modelo determinado, o termo aberta deve-se à proposta de que a instituição assim denominada, seja voltada para a terceira idade, de maneira interdisciplinar e, que ofereça estudos livres, sem uma proposta curricular rígida e, nem a entrega de diploma válido para aqueles que quiserem cursar suas disciplinas, tendo a educação permanente e, a cidadania como pilares.

A expressão terceira idade foi criada pelo gerontologista francês *Huet*, cujo início cronológico coincide com a aposentadoria (entre 60 e 65 anos). Ao abordar esse assunto lembra-se, que a ideia da terceira idade surgiu na França, a partir de 1962, em virtude da introdução de uma política de integração social da velhice visando à transformação da imagem das pessoas envelhecidas (PEIXOTO, 1998). Compreendo, a terceira idade como uma nova etapa do ciclo de vida, como faixa etária para os idosos de sessenta a oitenta anos, admitem uma quarta idade ao idoso de oitenta e um anos a cem anos e, chamam de quinta idade ou centenários à faixa de idosos acima de cem anos. Trata-se, também de uma criação da sociedade contemporânea e, provoca a práticas de atenção e cuidados com a saúde, dimensões sociais, espirituais, psicológicas pautadas na cidadania nessa nova fase da vida.

Os velhos foram ativa e positivamente inscritos no espaço social, de múltiplas maneiras. De figura silenciosa, solitária, invisível e esquecida no espaço da família, em suas novas figurações os velhos passaram a ter uma intensa experiência social. Com efeito, agora circulando livremente nos cinemas, nos teatros e nos museus, as novas figurações dos idosos pululam de forma inédita no espaço social da contemporaneidade, como nunca ocorrera anteriormente. (BIRMAN, 2015, p. 1269).

As primeiras ideias relacionadas à educação para as pessoas velhas tiveram sua origem, em 1973, com a criação da “Universidade da Terceira Idade” por Pierre Vellas em 1973, em Toulouse, na França, a partir de inquietações com a situação da velhice por acreditar que os aposentados tinham interesse de colaborar com a construção social à época. Essas iniciativas foram se desenvolvendo e, se disseminando pela Europa, principalmente em universidades da Alemanha, Suíça, Polônia e Espanha.

De acordo com Mosquera (1975, p.74), a “educação permanente é universal no seu caráter e essencial à completa democratização da aprendizagem, caracterizada pela sua flexibilidade e diversidade em conteúdo, apreendendo elementos, técnicas e finalidades abertas ao tempo e ao espaço”.

No início da década de 1980, o programa Universidade Aberta à Terceira Idade chegou à América Latina, por meio das Universidades Abertas fundadas no Uruguai. O primeiro projeto brasileiro em prol do idoso, começou com a criação da Escola Aberta à Terceira Idade do Serviço

Social do Comércio (SESC), em Campinas (SP), em 1977, mas o primeiro programa de atendimento ao idoso, realizado em uma universidade, surgiu apenas em 1982, na Universidade Federal de Santa Catarina (CACHIONI, 2003).

Segundo Haddad (1986), a preocupação do SESC com a “questão social dos idosos”, é respondida com a criação de programas específicos para essa faixa etária, visando “a contribuição para o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida do homem, fundamentando-se na ideia, de que o fenômeno da “marginalização”, constitui-se da preocupação das instituições voltadas para o bem-estar social” (p. 88).

Anos depois, a ideia pensada por Pierre Vellas, no tocante à elaboração de espaços destinados ao ensino para estudantes velhas e velhos foi adaptada por Américo Piquet Carneiro no ano de 1992, no Rio de Janeiro. As Universidades Abertas para a Terceira Idade, são ambientes que visam contribuir para envelhecimento ativo, com exposições de aulas destinadas aos estudantes 60+, assim como, possibilita espaços para interações, criações e desenvolvimento social, educacional, físico e emocional dos participantes, na condição de estudantes ou professores.

Ao pensar nos educadores das Universidades Abertas à Terceira Idade concordo com (KENSKI, 2001, p.98) é necessário que o professor, independentemente do tipo de aluno para quem leciona, reflita e se coloque em estado permanente de aprendizagem, atualizando seus conhecimentos e práticas e melhorando seu desempenho. Ainda, Meire Cachioni e Anita Neri (1999), afirmam que o caráter interativo e participativo, que se estabelece na educação de adultos maduros e idosos, faz com que o professor, além de ensinar, aprenda também o que o seu aluno já construiu na sua trajetória de vida e o aluno aprenda novos conteúdos para se manter atualizado em um mundo que permanece em constante mudança e transformação.

O direito à educação ao idoso está previsto no capítulo V nos artigos 20 a 25 do Estatuto do Idoso, os quais incluem também a cultura, o lazer e o esporte. Em seu artigo 21, relata que o Poder Público criará oportunidades de acesso à educação, com adequação de currículos, metodologias e materiais didáticos destinados aos idosos, no entanto, geralmente são oferecidos educação para Jovens e adultos, sem educação destinada ao idoso. Ao passo que, o artigo 22 verifica a necessidade da inserção de conteúdos voltados ao processo de envelhecimento nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal, contudo, é preciso ter atenção para evitar a propagação de ideias estigmatizadas sobre a velhice.

Neste contexto, o artigo 25 diz que o Poder Público apoiará a criação de Universidades Abertas à Terceira Idade, bem como incentivará a publicação de livros com conteúdo e padrão editorial adequado ao idoso. No entanto, as Universidade Aberta à Terceira Idade apresentam vagas limitadas. Nota-se, também que a prioridade ao acesso à educação formal, é para crianças e jovens, enquanto as pessoas velhas são esquecidas nas propostas curriculares.

Importante, citar que a alteração ocorrida no Estatuto alterou o nome de “Estatuto do Idoso” para ser chamado “Estatuto da pessoa idosa”, à pedido do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, que é vinculado à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e responsável pela elaboração da Política Nacional do Idoso. Tal mudança, é favorável às reflexões sobre a diversidade na velhice.

A Universidade Aberta à Terceira Idade, têm como uma das principais políticas públicas, a promoção e defesa dos Direitos Humanos Fundamentais da pessoa idosa à Educação. Nos termos apresentados por Rita de Cássia Oliveira e Flávia da Silva Oliveira (2005, p. 3), a UNATI “fundamenta-se na concepção de educação permanente e autorealização do idoso”. A preocupação com “a qualidade de vida, promoção da saúde, participação, autonomia, oferta de oportunidades educacionais e culturais que permitam desenvolvimento pessoal e coletivo e inserção social dos idosos”, segundo Neri (2014, p. 202).

O termo “Educação Permanente” foi idealizado em 1972, pela Unesco, no Relatório “Aprender a Ser” (FAURE, 1972). Visto que, o Relatório Faure (1972), como também é chamado, lançou: “educação ao longo de toda a vida”, ampliando a compreensão da educação formal, tradicionalmente conhecida e, apresentando conceitos de educação global (dentro e fora da escola), e educação permanente ao longo de toda a existência. Sobre esta proposta, Gadotti (2012), descreve que a educação permanente, significa que não terminamos jamais de ser, de nos tornar juntos, a caminho, ao longo das relações com o outro. Debert (1997), explica que as Universidades oferecem aos seus participantes a possibilidade de ampliação do círculo de amizade com um grupo específico de pessoas, especialmente com aquelas interessadas, a partir de certa idade, em ampliar a sua instrução e, ilustração. Assim:

Entende-se que a educação permanente com idosos, além de ser uma possibilidade educativa é também uma possibilidade de inserção social. Trata-se de mais um recurso para reconstrução da identidade social da pessoa idosa, tendo em vista que, até muito recentemente, os idosos eram frequentemente excluídos dos processos de educação permanente. (SCHARFSTEIN, 2006, p. 285).

Uma vez que, Neri e Cachioni (2004) levantaram, alguns pressupostos sobre a educação para idosos:

“Deve constituir uma nova invenção social, política, econômica e cultural; deve prever que a aprendizagem seja contínua e acumulativa; necessita de uma mudança da atitude social da própria clientela; deve possibilitar, além da divulgação do conhecimento, a participação dos idosos na sociedade; deve realizar-se com, para e pelos idosos; deve dispor de uma metodologia adaptada às características da clientela; e deve tentar desenvolver os saberes e conhecimentos teóricos, os saberes práticos, o saber-fazer, o aprender e seguir aprendendo e possibilitar o crescimento contínuo, bem como as relações e participação social”. (NERI; CACHIONI, 2004 p.32).

Oliveira (2007), afirma que “a educação permanente se apresenta como a necessidade de ampliar a participação dos indivíduos na vida social e cultural, visando a melhoria nas relações interpessoais, qualidade de vida, compreendendo o mundo e tendo esperança de futuro”. E, que [...] “pela educação permanente assume-se uma nova concepção de vida humana, cujo princípio central não é, só aprender a ser, mais principalmente viver para aprender, interagindo com que está ao seu redor”. (OLIVEIRA, 2007, p.282).

Nesse sentido, compreende-se, que “educação permanente”, consiste e, orienta-se, para uma “pedagogia da velhice” encarada como uma saída, somente em sua imediaticidade, do “isolamento social, solidão, ociosidade, decorrentes da perda de papéis sociais, em que o determinado se apresenta como o determinante, desconsiderando as condições de vida dos idosos e universalizando suas necessidades e problemas” (Teixeira, 2008, p.167).

Segundo Guita Debert (1998), os programas foram criados em razão da visibilidade alcançada pela velhice na década de 1990, pois a preocupação com o envelhecimento e, com a melhoria da qualidade de vida dos idosos é algo recente. Marcos Paulo Valério (2001), identificou três motivos que levaram os idosos a participarem de programas em grupos de convivência ou em universidades, com projetos para a terceira idade:

O primeiro está relacionado à saúde, muitas vezes por conscientização dos próprios idosos da necessidade de realizar atividades físicas e participar de programas deste tipo. O segundo motivo envolve aspectos psicológicos, visando, entre outros, à melhoria da autoestima, do bem-estar e da disposição para as atividades de rotina. O terceiro refere-se à ocupação do tempo livre. (VALÉRIO, 2001, p. 36).

Rita de Cássia Fenalti e Gisele Schwartz (2003), relatam que diferentes instituições universitárias iniciaram o trabalho das UNATIs com procedimentos pedagógicos distintos, que vão além da comunicação do saber formal científico. Elas visam à valorização pessoal, a convivência grupal, o fortalecimento da participação social, e a formação de um cidadão consciente de suas responsabilidades e direitos, promovendo sua autonomia e, qualidade de vida.

Entender a velhice como uma fase da vida, é fundamental para desconstruir as ideias pejorativas. Para Lúcia Palma (2000), as UNATIs têm como objetivos principais: rever os estereótipos e preconceitos associados à velhice, promover a autoestima e, o resgate da cidadania, incentivar a autonomia, a independência, a autoexpressão, e a reinserção social, em busca de uma velhice bem-sucedida. E, independentemente dos objetivos e ideias que as universidades apresentam, acreditamos que a multidisciplinaridade, deverá estar sempre inserida, para que o programa seja completo e adequado.

Em suma, não se trata da educação tradicional, mas sim da educação que visa transmitir à terceira idade, informações sobre seu cotidiano, saúde, atualidades, sempre visando à inclusão da pessoa velha na sociedade.

De modo que, refletir sobre a velhice é uma necessidade urgente, ao passo que, será mesmo a Universidade Aberta à Terceira Idade diversa e, plural? Quais são as marcas vividas pelas negras velhas estudantes 60+? Ao considerarmos o racismo estrutural no Brasil, as violências de gênero e, a gerontofobia, infere-se que o espaço de aprendizado, é marcado também pelas opressões vividas ao longo da vida.

2.1 Universidade Aberta à Terceira Idade no mundo

Do ponto de vista histórico, os precursores da Universidade Aberta à Terceira Idade foram os franceses, que criaram, no século passado, mais propriamente na década de 1960, as chamadas “universidades do tempo livre”, visando, a princípio, atender às pessoas recém-aposentadas, que se encontravam afastadas legalmente de seus postos de trabalho, uma vez que já haviam completado suas jornadas laborativas, favorecendo as relações sociais entre o grupo (PEIXOTO, 1997).

Vale lembrar, que a Universidade Aberta à Terceira Idade, tal como se conhece na atualidade, originou-se na França, em 1973, na cidade de *Toulouse*, por iniciativa de *Pierre Vellas* e, em seguida, espalhou-se pela Europa. Segundo Cachioni e Neri (2004), e Menezes e Santos (2002), as universidades abertas à terceira idade tiveram início em 1973, com *Pierre Vellas*, psicopedagogo e, conhecido professor de Direito Internacional da Universidade de Ciências Sociais de Toulouse na França. Nesta perspectiva Frutuoso (1999), narra que o professor *Pierre Vellas*, vislumbrou a oportunidade de idosos continuarem frequentando os bancos escolares apesar da idade avançada. Com isso, ele propôs a adoção da ‘pedagogia do prazer’, a qual nada seria imposto, mas apenas sugerido, proposto e estimulado, de modo que o próprio ancião trabalhasse as suas limitações.

Ela foi criada “como possibilidade de inserção do/a idoso/a em um espaço educacional não formal, que proporciona a integração social, a aquisição de conhecimentos, à elevação da autoestima, à valorização pessoal, ao conhecimento dos direitos e deveres e ao exercício pleno da cidadania” (OLIVEIRA, 2013, p. 2168). A partir de 1974, as universidades da terceira idade passaram a funcionar regularmente com cursos que duravam o ano inteiro. Também, nessa mesma época *Pierre Vellas*, criou a universidade radiofônica da Terceira Idade, visando minimizar o isolamento dos idosos que ficavam em casa.

De acordo com Palma (2000, p. 53), a Universidade da Terceira Idade foi criada para:

- ✓ Promover o protagonismo das pessoas idosas na tomada de decisões sobre seus problemas coletivos e pessoais, assim como lhes oferecer alternativas que melhorem sua qualidade de vida;
- ✓ Levar infra-estrutura para os ambientes universitários a serviço do coletivo que era e, ainda é chamado de terceira idade, para diminuir sua marginalização, dando-lhes maior participação na vida social sem discriminação pelos muitos anos;
- ✓ Aprofundar as pesquisas gerontológicas e tarefas interdisciplinares, nas quais participem os idosos como investigadores e, como investigados.

O modelo francês de Vella, segundo Pacheco (2003, p. 223-224):

[...] tem suas bases no sistema tradicional universitário daquele país e privilegia o segmento mais velho da população sem, contudo, se fechar as outras faixas etárias preocupadas com o envelhecimento ou em busca de oportunidades de educação continuada. Os cursos, as oficinas de trabalho, os grupos de estudo e outras modalidades oferecidas são diversificadas e abertas, compostos de conteúdos e metodologias próprias centradas no modelo da educação continuada daquele país. Soma-se a eles o acesso aberto e disponível a diferentes cursos universitários, especialmente nas áreas de ciências humanas e artes.

Neste âmbito educacional, surgiram as Universidades Abertas à Terceira Idade, para suprir as necessidades de projetos mais abrangentes para esta faixa etária e, logo espalharam-se por toda Europa, sendo que a importância desses projetos educacionais passou a ser enfatizada a partir de 1973.

A década de 70, foi marcada por uma ampliação desse modelo de programa para outras universidades francesas e, para universidades da Bélgica, Suíça, Polônia, Itália, Polônia, Espanha, Canadá e Estados Unidos. Nesse ano, foi fundada a *Association Internationale des Universités du Troisième Age* (AIUTA), que “agrupa instituições universitárias de qualquer país que contribuam para a melhoria das condições de vida dos idosos, para a formação, a pesquisa e o serviço à comunidade” (CACHIONI; NERI; 2004, p. 36).

Desde o início, a proposta de *Vellas* foi desenvolvida de duas formas distintas: a primeira era realizada em instituições de caráter universitário, sendo na maioria das vezes associada ou integrada a esses espaços. À medida que, a segunda forma propunha desenvolver um trabalho educacional junto aos idosos, assim era feita em instituições gerontológicas, que tinham, além do objetivo de contribuir para a elevação dos níveis de qualidade de vida e, de saúde de seus alunos da terceira idade, o propósito de se articularem com outras instituições, para assim ampliar o campo de ação e, beneficiarem cada vez mais o grupo de idosos atendidos (OLIVEIRA; FREIRE, 2007).

Para *Vellas* (1997), o ideal seria que nessa instituição fossem oferecidos programas intelectuais, artísticos, de lazer e de atividade física, isto é, uma universidade aberta a todos os idosos, sem distinção de renda ou educação, em que pudessem ocupar produtivamente o tempo livre e, aproveitar dos benefícios que a educação lhes poderia trazer para saúde e bem-estar.

Além do modelo francês, há o modelo inglês.

O modelo inglês nasceu em Cambridge, em 1981, baseando-se no ideal de autoajuda. A certeza de que todos os especialistas de todas as áreas envelhecem e se aposentam norteou a criação de um espaço de troca, dentro das universidades, entre os mais velhos e os mais jovens. Essa interação de conhecimentos das pessoas envolvidas no projeto aumentaria as relações interpessoais, através do contato com seus semelhantes, e levaria a uma ação integrada dos profissionais mais velhos e dos mais jovens. Seria esperado, a partir dessa integração, o desenvolvimento de projetos comuns com a colaboração profissional, a integração com a universidade, com a sociedade. Essa experiência criará oportunidades aos participantes para manutenção de forma mais prolongada e constante. (PACHECO,2003, p.224).

O rápido crescimento das Universidades à Terceira Idade, em todo o mundo, gerou dois modelos diferentes de programas. O modelo francês original, que tem suas bases no sistema tradicional universitário e, que recebeu alterações à medida que a clientela foi se tornando heterogênea e, o modelo inglês criado em *Cambridge*, no ano de 1981, que se baseia no ideal de auto-ajuda (NERI, 2005, p.207).

No início da década de 80, o programa das Universidades à Terceira Idade chegou à América Latina através das Universidades Abertas (UNI3 Uruguai), com sede no Instituto de Estudos Superiores de Montevidéu. Os objetivos do programa, buscavam promover a saúde física, psíquica e o bem-estar por meio da educação, capacitar o idoso para sua reinserção no mercado de trabalho, possibilitar o acompanhamento do avanço tecnológico e, a compreensão das mudanças. As UNI3 estenderam-se, inicialmente em território uruguaio e, depois para outros países da América do Sul, dentre eles o Brasil.

Esses dois modelos, se espalharam pelo mundo, inclusive no Brasil, com alterações para atender as especificidades de cada localidade. Apesar, de terem sido realizadas as primeiras ações no Brasil em 1970 e 1980. O primeiro projeto brasileiro em prol do idoso começou, com a criação da Escola Aberta à Terceira Idade do Serviço Social do Comércio (SESC, Campinas – SP), em 1977 (ADAMO *et al*, 2017). Foi apenas em 1990, que as Universidades Abertas à Terceira idade se espalharam no país, com os seguintes objetivos: melhorar a qualidade de vida; valorizar o/a idoso/a; resgatar a dignidade e a cidadania; promover participação e a integração, ampliar convívio social, possibilitar a convivência intergeracional, elevar a autoestima, possibilitar a aquisição de conhecimento e, atualizações.

O modelo de Universidade Aberta, criado por *Pierre Vellas* em 1990, sofreu no Brasil grande expansão a partir da implantação da Universidade da Terceira Idade da Pontifícia Universidade

Católica de Campinas (PUC-Campinas). No país, as principais temáticas desenvolvidas pelas universidades abertas foram: a promoção da saúde, conhecimento e atividades físicas.

A herança deixada por *Pierre Vellas*, se multiplicou pelo mundo todo, chegando ao Brasil na década de 1970.

2.2 Universidade Aberta à Terceira Idade no Brasil

As atividades de Extensão Universitária, no Brasil, começaram no início do século XX. Suas primeiras manifestações foram os cursos e, conferências realizadas na antiga Universidade de São Paulo, em 1911 e, as prestações de serviço da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa, desenvolvidos na década de 1920 (FORPROEX, 2012).

Durante a Ditadura Militar, o Governo promulgou a Lei Básica da Reforma Universitária (Lei nº 5.540/68), onde se instituiu a extensão universitária em seu Artigo 20 “[...] as universidades e as instituições de ensino superior estenderão à comunidade, sob a forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhe são inerentes.” Com o fim da ditadura militar, a partir de então, a Extensão Universitária passou a ser percebida como um processo que articula o Ensino e a Pesquisa e, se relaciona com os novos movimentos sociais. (FORPROEX, 2012, p. 07).

O reconhecimento legal das atividades extensionistas veio com a Constituição de 1988, onde se preceitua a “indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988, art. 207) e, estabelece que “as atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do poder público” (BRASIL, 1988, artigo 213, § 2º). Recordar que, o contexto da assistência ao velho nasce no Brasil, através das lutas operárias e, não é tratada enquanto uma questão autônoma, de lutas específicas para este segmento, mas sim, como parte destas lutas por melhores condições de vida e, de trabalho, recriando as desigualdades e, as relações de subordinação das classes subalternas (TEIXEIRA, 2008)

Para Both (1998, p. 237-238), a “universidade deve permitir aos estudantes da terceira idade a oportunidade de se expressarem, de aprenderem, de realizarem suas aspirações educativas, de concretizarem seus sonhos e desejos, que foram impossíveis de serem satisfeitos nas etapas anteriores da vida”. Segundo *Margaret Mead* (2002), as relações entre as gerações constituem o mecanismo básico de transmissão de saberes, costumes e práticas entre os indivíduos. Neste sentido, identifica-se a relação professor/aluno como sendo altamente afetiva, agradável e espontânea.

No Brasil, as Universidades Abertas à Terceira Idade tiveram influências europeias e eram espaços voltados às atividades culturais e, à sociabilidade, com o objetivo de ocupar o tempo livre e favorecer as relações sociais entre aposentados (VELOSO, 2004).

Silva, Silva e Rocha (2017, p. 3), esclarecem que:

No Brasil, desde a década de 1980, as universidades cederam espaço às UnTI, tanto à população idosa como a profissionais interessados no envelhecimento. Idealizada em 1982 na UFSC, em 1983 o NETI inicia suas atividades; e na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), em 1984, é criado o Núcleo Integrado de Estudos e Apoio à Terceira Idade (NIEATI), sendo estas consideradas as universidades pioneiras no país.

Dessa maneira, programas educativos voltados as pessoas idosas a partir das últimas décadas dos anos 1990:

[...] encorajando a busca da auto-expressão e a exploração de identidades de um modo que era exclusivo da juventude, abrem espaços para que uma experiência inovadora possa ser vivida coletivamente e indicam que a sociedade brasileira é hoje mais sensível aos problemas do envelhecimento (DEBERT, 2012, p. 15).

Em 1982, a Universidade Federal de Santa Catarina criou o Núcleo de Estudos de Terceira Idade (NETI), que tinha por intuito oferecer “atendimento ao idoso, formação de técnicos e voluntários na área gerontológica, consultoria e, assessoria a empresas e entidades, cursos de preparação para aposentadoria e de formação de monitores de ação gerontológica”. (GOMES; LOURES; ALENCAR, 2005, p. 127).

De acordo com Erbolato (1996), enquanto programas de extensão, as UNATI desempenham, basicamente, duas funções: prevenção social e criação. Enquanto prevenção oportuniza ao idoso o acesso ao conhecimento, fato que, além de propiciar o prazer de aprender, desempenha uma atividade cerebral que impede a redução da eficiência intelectual.

Conforme afirma Saviani (1990, p. 26), de acordo com a reforma universitária, três são atividades da Universidade: o ensino, a pesquisa e a extensão. Para que isso, seja possível, cabe a aproximação da academia com a comunidade. De acordo, com o Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), a extensão é entendida como:

[...] processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação entre Universidade e Sociedade. A extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. (FORPROEX, 1987, p.11).

O FORPROEX, é uma entidade voltada para “a articulação e definição de políticas acadêmicas de extensão, comprometidas com a transformação social para o pleno exercício da cidadania e, o fortalecimento da democracia, trata-se de uma entidade voltada para a articulação e definição de políticas acadêmicas de extensão” (CORRÊA, 2007, p.12). E seus objetivos são:

Propor políticas e diretrizes básicas que permitam a institucionalização, a articulação e o fortalecimento de ações comuns das pró-reitorias de extensão e órgãos congêneres das instituições Públicas de Ensino Superior Brasileiras; 2. Manter articulação permanente com representações dos dirigentes de instituições de educação superior, visando encaminhamento das questões referentes /às proposições do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras; 3. Manter articulação permanente com os demais fóruns de Pró-Reitores, com o objetivo de desenvolver ações conjuntas que visem à real integração da prática acadêmica; 4. Manter articulação permanente com instituições da sociedade civil, do setor produtivo e dos poderes constituídos, com vistas à constante ampliação da inserção social das Universidades Públicas; 5. Incentivar o desenvolvimento da informação, avaliação, gestão e divulgação das ações de extensão realizadas pelas Instituições Públicas de Ensino Superior Brasileiras (CORRÊA, 2007, p. 12).

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, 9394/96), no que diz respeito às atividades universitárias, considera-se, no artigo 43 (finalidade da educação superior), inciso VII: “promover a extensão, aberta à participação da população, visando difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica tecnológica geradas na instituição.

Segundo Jordão (2001, p. 51):

Os cursos das Universidades Abertas dizem respeito a uma proposta pedagógica que procura trabalhar e desenvolver um conceito de educação permanente, voltando-se para a atualização, valores e atividades das pessoas maduras, tanto no que diz respeito às suas atividades sociais, culturais e políticas individuais, como coletivas, incentivando o resgate e exercício da cidadania. As Universidades Abertas proporcionam conhecimento sobre o processo de envelhecimento estimulando o resgate da auto-estima em todas as etapas da vida. Pesquisas realizadas em 1995 pela escola de saúde pública de Harvard mostram que as Universidades Abertas da Terceira Idade contribuem como um fator primordial na melhoria da qualidade de vida.

De acordo com Neto (2001) apud Solange Maria Teixeira (2005, p.191):

As universidades para a terceira idade passam a significar, para tais grupos, uma oportunidade sem igual para reencontro ou descobertas do seu potencial, de se perceberem como seres humanos que devem e podem se valorizar como cidadãos ativos e participantes, recuperando sua auto-estima, resgatando sua auto-imagem e mostrando aos seus familiares e à sociedade a capacidade de pensar e agir por si mesmos, e, sobretudo, ir à luta pelos seus direitos e conquistas de novos objetivos e metas.

Dessa forma, diferentes instituições universitárias iniciam o trabalho das UNATIs, com procedimentos pedagógicos distintos, que vão além da comunicação do saber formal científico

(FENALTI & SCHWARTZ, 2003) . Para (PALMA, 2000) as UNATIs têm como objetivos principais rever os estereótipos e preconceitos associados à velhice, promover a autoestima e o resgate da cidadania, incentivar a autonomia, a independência, a autoexpressão, e a reinserção social, em busca de uma velhice bem-sucedida. Indica a existência de cerca de 200 programas no Brasil (PALMA, 2000). Além disso, são reconhecidas as diferentes nomenclaturas adotadas pelas instituições de nível superior para designar o trabalho educacional dirigido aos idosos, nota-se, que há uma convergência de elementos em seus discursos e propostas, próximos dos ideais do modelo francês pioneiro criado por Pierre Vellas e, que serviram de referência para a criação das Universidades Abertas à Terceira Idade no Brasil.

É importante recordar, que na maior parte das universidades, os cursos são organizados como currículo de extensão, oferecidos regularmente durante o período letivo, sem exigência de pré-requisitos adicionais ou formalidades legais. E, são ofertadas disciplinas e atividades diversas, mas de maneira geral, são incluídos conteúdos sobre o corpo, mente, tecnologia e demais assuntos que atravessam a questão do envelhecimento.

O modelo curricular metodológico das Universidades Aberta à Terceira Idade, Cachioni (2003, p.48-49) menciona:

Dia-a-dia da Universidade da Terceira Idade misturavam-se atividades episódicas, isto é, não reunidas num currículo ou programa, que incluíam palestras, debates, cursos de idiomas, expressão artística, caminhadas, esportes, viagens, passeio, mesas-redondas sobre temas de saúde, concertos, mostras de dança, eventos culturais abertos, debates sobre problemas da atualidade e reuniões literárias.[...] Sendo fundamental que entre as atividades das Universidades da Terceira Idade - educação permanente, educação sanitária, cuidados físicos, ativação cerebral e ações de serviços à comunidade - seja incluída a pesquisa a fim de investigar os efeitos dos programas em geral e de cada uma de suas partes, de modo a favorecer a disseminação da iniciativa de educar idosos.

De acordo com (NETO,1998) a criação das Universidades aberta à terceira idade, dentro de uma sociedade que perversamente marginaliza as pessoas que vão envelhecendo, representa a oportunidade dos idosos se reencontrarem, redescobrirem seu potencial e se perceberem como seres ativos e participantes, mostrando assim, à sociedade, sua capacidade de lutar pela conquista de seu legítimo espaço social. Como podemos observar, segundo (DARIVA, 2008 *apud* FURTER, 1975, p.107):

Para evitar que o envelhecimento provoque a estagnação intelectual, a regressão cultural e a obsolescência profissional, os adultos, cada vez mais sentem necessidade de renovar os conhecimentos e de se “reciclarem” para não caírem na rotina e ficarem marginalizados.

Assim, a educação é vista como um processo “contínuo vivido pelo ser humano ao longo de toda a vida” (CACHIONI; NERI 2004, p.29). Para Anita Liberalesso (2005), o termo Educação

Permanente poderia ser entendido como a socialização e a culturalização do ser humano ao longo de sua existência, desde a sua infância, no período anterior ao período escolar, até a velhice no que poderíamos chamar pós – escolar.

Ao refletirmos sobre educação para velhas, não falamos em uma educação preocupada somente com a certificação, mas que vise, inserir a velha em sintonia com o seu tempo. Sendo um instrumento para possibilitá-las, acessar conhecimentos, voltar às leituras, reflexões, recuperar a autoestima, socializar e, é também investir na expectativa de vida de maneira ativa.

2.3 Universidade Aberta à Terceira Idade em Goiás

O envelhecimento deve ser encarado como um processo natural e não uma doença terminal. Assim, tornar-se velha não significa ser inútil. Sendo a educação fundamental para colaborar com as reflexões sobre velhice, especialmente, no Brasil que ainda entende a velhice de maneira estereotipada (OLIVEIRA, 2022, p.38).

Para Nilma Lino Gomes (2002, p. 38), a educação pode ser entendida como um amplo processo, constituinte da nossa humanização, que se realiza em diversos espaços sociais: na família, na comunidade, no trabalho, nos movimentos sociais, na escola, dentre outros. Dessa maneira, as Universidades Abertas à Terceira Idade são ações extensionistas universitárias fundamentais para educação aos velhos/as.

A UNATI tornou-se uma maneira de assegurar efetividade ao direito à educação. Baseada nos princípios educativos, o projeto de extensão Universidade Aberta à Terceira Idade da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC). A extensão é um projeto universitário que visa disponibilizar, ao público externo à universidade, ações de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico.

Estes programas, em sua maioria, caracterizam-se como propostas de educação permanente ou de educação continuada (NERI; CACHIONI, 1999). A UNATI/PUC Goiás oferece disciplinas semestrais que colaboram para o envelhecimento ativo, tais como: dança, línguas estrangeiras, ética e cidadania, ginástica, entre outras. As disciplinas são ministradas por voluntários; o semestre tem duração de três meses. Além das aulas, ocorrem participação em eventos, seminários, exposições e debates. Ressalta-se que foram realizadas aulas remotas nos anos de 2020 e 2021 devido ao isolamento social causado pela Covid-19.

A extensão universitária desenvolvida pela PUC Goiás é pensada como componente do processo educativo. Fundamenta-se em uma concepção de totalidade, que exige debate, estudo, pesquisa, elaboração e execução de planos e projetos de interesse público nas instituições sociais”

(Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2017, p. 52). Destaca-se que a UNATI está vinculada ao Programa de Extensão Gerontologia Social da instituição.

Em Goiânia (GO), a Unati-UCG foi criada em 1992, pelos Departamentos de Educação e de Serviço Social, com o apoio da Vice-Reitoria para Assuntos Comunitários e Estudantis (UCG, 2006). A UNATI está inserida, nas atividades desenvolvidas na Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), por meio do Programa de Gerontologia Social (PGS), o qual no ano de 1992 foi inserido na Coordenação de Estágio e Extensão (CDEX), da Pró Reitoria de Extensão (PROEX). Sendo a UNATI - um projeto permanente do PGS, com ação social e multiplicadora.

De acordo com a pesquisa desenvolvida por Lázara da Silva (2017, p. 43):

PROCESSO HISTÓRICO DE IMPLANTAÇÃO DA UNATI PUC-GO

Ações e planejamento	Professoras responsáveis	Ano
Conhecer a experiência da prática pedagógica da Universidade Aberta à Terceira Idade da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCAMP).	Prof ^ª . Clélia B. Craveiro e Maria do Carmo Batista (EDU)	1992
Elaborou pré-projeto, do qual surgiu o definitivo com o título “Projeto de Implantação da Universidade Aberta à Terceira Idade - UNATI/UCG”.	Prof. ^a Maria do Carmo Batista	Agosto 1992
Organizaram cronograma de atividades e visitas às instituições que desenvolviam trabalho com idosos, divulgando e colhendo subsídios para a elaboração do programa do curso da UNATI.	Prof ^ª . Ângela Maria Gomes de Matos Lacerda e Olga Izilda Ronch (coordenadoras do projeto)	Agosto 1992
Nomes das professoras que assumiram a coordenação do curso de 1992-2004.	Ângela Maria Gomes de Matos Lacerda e Olga Izilda Ronchi; Ângela Maria Gomes de Matos Lacerda e Virginia Costa e Silva; Ângela Maria Gomes de Matos Lacerda e Maria Lúcia Ferreira Marquez Cunha; Ângela Maria Gomes de Matos Lacerda e Marlene Maria Carvalho Salum; Ângela Maria Gomes de Matos Lacerda e Marlene Maria Carvalho Salum;	1992 a 2004
Coordenação passou a ser composta por uma só Coordenadora.	Prof ^ª . Ângela Maria Gomes de Matos Lacerda	2005-2006/1
Coordenação passou a ser colegiada.	Prof ^ª . Sueli Azevedo de Souza da Cunha Lima, Cejana Baiocchi Souza, Marta Carvalho Loures, Leni Fernandes Aratake, Teresa Cristina Barbo Siqueira, Maria Aparecida Coelho, Tereza Seguti.	2006/1
Coordenadora da ETG/PROE X/ UCG, propôs mudanças ao Programa, tendo em vista sua ação social e multiplicadora e de extensão, retirando o aspecto de	Prof. ^a Alda Maria Borges Cunha	2006/1

substituição de ações de competência do poder público.

Mudanças referentes à matriz curricular do programa, no quadro de professores e no formato da Coordenação que passou a ser colegiada, conforme a necessidade vigente.

Assumiu a Coordenação e novas discussões ocorreram entre a sua equipe e a Coordenadora da ETG/PROEX/UCG.

Traçou um novo perfil que contemplasse as reais necessidades de um Programa de Extensão envolvendo a temática da Gerontologia.

Coordenadora do Programa, e sua equipe trabalharam na implantação do novo formato proposto. Para desenvolver o novo perfil, avaliou -se a necessidade de profundas mudanças, que representaram um desafio para a equipe.

O novo formato denominou-se Programa de Gerontologia Social (PGS), com caráter multiplicador e socializador, que por meio do ensino, pesquisa e extensão possibilitou a sistematização e difusão do conhecimento relacionado às questões referentes ao envelhecimento.

Ficaram na coordenação por 6 anos.

Programa Permanente de Gerontologia Social assume nova coordenação.

Prof. ^a Alda Maria Borges Cunha 2006/
1

Prof. ^a. Sueli Azevedo de Souza da Cunha Lima 2006/
2

Prof. ^a Adriana Ribeiro de Freitas 2006/
2

Prof^a. Cejana Baiocchi Souza 2007/
2

Prof^a Marli Bueno de Castro 2009

Prof. ^a Marli Bueno e sua equipe 2009-
2015

Prof. ^a Lisa Valéria Vieira Tôrres 2016/
1

Fonte: Elaborada Lázara da Silva por com base nos dados de Tôrres (informação verbal).

A Universidade Aberta à Terceira Idade/ PUC Goiás visa colaborar para o envelhecimento ativo, são ofertadas disciplinas semestrais de diversas áreas do conhecimento com: dança circular, línguas estrangeiras, ética e cidadania, aplicativos de celular, fotografia, entre outras a fim de colaborar com a qualidade de vida na velhice. Vale a pena ressaltar, que o semestre na UNATI possui duração de três meses: de março a junho e de setembro a dezembro. As disciplinas possuem carga horária diversa, o corpo docente é constituído por voluntários e professores/ as da PUC/Goiás. Além disso, são realizados eventos, passeios, encontros e seminários, por exemplo, Encontros de Estudantes da extensão, Congresso Internacional de Ciência e Religião da PUC

Goiás; evento *EnvelheSER*; Live “Envelhecimento ativo e educação universitária 60+” e demais espaços de trocas de conhecimentos científicos e de lazer.

A considerar as transformações ocorridas na UNATI PUC/Goiás, são importantes para perceber que as velhas/os são plurais, alguns optam por atividades mais relacionadas ao lazer e outros ao conhecimento científico; há também quem tenha interesse pelos dois. Segundo os relatos contidos no livro “Universidade Aberta da Terceira Idade: Lugar de idoso também é na escola”, a estudante 60+ Maria Rizonete (2017, p.61), narra que nos anos iniciais as ações eram mais voltadas ao lazer, por isso referiu: “para UNATI não quero voltar, devido aquelas brincadeiras infantis”. Para a estudante 60+ Elvira (2017, p. 54), atualmente a UNATI visa o “lazer, atividades físicas e intelectuais sempre para garantir uma boa qualidade de vida, no presente e no futuro.”

Nesse sentido, as transformações sofridas ao longo desses trinta anos colaboram para o desenvolvimento da UNATI. Outro ponto relevante é ter os/as professores/as, segundo a visão de Moraes (1997, p. 151), fossem sujeitos que, ao se colocarem na posição de educador- educando, não tivesse vergonha de errar; profissionais que tivessem preparados para se relacionar com a incerteza, sem ter a ilusão de que poderiam controlar as pessoas e fatos da vida. Cachioni (2003, p. 218), sinaliza que, assim como os demais educadores, aqueles que trabalham com adultos maduros e idoso, em virtude dessa função, necessitam “conhecer mais sobre velhice, sobre desenvolvimento em geral e sobre si mesmo”.

3 Capítulo 3 - Vivências de estudantes negras 60+

Eunice Nakamura (2011), reflete que é preciso levar em consideração, quando se pretende realizar uma etnografia, alguns conceitos que baseiam a própria reflexão antropológica, como cultura, etnocentrismo e relativismo. Dessa maneira, é importante considerar que o Brasil é estruturalmente racista.

De acordo com Amaral *et al* (2009, p.34), compreendem que a netnografia não é uma mera transposição “do método etnográfico aos ambientes midiáticos e de relacionamento on-line por meio de um acompanhamento dos atores sociais” e citam “as dinâmicas comunicacionais tanto entre os objetos observados como na relação pesquisador-objeto podem diferir principalmente em relação a noção de tempo-espaço. Reitera-se, que a netnografia não é uma mera transposição do método etnográfico. Recordar que, o fazer etnográfico, nas palavras de (GEERTZ, 2001, p. 20):

[..] tentar ler (no sentido de construir uma leitura de) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado.

Assim, a netnografia utilizada, a saber é pesquisa observacional participante baseada em trabalho de campo online, usando comunicações mediadas por computador como fonte de dados para chegar à compreensão e à representação etnográfica, de um fenômeno cultural ou comuna. A priori, estudantes 60+ foram entrevistadas online, individualmente com a finalidade de conhecer suas vivências de vida, sendo que “o diálogo é um momento singular de partilha, uma vez que pressupõe um exercício de escuta e fala” (MOURA; LIMA, 2014, p. 98).

No segundo momento, ocorreu o grupo de foco online que “é um mecanismo eficiente e altamente econômico para coletar dados detalhados e em grandes quantidades” (MANN e STEWART (2000, p. 125). Com a finalidade de oportunizar as velhas negras expressarem suas ideias e opiniões, socializar e conhecer as demais interlocutoras. Sendo o racismo, gênero e envelhecimento como assuntos motivadores. Por fim, no último encontro online foi aplicada a escrita criativa que se espalhou pelo mundo a partir da década de 1970 e, nos últimos anos, vem ganhando espaço em instituições brasileiras. Segundo *Mac Vean* (2016, p. 14), escrita criativa é o processo de criação por meio da escrita que demanda atenção, concentração e imaginação direcionadas para a produção de um texto original e que possua significado e valor mesmo que apenas para o/a escritor/a. Pontua-se que os textos elaborados pelas interlocutoras compõem este capítulo.

O levantamento das vivências e resistências, deu-se a partir de ligações telefônicas às estudantes negras 60+, envio de e-mails aos coordenadores e, visitas presenciais às Universidades Aberta à Terceira Idade no Brasil. Como já foi citado, as entrevistas foram motivadas por dois questionamentos. O primeiro sobre as vivências e, o segundo no tocante, às expressões do racismo estrutural na velhice. As entrevistas e, o grupo online foram realizadas por meio do aplicativo *WhatsApp*, pois era de domínio de todas as interlocutoras.

Recordo que este trabalho, tinha como objetivo dialogar com as estudantes 60+ negras, das cinco regiões do Brasil, porém no decorrer da pesquisa surgiram alguns impasses para acessar o público escolhido. A saber, não foi possível identificar grupos virtuais de cunho nacional com as estudantes 60+, as tentativas de contatos telefônicos e e-mails enviados às instituições, alguns foram respondidos com a previsão de retorno às aulas em março/2023, outras não responderam. Dessa maneira, foi possível dialogar com as estudantes 60+ de apenas três regiões: Nordeste, Centro-oeste e Sul.

Outra constatação, foi que numa Universidade situada na região norte, a ligação foi atendida por uma funcionária que, inicialmente, desconhecia a existência da Universidade Aberta. Após consulta com outras pessoas, a funcionária indicou o endereço da UNATI mesmo sendo solicitado o telefone ou e-mail por se tratar de um contato telefônico interestadual. Ao término do diálogo, foi ratificado que apenas o endereço estava disponível. Já na região sudeste, foram realizadas ligações com estados diferentes, porém a única devolutiva recebida indicava a possibilidade de colaboração com a pesquisa apenas em março/2023 devido às férias. Importante citar que março/2023 estava previsto a conclusão da dissertação.

Por se tratar de netnografia com estudantes 60+, devido ao contexto pandêmico, identificou-se que é necessário superar os preconceitos relacionados à velhice e a tecnologia. Apesar de existir algumas limitações apresentadas pelas interlocutoras, a vontade de aprender aliada a troca de saberes intergeracionais podem colaborar para avanços das utilizações das ferramentas digitais.

3.1 Universidade Aberta à Terceira Idade: uma oportunidade para o envelhecimento ativo.

Destaca-se, então que “a Universidade gera saberes, ideias e valores que, posteriormente, farão parte da herança cultural. Na velhice, a educação colabora para o bem-estar e a qualidade de vida, sendo as Universidades Aberta à Terceira Idade espaços de interações,

acolhimentos e aprendizados (ALMEIDA & CARVALHO, 2002, p.13-15). Sendo o envelhecimento ativo, baseado no reconhecimento dos direitos humanos das pessoas mais velhas e, nos princípios de independência, participação, dignidade, assistência e autorrealização, estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU). Nas falas das estudantes 60+, são evidenciadas a importância do envelhecimento ativo e, as colaborações das Universidades Aberta à Terceira idade no Brasil, vejamos:

“A UATI foi o motivador. Fui acolhida pelo professor Antônio Jorge e a professora Sônia. Participo de teatro, comemoro os aniversários, ganho presentes, sou líder do grupo de organização de eventos, vice-campeã no concurso de MISS UATI 2015. (Denise, 68 anos, nordeste).

“Antes da UATI não era falante e devo muito a Universidade Aberta à Terceira Idade. Era toda quietinha. Hoje estou aqui conversando com você porque aprendi a interagir”. (Edelzuita, 76 anos, nordeste).

“Acho tudo de bom e já fiz vários cursos. Gosto muito da disciplina de fotografia e pretendo estudar informática.” (Celidalva, 78 anos, nordeste).

“Passei por dois lutos, perdi meu marido, um ano e oito meses depois, meu filho faleceu por causa do COVID-19. Agradeço a Deus e a UATI pela força; as pessoas me chamavam para sair e sempre tinha alguém para contar” (Carmosina, 67 anos, nordeste).

“Fiquei esperando completar a idade para participar da UNATI e aproveitei bastante, pois adoro fazer coisas que trazem conhecimentos” (Irma Liria, 64 anos, Centro-Oeste).

“Sou quilombola, participo da UNATI e do SESC. Tive oportunidade de fazer o curso de fotografia na PUC. Eu gosto de ser ativa” (Maria Helena, 64 anos, Centro Oeste).

“Ir para a Unati foi um recomeço” (Adina, 62 anos, Sul)

“Faço atividade física e a oficina vida ativa é muito boa” (Sirley, 65, Sul).

“A Unati precisa melhorar porque queremos mais, pois não tem debates de mundo e está voltada para vida no particular” (Sebastiana, 66 anos, Sul).

É perceptível, que a educação permanente para a terceira idade contribui para reflexões e ações diversas as quais colaboram para o envelhecimento ativo das mulheres negras 60+. Como sinaliza Paiva (1985, p.40), a educação constitui um processo em que cada ser humano aprende a se formar, a se informar a fim de transformar-se e transformar o seu contexto. Constatou-se, que na região Sul as atividades desenvolvidas aparentam aproximar-se do lazer, artesanatos, projeto pessoais, cuidados com o corpo e, pode ser ampliada as disciplinas com reflexões teóricas como já existe na UNATI localizada na região Centro-Oeste, por exemplo, a disciplina de ética e cidadania, a qual apresenta na ementa conteúdos sobre direitos humanos e

da pessoa idosa, a relação entre ética e cidadania a partir de um caminho filosófico, leituras de artigos e livros.

3.2 “Pessoa idosa, experiente ou velha”: diversas denominações para a mesma fase da vida iniciada desde o nascimento

O termo “velhices” como forma de expor as diferenças e desigualdades deste fenômeno, isto é, sua dimensão social para além da questão biológica e orgânica (CUNHA,2008). Em concordância com Cunha, as interlocutoras apresentaram diferenças quanto à maneira que desejavam ser tratadas: “pessoa idosa, experiente ou velha” apontando também para existência de várias velhices.

Assim, mudanças de hábitos, desenvolvimento da sociabilidade, aprendizado sobre tecnologias, aprimoramento das condições físicas e intelectuais foram assuntos presentes nas narrativas das estudantes 60+. Além disso, alertaram sobre inclusão “a UATI precisa melhorar a acessibilidade para ir a sala tem escada e deveria ser tudo plano” (Lourdes, 71 anos, nordeste), é importante notar o espaço físico como um fator de inclusão ou de repetição da exclusão deste público, uma vez que a falta de acessibilidade limita a participação, sendo relevante a promoção de lugares acessíveis não apenas no prédio das Universidades, mas sim, garantir a efetivação da Lei 10.098/2000 que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, bem como sua garantia presente no Estatuto da pessoa idosa.

Percebemos também que na nossa sociedade a juventude é sinônimo de beleza, saúde, vigor, já as idosas são quase sempre associadas como doente, feia e incapaz de trabalhar. Como vivenciou estudante 60+ Adina, que recebia a indicação para procurar uma empresa terceirizada, a fim de trabalhar e, ao revelar sua idade, escutou: que a vaga não era para ela. Para Minayo e Coimbra Jr. (2000), essa visão depreciativa deve-se à ideologia ‘produtivista’ para a qual, se uma pessoa não é capaz de trabalhar não serve para a sociedade, como é o caso dos idosos que antes de exaurirem sua capacidade de labor, são expulsos do mercado de trabalho por não possuírem o mesmo vigor.

As narrativas apresentadas, demonstram também o engajamento das estudantes 60+, para promover reflexões sobre as velhices de maneira intergeracional. As ideias de Lourdes (71 anos, nordeste), referem que “é necessário conversar sobre velhice na escola desde a infância. No meu tempo tinha moral e cívica”. Edelzuita (76 anos, nordeste), aponta para as frases discriminatórias proferidas por um motorista de transporte coletivo público: “não sei o que

esse tanto de velho faz na rua”, assim, a estudante 60+, sinaliza que usar a camisa com o nome da UATI, facilita a identificação, colabora para ouvir menos frases discriminatórias, pois são intitulados como “as meninas da UATI”. Na sociedade brasileira, busca-se disfarçar o controle das pessoas mais velhas com suposto cuidado, assim, utilizar ou não identificação deve ser escolha da pessoa idosa, que possui autonomia e liberdade para transitar no território brasileiro.

A intergeracionalidade, é definida como vínculos que se estabelecem entre duas ou mais pessoas com idades diferentes, possibilitando o cruzamento de experiências e, contribuindo para a harmonização dentro da diversificação. Ambas gerações podem ser beneficiadas a partir da percepção, sobre a necessidade da interação, troca de suas singularidades no modo de ser, sentir, pensar e querer de cada um (SILVA *et al*, 2015).

Tal interação, pode colaborar para a desconstrução dos preconceitos contra a pessoa idosa, bem como possibilitar às pessoas em processo de envelhecimento (crianças e jovens), a refletir sobre o caminho a ser percorrido, para tornar-se pessoa idosa legalmente reconhecida aos 60 anos no Brasil. Assim, o processo de intergeracionalidade evidencia que o preconceito tende, a reduzir quando as pessoas desenvolvem a percepção, de que os grupos a que pertencem e, aqueles a que não pertencem, são parte integrante

da mesma comunidade (COELHO, 2013).

Destaca-se, para esta análise, a importância de ações intergeracionais, sendo necessário, extrapolar os muros e interagir com grupos etários diferentes, a fim de criar laços, respeito, compartilhamento de experiências, entender os processos de envelhecimentos, em conjunto, superando os desafios presentes nas diferenças entre gerações. Para Rita de Cassia Oliveira (1999, p.26), a educação servirá como atenuante para reduzir a discrepância de valores e ideias que causam tensão entre as diferentes gerações. E segundo o sociólogo Dirceu Nogueira Magalhães:

As gerações são mais que cortes demográficas. Envolvem segmentos sociais que comportam relações familiares, relações entre amigos e colegas de trabalho, entre vizinhos, entre grupos de esportes, artes, cultura e agremiações científicas. Implicam estilos de vida, modos de ser, saber e fazer, valores, idéias, padrões de comportamento, graus de absorção científica e tecnológica. Comporta memória, ciência, lendas, tabus, mitos, totens, referências religiosas e civis. (MAGALHÃES, 2000, p.37).

Siqueira (2009), indica em sua pesquisa o preconceito geracional entre jovens, adultos e idosos, onde os jovens têm como principal percepção da velhice a incapacidade e, os idosos veem os jovens como irresponsáveis. Segundo a estudante 60+, “meus sobrinhos perguntam:

qual curso vai fazer agora?” (Irma Liria, Centro-Oeste). Essa indagação da juventude, pode ser pautada no preconceito ao pensar na velhice como uma fase de inutilidade ou configurar-se como oportunidade para promover interações e, troca de saberes entre gerações diferentes.

Cruzar as vivências intergeracionais podem possibilitar compartilhamentos materiais e imateriais entre os diversos grupos, a fim de criar concepções e, interações que colaborem para desconstrução de ideias estereotipadas sobre as velhices no Brasil: um país em processo de envelhecimento. Pois, segundo a estudante 60+, Carmosina, “numa velhice isolada você se torna depressiva e amarga”. Para Pedrozo e Portela (2003), solidão é a consequência de uma vida, vivida em função de outras vidas, das transformações ocorridas na dinâmica familiar e, nas relações sociais, em decorrência de vícios como o alcoolismo, por exemplo, que em muito contribui para o afastamento de parentes e amigos.

3.3 Racismo: no passado e presente

As vivências racistas sofridas pelas estudantes 60+, retratam mais uma vez, que o racismo no Brasil, é estrutural e, atinge as pessoas também na velhice. Vale a pena destacar, que este trabalho surgiu a partir da inquietação da pesquisadora, durante um trabalho voluntário, numa Universidade Aberta à Terceira, na região Centro-Oeste, ao perceber que as questões étnicas-raciais, atingem as mulheres negras velhas e, as afastam desse espaço educacional.

Assim, o racismo é identificado nas vivências passadas e atuais, promovendo uma perpetuação da crença de que, mesmo com tamanha miscigenação populacional, a cor da pele, ainda é uma característica determinista sobre uma pessoa (MUNANGA, 2004; ALVES, 2017). Sabe-se, ainda que apesar da população brasileira ser constituída, em sua maior parte por pessoas negras, essa situação na velhice apresenta-se de modo contrário, uma vez que, é maioria da população branca, que retrata registro de envelhecimento no país, conforme índices verificados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2012), demonstra que as pessoas negras, com idade acima de 65 anos, correspondem a 43,5% da população, enquanto a branca é de 55,3%. As vivências das estudantes 60+, apresentam racismo sofrido no passado e nos dias atuais:

“Lembro que há mais de 20 anos uma pessoa que participava do movimento negro não aceitou o meu relacionamento com homem branco. E outra pessoa me disse que precisava ter filhos com ele para ir clareando a família” (Irma, 69 anos, Centro-Oeste).

“Na época que trabalhava escutava ouvia nasceu mais um preto para sofrer” (Sirley, 65 anos, Sul).

“Sou filha de mãe branca com negro e a família de mamãe é um racismo sem limites” (Celidalva, 78 anos, nordeste).

“Eu e o meu marido fomos comprar um carro, meu marido é mais escurinho que eu, porém atendente foi pra lá pra cá e disse que outra pessoa já tinha escolhido o carro do nosso interesse. Percebi que era racismo e chamei o gerente e compramos outro vendedor. Outra situação ocorre nos shoppings sempre estão olhando para nós.”

“Sofri racismo em sala de aula da UATI quando pedi a uma colega branca de olhos azuis para me passar o telefone para adicionar no grupo e ela se recusou. Acho que ela é racista porque tratou os outros colegas negros do mesmo jeito” (Denise, 68 anos, nordeste).

“Infelizmente, nós brasileiros, não atentamos para o racismo que existe, existiu, existe muito e principalmente na Bahia”. (Lourdes, 71 anos, nordeste)

“Na UNATI notava que as pessoas me admiravam demais. O racismo está no sangue e eu coloco minhas dores para fora através da escrita. Eu não aprendi a falar porque éramos obrigada a ficar sempre de cabeça baixa” (Maria Helena).

“Amo minha cor e sei que Jesus é negão. Na UNATI, são apenas duas estudantes negras na minha sala” (Adina, 62 anos, Sul).

“Nunca senti incômodo com relação a raça na esfera de trabalho e escola. Sinto muito mais na questão familiar” (Sebastiana).

As narrativas apresentadas, demonstram que o racismo está presente no cotidiano, seja na relação familiar, educacional, no lazer, entre outras. Esta violência cruzada com envelhecimento corrobora para violação dos direitos da pessoa idosa. Desse modo, ao refletir sobre o histórico desigual no qual a população negra se findou, durante toda a vida, é indiscutível, que seu envelhecimento também será vivenciado de maneira desigual (OLIVEIRA, 2016). E, a educação antirracista pode ser um caminho para combater o racismo no Brasil.

Recordo as ideias de Nilma Lino Gomes (2012), ao afirmar que a inserção da história e cultura afro-brasileira, nos currículos da Educação Básica significa, antes de tudo, uma revisão do currículo. Para acrescentar a necessidade de incluir estes estudos para os estudantes 60+, como um dos pilares da educação permanente, é preciso revisar as práticas educacionais, entrelaçar as histórias vividas pela população da terceira idade e, a história afro-brasileira, garantindo-lhes o direito de conhecer as lutas e, resistências do povo preto. Romper com estes estereótipos reprodutores de violências, é fundamental e, para isso, é preciso valorizar o termo “étnico”, ou seja, o reconhecimento das culturas de matriz africana e, das experiências negras propriamente brasileiras, bem como seus valores, estéticas, reivindicações de descendência (MUNANGA, 2004). De modo que, torna-se indispensável “respeitar o aluno adulto, utilizando-se, de uma metodologia apropriada, que resgate a importância da sua biografia, da

sua história de vida” (GADOTTI, 2014, p. 17). Friso ainda que o Estatuto da pessoa idosa estabeleça, nos artigos 21 e 25, uma regulação voltada à área da educação, prevendo que:

Os currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal deverão apresentar conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso, a fim de contribuir para a eliminação do preconceito e produzir conhecimentos sobre a matéria (SANTIN, 2012, p. 4343).

Levando em conta, a educação como instrumento de transformações sociais e, a necessidade urgente de práticas, já previstas em leis, porém carece ampliar as atividades educacionais no tocante às velhices, a fim de ressignificar o envelhecimento na sociedade brasileira. Para isso, a educação fundamenta-se em preceitos interdisciplinares e intergeracionais, que podem colaborar para a criação de novas concepções. À luz das ideias de e Costa Santos:

Como começar esta reforma de pensamento na sociedade em relação à velhice, se esta sociedade afirma que os idosos não aprendem? Surge, então, a possibilidade de uma reforma do pensamento para os idosos, que pode ser possível através de uma educação transformadora, para que estes seres humanos possam perder seus medos e enfrentar seus envelhecimentos com muitas possibilidades diferentes das que foram programadas e estigmatizadas (SANTOS, 2010, p. 03).

É por meio da educação que combatemos atitudes racistas, por exemplo, “elogios demasiadamente” à mulher negra, destaca a estudante 60+, Maria Helena, a qual diversas vezes era “admirada demais” no decorrer das atividades na UNATI.

Historicamente, o estereótipo da mulher negra pouco representava o belo. Freyre (2006, p. 71-72), aponta que a admiração às mulheres loiras e, sua beleza era muito mais pela tendência de outros países. Por outro lado, observa-se que a branca era colocada em posição superior, a negra sendo inferior, e a mulata como a que poderia servir sexualmente, visto pelo ditado comum à sociedade brasileira. Entretanto, o segundo fardo simbólico, perpetuado em ditados populares como “Branca é para casar, Negra p'ra trabalhar, Mulata p'ra fornicar” (NASCIMENTO, 1978, p.62). Esse “tal elogio exagerado” induz a concepção de que beleza foge as “regras” tornando-se, uma exceção ser negra e bonita. Em concordância com Gomes (2003), uma das justificativas para desconsiderar o negro como belo, é o cabelo crespo, que o distancia, de seu espaço de beleza, vem de um contexto histórico e cultural que se constituiu entre as atitudes de preconceito racial no país.

Além disso, Debert (1999), retrata que esse modelo alimenta uma ideia de velhice como um período de retraimento em face da doença, numa perspectiva de dependência e

passividade que legitima as políticas públicas, baseadas na visão do idoso como um ser doente, isolado, abandonado pela família e alimentado pelo Estado. Concordo com a antropóloga, as vivências das estudantes 60+, que mesmo participando das Universidades Aberta à Terceira Idade vivem velhices, ou seja, compartilham experiências diversas, com escolhas e interesses múltiplos. E, tais trajetórias de vida podem se cruzar ao falarmos das opressões sofridas no tocante à velhice, raça e gênero. Pois sofrem por ser mulher numa sociedade patriarcal e machista, assim como, por ser velha é considerada inútil no contexto capitalista. E, ao incluir ser negra, os atos discriminatórios são ainda, mais severos em relação ao racismo.

Para a construção de um envelhecer saudável, Portella (2002), aponta que a demanda por ações de educação e saúde, para a população em questão. A considerar que a Organização Mundial de Saúde (OMS), define saúde como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e, não somente a ausência de afecções e enfermidades.”⁴. As narrativas apontam que as estudantes negras 60+, realizam atividades diversas e, sinalizam a importância de aprender e, se movimentar na terceira idade. Pode-se, dizer que a velhice é a fase de resgate e construção de novos saberes, é nessa troca que os laços são fortalecidos e, me faz lembrar as ideias de *Mauss*: “Qual é a regra de direito e de interesse que, nas sociedades de tipo atrasado ou arcaico, faz que o presente recebido seja obrigatoriamente retribuído [...]. Que força existe na coisa dada que faz que o donatário a retribua?” (2003, p. 188). Segundo o autor, as dívidas voltam, são recíprocas e, necessariamente devolvidas ou retribuídas. Sendo trocas materiais e/ou imateriais, ou seja, pode ser um objeto ou um sorriso, abraço, palavra, entre outros, sendo fundamentais, que essas trocas nas sociedades antigas ou modernas, respeitem as vontades e interesses individuais. Nas palavras das estudantes 60+:

“Ganhei um caderno e uma caneta e comecei a unir as palavras, criar frases e agora escrevo poesias. Muita gente chegou tímido na UATI e hoje está diferente. Eu, por exemplo, danço, escrevo poesias, meus textos estão em livros publicados, faço apresentação teatral e sou líder do grupo responsável pelos aniversariantes da UATI” (Denise).

“Sou aposentada há 25 anos, monitora de primeiros socorros, monitora na UATI como terapeuta comunitária e catequista. É bom trabalhar com pessoas da nossa idade. Além de monitora, sou estudante também e tenho ansiedade pelo aprendizado e gosto de coisas diferentes. Já estudei multimídias e fotografia também (Lourdes, 71 anos, nordeste).

“Sou professora aposentada, costurava, vendia roupas, artesanatos e outras coisas... Atualmente, eu amo sambar e sambo do meu jeito no grupo. Gosto também de tocar pandeiro, faço hidroginástica e pilates” (Celidalva, 78 anos, nordeste).

⁴Disponível em: <https://f156.com.br/a-organizacao-mundial-da-saude-oms-define-a-saude-como-um-479634>. Acesso em: 11 nov. 2022.

“Estou dançando, passeando, participo de atividades no meu quilombo, passeio e escrevo. Fui para cidade de Goiás com a UNATI e as demais estudantes me ajudaram e até com dinheiro para comprar meu almoço” (Maria Helena).

“Faço pós-graduação em arteterapia em Brasília e acredito que a arte é infinita” (Irmã).

Ao pensarmos no cruzamento das opressões sofridas por mulheres negras é relevante citar o machismo e, as violências devido ao modelo patriarcal existente na nossa sociedade. Nas palavras de Denise (78 anos, nordeste), “aprendi a dirigir porque meu marido dizia que eu não ia dirigir. Fui lá, e fiz minha carteira para desafiar ele.”

A intelectual Lélia Gonzalez⁵ (1989) afirma que “para a mulher negra, o lugar que lhe é reservado é o menor. O lugar da marginalização. O lugar do menor salário. O lugar do desrespeito em relação a sua capacidade profissional”. Assim, identificou-se que as estudantes negras 60+, vivem as velhices plurais, é verdade que ainda sofrem com o racismo estrutural, todavia, refletem, lutam e escrevem. Sim, trocamos os pratos por canetas, mas ainda precisamos espalhar mais “canetas”, como mencionado: “das frases surgiram poesias” (Denise, 68 anos, nordeste). E, desse encontro de mulheres negras estudantes 60+, brasileiras como esta pesquisadora negra e 30+, de maneira intergeracional, identificam mais uma forma de resistência para alertar a todos/as, de acordo Kabengele Munanga (2005, p.16),

[...] da memória coletiva e da história da comunidade negra não interessa apenas aos alunos de ascendência negra. Interessa também aos alunos de outras ascendências étnicas, principalmente branca, pois ao receber uma educação envenenada pelos preconceitos, eles também tiveram suas estruturas psíquicas afetadas. Além disso, essa memória não pertence somente aos negros. Ela pertence a todos, tendo em vista que a cultura da qual nos alimentamos quotidianamente é fruto de todos os segmentos étnicos que, apesar das condições desiguais nas quais se desenvolvem, contribuíram cada um de seu modo na formação da riqueza econômica e social e da identidade nacional.

Assim, “o trabalho intelectual da mulher negra na academia exige certa coragem, uma vez que, dentro das opressões que vivemos, nos vemos sobre o olhar do dominador que questiona nossa subjetividade e, nos apontam vulnerabilidade” (NATÁLIA, 2018, p. 754). Nas palavras da estudante 60+ Carmosina, o povo fala que velha não tem serventia, mas, sua velhice é sua, você quem faz.

⁵ Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/11/19/racismo-e-machismo-mantem-mulheres-negras-no-grupo-de-menores-salarios-do-pais>. Acesso em: 20 ago. 2022.

3.4 Sexualidade: Namorar nessa idade?

Aqui, falaremos pontualmente sobre esta questão, mas deixo um convite a vocês para aprofundar. Afinal, na terceira idade relacionamentos afetivos são continuados durante as velhices e, outros são iniciados. Sim, as velhas ou pessoas idosas também namoram! Apesar dos estereótipos de que não são atraentes fisicamente, não têm interesse por sexo, ou são incapazes de sentir algum estímulo sexuals divulgadas em nossa sociedade. Alguns velhos trazem a sexualidade como um componente que não faz mais parte da sua vivência e, do seu dia a dia, seja por não terem companheiros (as) ou por não terem mais interesse (ARAÚJO, 2016). Vale lembrar, que as mudanças no corpo não são os fatores que impedem uma vida sexual ativa e satisfatória (ROZENDO; MEDEIROS, 2015).

As ideias relacionadas à sexualidade, e a terceira idade também são discriminatórias, alimenta-se no imaginário coletivo a ideia de inutilidade na velhice, período assexual ou até mesmo servir apenas para uma função. Dessa forma, neste período, o indivíduo teria que unicamente assumir o papel de avô, ou ainda, de avó, ao lhe ser delegado pelos filhos o cuidado de seus netos, na expectativa de que os monitorem enquanto concomitantemente realiza atividades como o tricô e assiste à televisão e, usufrui de sua aposentadoria (RISMAN, 2005). Percebemos, que as estudantes 60+, vivenciam a velhice de maneira ativa com cuidados com a saúde física e psicológica, cantam, dançam, escrevem, criam e muito mais... contrapondo-se, a essa ideia discriminatória, disseminada pela nossa sociedade baseada no etarismo, ou seja, o etarismo (ageismo), continua negligenciado como uma forma de discriminação (CARY; CHASTEEN; REMEDIOS, 2017).

As mulheres quando envelhecem, passam a sentir medo e vergonha de demonstrar e, viver sua sexualidade devido ao culto ao corpo jovem idealizado pela mídia que perpetua a convicção, de que a sexualidade esteja ligada à beleza jovial. Dessa forma, elas passam a optar por uma postura mais discreta e reprimida (SOUZA, 2015). As experiências compartilhadas indicam que atualmente as mulheres possuem mais liberdade para falar sobre sexualidade. Porém, é notório que tal assunto precisa de mais literaturas e, discussões, dessa maneira, concordo com Ballone (2007), alguns motivos que contribuem para uma visão errada acerca da sexualidade na velhice, é a falta de conhecimento acerca do assunto. Alguns relatos: “Meu namorado tem 74 anos e fazemos amor” (Maria Helena, 64 anos, Centro-Oeste). “Sou casada há 20 anos” (Irmã). “Os caras só tem interesse, por isso digo que minha casa é alugada (risos). Meu casamento não era agradável e me separei” (Adina, 62 anos, Sul).

Identificamos a escassez de informações sobre o processo de envelhecimento e as mudanças na sexualidade em diferentes faixas etárias, e especialmente na velhice, tem contribuído para a manutenção de preconceitos e, conseqüentemente, para a estagnação das atividades sexuais das pessoas com mais idade (RISMAN, 2005).

Os estudos sobre sexualidade e velhice são escassas e, ainda são mais raros, os que abordam a sexualidade na velhice LGBTQIA+. Henning (2017, p. 284), acentua que esse assunto é pouco conhecido no Brasil e, na América do Sul. Com relação ao olhar familiar sobre namoros na terceira idade, segundo Baggio e Vieira (2003), não é fácil para filhos e netos entenderem o namoro entre as pessoas idosas e conviverem com a nova situação. Os mais velhos não querem deixar de viver, muitos buscam a realização de desejos não satisfeitos até então. Sabe-se também que há famílias que apoiam e incentivam as relações conjugais na velhice. No entanto, a constatação de Baggio e Vieira possibilita inferir que as ações intergeracionais podem colaborar para superar as ideias discriminatórias. Afinal, em qualquer idade a pessoa precisa de afetos e companhia. Segundo Fernandes (2007), a matriz humana não condiz com a solidão, ou seja, não somos feitos para viver sozinhos.

Recordo sobre o envelhecimento ativo que deve permitir as idosas “realizar o seu potencial de bem-estar físico, social e mental ao longo da vida; implicar-se na sociedade de acordo com as suas necessidades, desejos e capacidades e usufruir de proteção, segurança e cuidados adaptados às suas necessidades” (WHO, 2005).

3.5 Pandemia e tecnologia: atualização do envelhecer na era digital.

Essa cultura da virtualidade real, denominada e, descrita pelo sociólogo *Castells*, trata-se da cultura do mundo digital, onde as novas tecnologias promovem mudanças no modo de viver da sociedade, influenciando o sentir e pensar do ser humano (CASTELLS,;CARDOSO, 2005). Ao passo que foi potencializada com o surgimento da Covid-19, e o isolamento social, no mundo, a partir de fatos noticiados, através da mídia, retratamos seu início em 31 de dezembro de 2019, em *Wuhan* na China e, com a determinação, em seguida, a instauração da Pandemia Mundial, que foi declarada no dia 11 de março de 2020, colaborou para transformações profundas em nossa sociedade, especialmente, na vida das pessoas idosas consideradas grupo de risco.

O grupo de pessoas idosas pode ser considerado um dos mais infoexcluídos. se comparado às demais faixas etárias, uma vez que, ao longo de suas vidas, suas experiências foram

adquiridas com tecnologias muito diferentes, do ambiente tecnológico existente na atualidade (BALL *et al*, 2019).

Foi também neste período, que a utilização dos recursos virtuais aumentaram e através de narrativas das estudantes 60+ o contato remoto, se apresentou como uma possibilidade de aprimorar os conhecimentos tecnológicos e interagir virtualmente, pois as aulas que antes eram presenciais passaram a ser remotas, as datas comemorativas eram celebradas por meio de festas virtuais, os vídeos caseiros tornaram-se rotineiros, as trocas de mensagens e imagens constantes, assim, as mudanças foram deixando as pessoas idosas ainda mais conectadas. Com a necessidade do distanciamento físico, grande parte das atividades relacionadas à educação, como aulas, eventos, cursos e oficinas tiveram que ser adequadas ao formato virtual (SANDARS *et al*, 2020).

Identifica-se, ainda o anseio das estudantes 60+ em participar de disciplinas sobre mídias digitais, e sua aplicabilidade com intuito superar os desafios enfrentados e, acompanhar o ritmo acelerado das mudanças digitais. Ao passo que, envelhecer com qualidade de vida é possível, quando o envelhecimento é compreendido como algo natural, que deve ser encarado com tranquilidade, mantendo uma vida ativa e engajamento social. (NERI, 2001). A inclusão digital promove o conhecimento e, acesso a recursos que permitem ao sujeito identificar e participar de seu contexto social, proporcionando a conquista da “cidadania digital” e, como consequência, viabilizando uma sociedade mais igualitária (RAYMUNDO; GIL; BERNARDO, 2019).

Saliento ainda, que em nosso país, é necessário destacar, a desassistência que as pessoas idosas sofrem, principalmente os de classe baixa, em consequência a ineficiência das políticas públicas em garantir um processo de envelhecimento com qualidade que lhes forneça uma sobrevivência digna e humana (REZENDE, 2008). Sinalizo ainda, que as narrativas apresentadas são de estudantes 60+ com acesso à internet e equipamentos digitais, sendo assim, é importante destacar que existem “questões de gênero, classe social, saúde, educação, fatores de personalidade, história passada e contexto sóciohistórico são importantes elementos, que se mesclam com a idade cronológica para determinar diferenças entre os idosos.” (REZENDE, 2008, p. 32), revelam:

“Não sei muito usar computador. Mas, na festa de São João criamos vídeos no celular dançando devido a pandemia” (Denise, 78 anos, nordeste).

“Fiz rodas online de terapia” (Lourdes, 71 anos, nordeste).

“Frequentei as aulas online e realizamos o carnaval virtual” (Maria Helena, 64 anos, Centro- Oeste).

“O vírus é universal. Eu gosto muito de sair, mas não me deixaram sair durante a pandemia” (Carmosina, 67 anos, nordeste).

Para Ribeiro e Paul (2018), em termos individuais o envelhecimento ativo possibilita que os indivíduos tomem consciência sobre a gestão e a influência que têm na sua vida, com recurso a mecanismos adaptativos, de aceitação e de autonomia. Dessa maneira, as estudantes 60+ anseiam por mais disciplinas relacionadas às tecnologias nas Universidades à Aberta Terceira Idade e, relataram as dificuldades para conectar-se virtualmente por meio de aplicativos. Essa questão foi identificada no decorrer das entrevistas virtuais e no grupo virtual, por exemplo, dificuldades para ligar e desligar o microfone e a câmera.

Ao falar do conceito qualidade de vida na velhice, percebemos que o avanço tecnológico está incluso e, percebemos uma separação entre os jovens e os idosos, com relação à informática, que em função da velocidade dos acontecimentos muitas vezes pode ser um fator de exclusão social e angústia para a idosa. Este assunto pode ser também um recurso para promoção de interações intergeracionais. Para a pessoa idosa, o acesso ao conhecimento e desenvolvimento de competências para o uso da tecnologia, é uma forma de promover o aprendizado nessa fase da vida (MACHADO *et al*, 2016).

3.6 Abuso ou cuidado?

Carmosina (67 anos, nordeste), relata: “Fui almoçar com três amigas velhas e, uma delas, contou que forneceu as senhas do cartão para a filha. Um tempo depois, a filha retirou 5 mil reais da conta bancária sem avisar”. A partir do relato supramencionado, é importante pensar sobre cuidados e abusos. Segundo Alda Britto da Motta, “violências específicas aos idosos” trata da invisibilidade das diversas formas de violências praticadas contra as pessoas idosas.

Mais do que o direito ao cuidado, o que se enfatiza é o direito à igualdade de oportunidades e de tratamento, como é possível ver no Portal do Envelhecimento do Núcleo de Estudos e Pesquisa do Envelhecimento (Nepe) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

O envelhecimento ativo pode ser abordado como uma política de Direitos Humanos voltada para os idosos, e envolve independência, participação, dignidade, acesso a cuidados. Muda a visão estratégica baseada nas necessidades de cuidados para uma baseada nos direitos de igualdade de oportunidades e de tratamento. Considera a responsabilidade dos idosos de exercerem suas participações no processo político,

social, comunitário à medida que há manutenção da autonomia (capacidade de tomar decisões pessoais) e independência (realizar funções relativas à vida diária) (PORTAL DO ENVELHECIMENTO, 2010).

Em 1995, a “*Action on Elder Abuse*”, definiu abuso contra a pessoa idosa, “qualquer ato, isolado, ou repetido, ou a ausência de ação apropriada que ocorre em qualquer relacionamento em que haja uma expectativa de confiança, e que cause dano ou incômodo a uma pessoa idosa” (Organização Mundial da Saúde, 2002, p. 3). Partindo da análise e revisão das definições já existentes de abuso no *National Center on Elder Abuse* (1998), Ferreira-Alves (2005) propõe uma definição dividida em sete tipos:

- ✓ **Abuso físico:** trata-se do uso não acidental da força física que pode resultar em ferimentos corporais, em dor física ou em incapacidade, sendo que as punições físicas de qualquer tipo são exemplos deste abuso. Também a sub e sobre medicação se incluem nesta categoria.
- ✓ **Abuso sexual:** refere-se ao contacto sexual não consensualizado de qualquer tipo com uma pessoa idosa.
- ✓ **Abuso emocional ou psicológico:** alude à infligência de angústia, dor ou aflição, por meios verbais ou não verbais; também se incluem nesta categoria a humilhação, a infantilização ou as ameaças de qualquer tipo.
- ✓ **A exploração material ou financeira** indicia o uso ilegal ou inapropriado de fundos, propriedades ou bens do idoso.
- ✓ **O abandono:** indica o afastamento de um indivíduo que tinha a custódia física ou que tenha assumido a responsabilidade de fornecer cuidados à pessoa idosa.
- ✓ **A negligência:** refere-se à recusa ou ineficácia em satisfazer qualquer dos deveres ou obrigações para com um idoso.
- ✓ **A autonegligência:** diz respeito aos comportamentos de uma pessoa idosa que ameaçam a sua própria saúde ou segurança. A definição de autonegligência exclui situações nas quais uma pessoa idosa mentalmente capaz, isto é, que compreende as consequências das suas decisões, toma decisões conscientes e voluntárias de se envolver em atos que ameaçam a sua saúde ou segurança.

Atentar-se, que, como alerta Serra (2005), a convivência das mulheres velhas com outras pessoas, não as eximem dos dissabores da solidão, posto que, se por um lado a coabitação familiar pode ser salutar para todas as gerações, por outro lado, pode ser geradora de violências, entre elas a violência simbólica –violência da invisibilidade da mulher idosa pelos familiares, como detentora de direitos. A esse respeito, é possível afirmar, que mesmo nas famílias nasce a cultura da violência, que vai desde o cuidado extremo e, limitante até a imposição de comportamentos relacionados a seu corpo.

A família inteira se torna cúmplice. Mina-se a resistência do ancião oprimindo-o com cuidados exagerados que o paralisam, tratando-o com uma benevolência irônica, falando-lhe em linguagem infantil, e até mesmo trocando, por trás dele, olhares de entendimento e deixando escapar palavras ferinas. [...] Impomos-lhes regras com relação ao vestuário, uma decência de maneiras é um respeito às aparências. É sobretudo no plano sexual que se exerce a repressão (BEAUVOIR, 1970, p. 921-922).

Na história compartilhada acima a pessoa idosa sofreu abuso, pois segundo Tueth (2000), a exploração financeira inclui a apropriação de recursos da pessoa idosa por outrem, a benefício próprio e de um modo desonesto. Tueth (2000, p. 104) alerta que “quando um cuidador ou parente mostra excessivo interesse pelos bens da pessoa idosa ou demonstra excessivo controle sobre a mesma, deve-se desconfiar de um possível abuso”.

Como preconiza o Ministério da Saúde “a violência intrafamiliar é toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outro membro da família. Pode ser cometida dentro ou fora de casa por algum membro da família, incluindo pessoas que passam a assumir função parental, ainda que sem laços de consanguinidade e, em relação de poder à outra” (BRASIL, 2001, p.15). No que se refere a violência financeira, pode ser definida como toda e, qualquer forma de apropriação de dinheiro, cartão e nome dos bens, de uma pessoa idosa para benefício próprio.

Pode-se falar também, sobre a vivência relatada, que a pessoa idosa foi responsável por compartilhar as senhas de seus cartões de crédito, ou seja, ela delegou à filha a responsabilidade de administrar suas finanças. Aqui cabe refletir que gerir os bens de uma pessoa idosa é também a incluir nas tomadas de decisão, prestar contas, compartilhar gastos e ganhos. Caso contrário, o uso dos valores e/ou bens materiais pode ser caracterizado como abuso. Conforme Ferreira:

[...] é exploração o uso, venda ou transferência de dinheiro, propriedade ou outros bens sem consentimento, assinatura forjada em cheques ou outros documentos financeiros e legais, grandes somas de dinheiro retiradas de contas bancárias sem o conhecimento do idoso (FERREIRA; ALVES, 2005 apud FERREIRA, 2014, p. 23).

Assim, Gondim (2011, p. 01), “a violência contra a pessoa idosa no âmbito familiar é um problema que se agrava e se estende, gradativamente, nos dias atuais. Algumas vezes as pessoas idosas precisam de cuidados de terceiros devido às questões físicas ou psicológicas. Por vezes pode ser temporário ou durante longo período. Dessa maneira, atentar-se para não infantilizar as pessoas idosas; possibilitar a autonomia e compreender a velhice como processo heterogêneo são fundamentais para assegurar os seus direitos.

Importante lembrar que o artigo 230, o qual define que o cuidado com a pessoa idosa é dever conjunto da família, do poder público e da sociedade. Sendo a autonomia e o respeito dispensados pela rede de apoio da pessoa idosa. Para Edelzuita (76 anos, nordeste) é importante os momentos de solitude é, basicamente, escolher ficar sozinho e ser feliz com essa escolha, ao mencionar que “vou ao teatro sozinha e não vou deixar de ir”. Ponderou que antes a mulher não sentava sozinha em restaurantes, “hoje eu vou e sento”. Tal atitude, expressa o que menciona Angela Davis, quando as mulheres negras se movimentam, toda a estrutura da sociedade se movimenta com elas. E nas ideias da estudante 60+ Maria Helena, somos mulheres pretas, velhas e independentes.

3.7 Grupo de Foco Online – Girassol e beija-flor: estudantes 60+ em busca da luz (educação) e na luta para reduzir o incêndio (opressões).

O grupo virtual foi iniciado com reflexão sobre os girassóis, assim como o girassol, que na ausência de luz busca a energia do outro girassol e, por isso volta-se para aquele que está ao seu lado, as estudantes 60+ e esta pesquisadora se reuniram para reflexões sobre racismo, velhices e gênero. No decorrer do encontro, além do girassol, Irma Liria (estudante 60+, Centro-Oeste) compartilhou a história do beija-flor que durante um incêndio fazia uma coisa diferente dos outros animais que fugiam. O beija-flor, apanhava gotas de água de um lago e atirava-as para o fogo. Entre girassóis e beija-flores virtuais, trocamos ideias, músicas, poesias, lágrimas e abraços virtuais.

Carmosina (estudante 60+, nordeste) cantou e encantou com música de sua autoria. Munidas de caneta e papel, as estudantes concordaram em participar da escrita criativa. Os motivadores foram o texto: “Não sou anônima” da professora e escritora Ryane Leão;

imagens do período escravista e algumas frases etaristas. A escrita criativa, segundo Assis Brasil (2007, p.58.), deve ser entendida como uma forma de ajudar cada indivíduo a desenvolver-se, a tornar-se um ser consciente de si, do espaço que o envolve e dos outros, sendo assim capaz de experimentar, no contato com eles, emoções, percepções e sentimentos que formam o seu mundo interior.

Pontuamos que a escrita criativa foi utilizada para desbloquear imaginação desenvolver o processo criativo e, reflexivo sobre as questões em discussão. Leite (1988) defende que os alunos devem ser produtores de conhecimento e, não apenas consumidores das informações que o professor traz para a sala de aula. Com base nisso, os textos das estudantes 60+ são fontes de conhecimentos, não são apenas participantes desse trabalho, são coautoras. Nas palavras de Assis Brasil (2011), é “a experiência corajosa de ir, com a bagagem mais íntima, ao encontro de outros que, por sua vez, trazem e partilham a sua própria intimidade”. Assim, os compartilhamentos das vivências e resistências no decorrer das vidas das estudantes 60+ no Brasil foi lido em grupo e agora dividido com você que também é girassol e beija-flor no enfrentamento das opressões mencionadas ao longo dessa dissertação. Nesse contexto, é preciso que haja espaço para um grupo que historicamente foi silenciado, ou seja, estamos aqui para refutar uma voz única (ADICHIE, 2009).

Escrevo na primeira pessoa do singular e do plural inspirada em Beatriz Nascimento que dedicou sua vida para denunciar e combater o racismo, como mulher ativista e negra, defendia que os negros deveriam assumir o protagonismo ao contar sua própria história.

Ao escrever em primeira pessoa, Beatriz faz um enfrentamento a escrita acadêmica hegemônica europeia apresentando uma proposta metodológica inovadora que possibilita uma escrita da História, em que a mulher e o homem negro se tornem protagonista: “Eu sou preta, penso e sinto assim” (NASCIMENTO, 1974, p. 94).

O uso das fotografias neste trabalho expressa também luta e resistência nesse sistema controlado pela supremacia branca que constrói e reproduz exclusão ao delimitar e fixar as mulheres negras em papéis físicos e sociais sempre de subalternidade. Além de construir padrões estéticos e rotular a presença social das velhas negras de maneira estereotipada. Nas palavras do autor:

Dos pontos de vista estético e ético, os negros estão nas margens da fotografia, tanto quanto ocupam as margens da sociedade. Isso implica dizer que o processo ideológico de diferenciação dos corpos tem como desdobramento a diferenciação dos espaços a serem ocupados. Os corpos negros – reduzidos à condição de objeto pela ideologia patriarcal e escravista – foram categorizados como modelo estético secundário sendo, por causa disso, empurrados para os espaços sociais

desprivilegiados, tais como a senzala, as periferias urbanas e as colunas policiais dos periódicos. Os corpos brancos – sustentados como modelo estético dominante – se integraram aos espaços privilegiados da casa grande e das colunas sociais. (PEREIRA; GOMES, 2001, p.214).

Assim, apresento os nomes, textos e imagens das onze interlocutoras. Afinal, segundo Lélia de Almeida Gonzalez, “negro tem que ter nome e sobrenome, senão os brancos arranjam um apelido...ao gosto deles.”

Figura 01 - Mulheres Negras



Fonte: Acervo pessoal

Figura 02 - Mulher negra beija-flor



Fonte: acervo pessoal

Mulher, mulher, Caminhamos por longas estradas no tempo, quase atravessamos o século. Percorremos verdades, mais de meio século. Ao longo do caminho, vários obstáculos, vencidos ou não, mas isso, pouco importa, pois, nesta caminhada, investimos em sentimentos, emoções, problemas soltos pelo ar, onde o vento, sempre leva pra bem longe, e se transformam em verdades, que nos fazem crescer. Sonhos, realizados, ou não, obstáculos vencidos. A vida prosperou, amanhã, começarei tudo novamente, porque o hoje, já, já vai terminar. E eu ainda, tenho uma longa história pela frente. Fuiiiiiiiii! (2023, Irma Liria, 69 anos, Centro-Oeste).

Evidenciar a escrita e velhice da população negra, especialmente de mulheres negras velhas, foi um dos desafios dessa pesquisa, pois estamos justamente trazendo para o centro, neste caso a Universidade, tudo aquilo que alguns setores conservadores insistem em tornar invisível. O desinteresse por essa pesquisa por alguns espaços acadêmicos; a falta de colaboração de determinados gestores; a escassez de literaturas sobre as Universidades Abertas no Brasil são alguns dos impasses enfrentados no decorrer deste trabalho. Ainda assim, a pesquisa continuou, como retratamos a seguir, a partir das contribuições de umas das interlocutoras do estudo.

Para *Sirley* (2023, 65 anos, Sul) “Somos mulheres negras 60+, resistência sempre! Se eu calar diante das injustiças que vivemos no dia a dia, estarei sendo injusta com todos que vieram antes de mim”.

Figura 03 - Resistência sempre



Fonte: Acervo da interlocutora

E o recomeço é diário, conforme texto de *Deny Oliva* (nome artístico):

O recomeço retrata a luta de uma mulher negra guerreira empoderada capaz de romper barreiras. Que guarda uma cicatriz, mas esta não impede de continuar sua luta em busca da felicidade, baseado no poder que sua história carrega, história essa que traz a descendência de reis e rainhas que fizeram da nossa ancestralidade e assim tem que se celebrar a vida. Viva a guerreira Ryane Leão porque ela não se cala, pois quem cala consente, afirma Denise Oliveira Santos (2023, 68 anos, nordeste)

Figura 04 - O Recomeço diário

Fonte: Acervo da interlocutora



A ancestralidade vai além de conhecer de onde vieram seus antepassados, é conectar-se com as identidades que foram destruídas ao longo da história e que colaboram para uma concepção equivocada de quem somos. Ouvimos a voz de nosso passado africano insistindo para que nos lembremos que ‘um povo sem ancestrais é como uma árvore sem raízes’” (HOOKS, 2019a, p. 319). Não caminhamos sozinhas, as que vieram antes de nós colaboraram para que neste momento fosse possível, enquanto escrevíamos, tínhamos a certeza de que juntas, nós, mulheres negras, recriaremos o quilombo do Palmares na atualidade (LIMEIRA; SEMOG, 1983).

Para Conceição Evaristo, atualmente uma das vozes mais representativas da literatura negro-brasileira, em seu primoroso texto “Literatura negra: uma voz quilombola na literatura brasileira” afirma:

O que caracteriza uma literatura negra não é somente a cor da pele ou as origens étnicas do escritor, mas a maneira como ele vai viver em si a condição e a aventura de ser um negro escritor. Não podemos deixar de considerar que a experiência negra numa sociedade definida, arrumada e orientada por valores brancos é pessoal e intransferível. E, se há um comprometimento entre o fazer literário do escritor e essa experiência pessoal, singular, única, se ele se faz enunciar enunciando essa vivência negra, marcando ideologicamente o seu espaço, a sua presença, a sua escolha por uma fala afirmativa, de um discurso outro – diferente e diferenciador do discurso institucionalizado sobre o negro – podemos ler em sua criação referências de uma literatura negra. (EVARISTO, 2017, p. 05).

No texto compartilhado por Maria Helena identificamos a presença das ideias de Conceição Evaristo, a seguir:

Figura 05 - Não serei mais anônima



Fonte: Acervo da interlocutora

Não serei anônima: nasci e cresci tendo que calar a boca e baixar os olhos. Minha mãe na sua sã sabedoria nos ensinou a calar para que não fossemos chicoteadas, por estas e outras razões não fui percebida ao longo da minha vida. Hoje vejo que tudo isso é passado; pois não só agora entendi que não era necessário baixar as vistas e ficar muda aquela era a forma que minha mãe encontrou para não nos ver humilhadas, já que ela tinha a pele clara, digo que por isso não aprendi a

falar. Porém, aprendi a rabiscar folhas com os desabafos. Tenho minhas escritas e também já falo em público desde que passei a fazer parte da UNATI e estou cada vez mais desenvolvida. Com isso, quero dizer que nunca mais serei anônima, declara (Maria Maria Helena Alves (2023, 65 anos, Centro-oeste).

O poder da fala reencontrado nas Universidades Aberta Terceira Idade apareceu nas narrativas de várias estudantes 60+, sendo este espaço educacional colaborativo para a libertar as vozes que são silenciadas ao longo da vida. Segundo Beauvoir (1990, *apud* ÁVILA, 2007), a velhice enquanto destino biológico de perdas é inquestionável; já como destino psicossocial, trata-se de uma realidade socialmente construída.

Falando em vozes, Carmosina, cantou e encantou com a canção Choro da África de sua autoria:

Figura 06 - Autora da canção - Chora da África



Fonte: Acervo da interlocutora

Uns Uns Uns (3x)
Terra difícil
Terra de dor
Terra difícil
Terra de dor
E a África meu Irmão (2x)
É uma Terra difícil
E uma Terra de dor
E a África meu Irmão
Fui pego como um bicho
Para viver em uma Terra que
Não conhecia dentro de um

Navio no porão parecendo um
Animal oh quanta dor quanta saudade
Eu tinha da minha gente meu Irmão,
Ou quanta dor, ao chegar na Terra que não conhecia fui tratado como um objeto uma mercadoria era levado para
Os mercados vendidos como uma mercadoria que não tinha desejo que
não tenha esperança oh meu Irmão
Senhor sempre obrigava todos a trabalhar àquele que se sentia doente era colocado no tronco para apanhar
Aquele que desobedecia era colocado no tronco para apanhar meu Irmão,
O sofrimento era tão grande que não tinha nada para apoiar, o
Senhor não tinha coração não tinha piedade dos nossos irmãos.
Ho! Ho! Ho!
Quanta dor Ho! Ho! Ho! (2x)
Quanta dor
Esse é o choro dá ingratidão
A falta de igualdade, a falta de amor
Quantos estão chorando os seus entes
Queridos que se foram muitos jovens
Isto é o choro de todos nós?

A autora também escreveu: Anônima eu nunca fui. Eu sempre fui a mais do meu tempo, tive a oportunidade de conhecer uma casa onde colocava os escravos no Recôncavo baiano senti tanta tristeza, mas vim com a certeza que tudo aquilo foi passado, e vivo a minha melhor idade. E, é esta porque conheci pessoas maravilhosas, tive assim a oportunidade ímpar na minha vida. Foi muito bom, muito bom mesmo e, foi dessa oportunidade que eu conheci você, que é uma pessoa maravilhosa e, estou muito feliz. Obrigada. (Carmosina, 67 anos, nordeste).

Ainda, sob esta ótica, Adina (62 anos, Sul) relata “Sejamos fortes, guerreiras por dentro e por fora, hoje posso dizer que tenho autoestima suficiente para entrar e sair de cabeça erguida, fortalecida e sendo mais uma que diz... NÃO SOU MORENA, SOU NEGRA!”

Figura 07 - Não sou Morena, sou Negra
Fonte: Acervo da interlocutora



Dessa forma, Sebastiana Nelsa (66 anos, Sul) declara:

Tenho mais de 60, sei que só agora estou começando a viver plenamente. Sei que toda mulher que fala é invencível. O silêncio faz parte da minha vida. O silêncio não faz parte da minha vida. Sei que sair de onde sair e estou aonde estou porque nunca me calei no momento de falar. O silêncio não nos permite sair do lugar.

Figura 08 - O poder das narrativas

Fonte: Acervo da interlocutora



Essas nossas vozes que buscam falar/gritar, como sinalizou as estudantes 60+, Adina e Sebastiana, expressam a negação de um sujeito, subalternizado, especificamente as mulheres negras e expressa a necessidade de mudanças no sentido de trazer vozes antes silenciadas para dentro do espaço universitário. Hooks (1995, p. 468) aponta o fato da mulher negra culturalmente não ser ligada ao ato de pensar, de produzir ciência, estão ligadas à objetificação e sexualização do corpo, o que faz com que “[...] sejamos intrusas para colegas de perspectivas estreitas”. Sinalizo ainda que o corpo da pessoa idosa geralmente é visto como desprovido de vigor e beleza. E outras vezes, o mito relacionado a mulher negra ser mais resistente, herança do período escravocrata que insistir em oprimir as mulheres, o que é ser guerreira? Sobrecarga? Thaiz Leão (2019, p.6) diz: “eu não sou guerreira.

Figura 09 - A linguagem corporal
Fonte: Acervo da interlocutora



A interlocutora Celidalva (78 anos, nordeste) declara “ Gosto de pandeiro e gosto muito de sambar”.

Figura 10 - Antes era anônima



Fonte: Acervo da interlocutora

A interlocutora Edelzuita (76 anos, nordeste) afirma, que antes era anônima:

Sei que só posso mudar o que construir, pois o que passou, passou... Viver o presente com sensatez e sabedoria é também aproveitar o melhor que está dentro de mim. Perdoando e se perdoando porque é uma dádiva chegar aos 76 anos e 8 meses depois de tantas intempéries. Sei que é preciso ter uma vida saudável e nada de angústia a espera do casamento e do lar feliz. Eu? Sou mãe e bem-sucedida! Posso afirmar que essa é a melhor idade e os questionamentos continuam: será que vejo é o que queria? Sei que aumentou o raciocínio e a sabedoria que outrora não tinha, ainda subo escadas e penso: será que tenho essa idade? É importante ter a sabedoria de Deus para vencer, eu venci!

As interlocutoras Celidalva e Edelzuita retomam sobre o envelhecimento ativo nas suas reflexões e ações. Celidalva expressa seu gosto por samba, gênero musical que foi reconhecido pela sua origem africana, fato que ocasionava uma forte repressão por parte do poder público. Na época havia perseguição policial, vigiando os locais menos favorecidos

que ‘praticavam’ o samba, que chegou a ser proibido. Essa proibição deu continuidade à repressão que já ocorria em relação aos costumes e cultura negra, assim, desde a abolição (quando samba começa a se formar como tal) até o samba ser aceito nas rádios a perseguição se fazia presente, sambistas eram presos, festas proibidas e instrumentos apreendidos.

Figura 11 - Sinônimo de luta



Fonte: Acervo da interlocutora

Somado a isso, Marinalva (70 anos, Sul) afirma, “Eu Mulher Preta 70 + preciso continuar lutando para ser reconhecida como pessoa e impor a nossa existência para essa sociedade que insiste em negar. Nós podemos ser tudo”.

Figura 12 - Resiliência



Fonte: Acervo da interlocutora

A interlocutora Lourdes Cruz da Silva (71 anos, nordeste) pontua: “Faça o bem, sem olhar a quem na terapia costumamos falar: quando a boca fala, os órgãos saram e, quando a boca cala os órgãos falam”. Por fim, resistência, luta e cuidado com a saúde mental estão presentes nas narrativas de Marinalva e Lourdes, uma vez que o racismo impacta as vivências das mulheres negras, conforme Cláudia Pons Cardoso, na sua tese de doutorado, “Outras Falas”:

[...] aponta como o racismo configura um elemento de destaque na experiência de opressão vivida pelas mulheres negras. Para as mulheres negras, o racismo é visto como uma estrutura de dominação e exclusão que marca profundamente suas vidas e, desta forma, a experiência com a intersecção das opressões racial e de gênero será a base para a produção de conhecimento, logo, as desigualdades raciais, conjuntamente com as desigualdades de gênero, definem a elaboração de uma epistemologia (CARDOSO, 2012, p. 72) .

Figura 13 - Interlocutoras da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Será que os “pratos” ainda estão sob as responsabilidades das mulheres negras ou a “caneta” os substituiu? Essa foi a indagação inicial analisada no decorrer deste estudo, nessa sociedade estruturada sob os alicerces da desigualdade racial, que ‘privilegia os brancos e inferioriza os negros, fazendo com que estes dois grupos se diferenciem, em particular, pela maior renda econômica e prestígio social do primeiro grupo e o menor poder aquisitivo e a inferiorização comunitária do segundo grupo’ (FERNANDES,1972; HASENBALG, 1979; IBGE/Pnad, 2019), somadas a essas opressões de raça, gênero e classe, as discriminações relacionadas as velhices impactam as vidas das mulheres, negras, velhas, pessoas idosas, experientes e estudantes.

Mesmo, apesar de a população brasileira ser constituída em sua maioria por pessoas negras (pretas e pardas) esse dado se altera na velhice, sendo a população branca a maior parte envelhecida. Pontua-se, que em Santa Catarina, estado com uma das maiores rendas médias per capita do Brasil, uma pessoa vivia em média 79,9 anos em 2019, segundo a pesquisa sobre o assunto divulgada pelo IBGE. No entanto, no Maranhão, cuja renda é a menor do Brasil, a expectativa média de vida naquele ano foi de 71,4 anos. De acordo com o estudo “Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil”, publicado pelo IBGE no final de 2022, apesar da população preta e parda representar a maioria do país, os integrantes desses grupos têm menos acesso à educação e, dependem mais do trabalho informal, duas situações que limitam o acesso a direitos básicos, como salário mínimo e à aposentadoria. Nas narrativas das interlocutoras, identificou-se que elas sofreram e sofrem opressões por ser mulher, negra e velha, nas palavras de Maria Helena, estudante 60+, “na UNATI notava que as pessoas me admiravam demais. O racismo está no sangue e, eu coloco minhas dores para fora através da escrita (Maria Helena, 65 anos, Centro-Oeste).

Nessa conjuntura excludente, com velhices desiguais entre as brasileiras, ideias estereotipadas sobre envelhecimentos e a supervalorização da juventude, na modernidade, tem aumentado o medo de envelhecer denominado pela terminologia: gerascofobia, ou seja, quadro fóbico específico, no qual o indivíduo desenvolve um receio patológico do fator envelhecimento, alheio a precauções. Com incentivos ao antienvelhecimento das últimas décadas, o desprezo pelos idosos/as aumentou e “a cada dia aumenta-se o interesse pelo envelhecimento bem-sucedido, com ótima qualidade de vida” (BATISTONI; NAMBA,2009, p. 734). É relevante dizer que a gerascofobia não se limita exclusivamente à questão do envelhecimento físico, pois também está associada a outras circunstâncias relacionadas à

velhice: a solidão, o sofrimento de doenças e a proximidade da morte. As estudantes 60+, pontuaram que a velhice é também fase de construções e desconstruções, “ir para a Unati foi um recomeço” (Adina, 62 anos, Sul).

No decorrer da pesquisa, alguns episódios merecem atenção, inicialmente, esta pesquisa precisou ser ampliada da região centro-oeste para as cinco regiões brasileiras. No Sudeste, foram encaminhadas por e-mail os documentos exigidos para interação com as estudantes 60+, porém não foram analisados e respondidos. No Norte, a insuficiência de dados sobre a Universidade Aberta à Terceira Idade impossibilitou o contato com as interlocutoras. Assim sendo, o trabalho de campo foi marcado por impasses que impactaram na proposta inicial, entretanto a rede construída ao longo deste estudo possibilitou também compreender que precisamos distribuir mais canetas (acessos nos espaços educacionais e ampliar as literaturas), elaboração de políticas públicas e ações educacionais na perspectiva intergeracional. Cito ainda que estamos rumo ao envelhecer cronológico (60+), caso contrário, a morte nos encontrará antes. Assim, falar sobre velhices é também sobre nós, são nas trocas que as transformações acontecem, “antes da UATI não era falante e devo muito a Universidade Aberta à Terceira Idade. Era toda quietinha” (Edelzuita, 76 anos, nordeste).

Durante a pesquisa identificou-se que todas as interlocutoras tiveram acesso à educação formal, com diplomas do ensino médio, graduação e/ou pós-graduação. E outra indagação surgiu: e as vivências das velhas negras sem acesso à educação formal? No decorrer da netnografia com essas mulheres, negras “velhas, pessoas idosas e experientes” percebi, que também é um ato de resistência e desconstrução de estereótipos. Afinal, a maioria das trocas de informações ocorre por meio de sistemas e tecnologia. Entretanto, há exclusão de algumas parcelas da população para o uso desse conhecimento, entre elas, os idosos (SARAIVA et al 2011). Tal situação, foi constada nas falas das interlocutoras, bem como no percurso do campo, a saber durante o grupo online tivemos dificuldade para ligar e desligar o microfone. Com as orientações necessárias e várias tentativas, nós conseguimos desligar, a saber foi realizado grupo online pelo WhatsApp devido ao uso cotidiano deste aplicativo pelas interlocutoras.

As experiências foram consideradas a partir de uma abordagem antropológica da velhice, sendo que o caminho até a velhice está ocorrendo, pois amanhã já estaremos mais velhas, ou seja, teremos nossa idade mais um dia. Além disso, identificou-se que as Universidades Aberta à Terceira idade colaboram para o desenvolvimento dos/as estudantes, entretanto o racismo afeta as experiências passadas e presentes, as velhas também namoram, o abuso

poder ser confundido com cuidado e a pandemia causada pelo Covid-19, foi marcada por lutos e aprimoramento digital. Assim, o processo de envelhecimento é contínuo e plural.

Nesse contexto, notei que as opressões na velhice são cruzadas, ou seja, ser mulher, negra e velha numa sociedade patriarcal, racista e etarista marcam profundamente as narrativas das estudantes 60+. Seja pela solidão, pela sensação de improdutividade, transformações corporais, limitações digitais ou pelos abusos físicos e psicológicos. Percebeu-se ainda, que a educação permanente e as interações sociais colaboram para o envelhecimento ativo. A experiência do grupo online, possibilitou o compartilhamento de experiências como: as poesias, as figuras, as narrativas e os afetos expressados virtualmente entre as interlocutoras, sendo motivadores dos conteúdos utilizados para elaboração dos textos sobre as velhices, educação e racismo compartilhados nesta dissertação.

As narrativas de vivências e resistências que nos permitiram, conectar com as questões de gênero, raça e velhice de maneira interseccional. Possibilitaram, além dessa reflexão sobre o cruzamento das opressões, que as velhices e a educação podem oportunizar as crianças, jovens, adultos e pessoas idosas por meio de compartilhamentos das experiências, aprender e a ensinar. Também aprendi com Professor Luiz Humberto Carrião (in memória) que o voluntariado, é a devolução a sociedade dos nossos aprendizados. Apresento meu primeiro incentivador, Luiz Carrião, em junho de 2018, antes mesmo do meu ingresso ao mestrado:

Figura 14 - Inspiração



Fonte: Acervo pessoal

Dessa maneira, tornar-se uma pesquisadora pode ser aprimorado a cada olhar, leitura, troca de experiência, nos “não”, na escassez de recursos e na frustração, ampliando a vontade

de conhecer e seguir sem “caixinhas” de certo ou errado; bom ou ruim; aprendendo a experienciar e registrar no seu diário de campo as conquistas e impasses ao longo da pesquisa, das quais, nós mulheres, negras, velhas, pessoas idosas, experientes e estudante somos como os girassóis que enfrentam e resistem as opressões. Afinal:

Os girassóis, por exemplo, que vistos assim de fora parecem flores simples, fáceis, até um pouco brutas. Pois não são. Girassol leva tempo se preparando, cresce devagar enfrentando mil inimigos, formigas vorazes, caracóis do mal, ventos destruidores. Depois de meses, um dia pá! Lá está o botãozinho todo catita, parece que já vai abrir. (ABREU, 2014, p. 15).

Pimentel e Silva (2012) afirmam, que o conhecimento empodera o idoso em sua tentativa de superar as dificuldades, ao mesmo tempo em que ele passa a exigir mais respeito, direitos e dignidade. Na relação entre diferentes gerações podem colaborar para uma nova perspectiva sobre velhices. A solidariedade intergeracional pode ser um fio condutor para a reversão de determinados valores, contribuindo para a ruptura de preconceitos e promovendo um efeito positivo para a saúde e o bem-estar dos mais velhos (Antonucci, 2007). Dessa maneira, incentivar a participação de outras gerações em eventos e nas trocas cotidianas, são estratégias para combater os estereótipos, como vemos a participação de Eduarda Sophia, 6 anos, no evento em Comemoração aos 30 anos da Universidade Aberta à Terceira Idade, no Centro-Oeste, ocorrido em novembro de 2022. Alertado pela interlocutora, “é necessário conversar sobre velhice na escola desde a infância” (Edelzuita, 76 anos, nordeste).

Figura 15 - Intergeracionalidade



Fonte: acervo pessoal

As mulheres negras e velhas escrevem as suas próprias histórias, pois muitas histórias importam (ADICHIE, 2013). E estas precisam de compartilhamentos nas universidades, nas casas, escolas e etc. As velhices como a infância, a juventude e a fase adulta fazem parte do ciclo da vida. Chegar às considerações finais da pesquisa me coloca em contato com a sensação de que ainda, há muito que precisa ser documentado sobre velhices, especialmente, das mulheres negras.

REFERÊNCIAS

Primária

ABREU, Caio Fernando. **Pequenas Epifanias**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2014.

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento Justificando, 2018.

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento Justificando, 2018.

ANTONUCCI, T., & Akiyama, H. **An examination of sex differences in social support among older men and women**. *Sex Roles*, 17(11/12), 737-749. 1987

ÁVILA, A.H, & GUERRA, M. **Se o velho é outro, quem sou eu?** A Construção da Autoimagem na velhice,07-18. Pensamento Psicológico. 2007.

BATISTONI, S. S; NAMBA, C. S. **Idade subjetiva e suas relações com o envelhecimento bem-sucedido**. *Psicologia em Estudo*, Marin-gá, v. 15, n. 4, p. 733-742, 2010

BARBOSA, R. F. *et al.* **Qualidade de vida na terceira idade**: um estudo de caso com os beneficiários do Programa 'Leite da Paraíba' na cidade de Campina Grande/PB. In: Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia – SEGET, 2005. Anais... 2008. Disponível em: http://www.aedb.br/seget/artigos08/377_qv%20SEGET.pdf. Acesso em: 20 nov.2021.

BARROS, Moraes Lins. (org.). **Velhice ou terceira idade?** Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1998.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 nov.2021.

BRASIL. Lei nº 10.471, de 1 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 3 out. 2003. Estatuto do Idoso,

BRASIL. Lei nº8. 842, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso (PNI), cria o conselho Nacional de Idoso e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 4 de jan. de 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para Educação das Relações Ético-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

BRASIL. **Ministério da Previdência e Assistência Social. Plano de ação integrada para o desenvolvimento da política nacional do idoso**. Brasília, 1996.

BEHRING, E.; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. 9. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2011

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Branquitude e branqueamento no Brasil**. In: BENTO, Maria Aparecida Silva; CARONE, Iray. (Orgs.). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 25-57.

BENEDITO, Alessandra. **Igualdade e diversidade no trabalho da mulher negra: superando obstáculos por meio do trabalho decente**. 2008. 151 f Dissertação. (Mestrado em Direito Político e Econômico). Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo: 2008.

BIRMAN, Joel. **Terceira idade, subjetivação e biopolítica**. *Hist. ciênc. Saúde Manguinhos*, v. 22, n. 4, p. 1267-1282, 2015.

CABRAL, B.E.S.E. **Recriar laços: estudo sobre idosos e grupos de convivência nas classes populares paraibanas**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

CACHIONI, Meire **Quem educa os idosos? Um estudo sobre professores de universidades da terceira idade**. Campinas-SP: Alínea, 2003.

CANÔAS, C, S. **A condição humana do velho**. São Paulo: Cortez Editora, 1985.

COSTA SANTOS, Silvana Sydnei. **Concepções teórico-filosóficas sobre envelhecimento, velhice, idoso e enfermagem gerontogeriatrica**. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, vol. 63, n. 6, p. 1035-9, nov-dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/reben/v63n6/25.pdf>. Acesso em: 10 set. 2022

CHIMAMANDA, Ngozi A. **Sejamos todos feministas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

COLLINS, Patricia Hill. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In: MORENO, Renata (org). *Reflexões e práticas de transformação feminista*. São Paulo: SOF, 2015. [Originalmente publicado em 1989].

DAVIS, Angela Y. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEBERT, Guita G. A antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade, pp. 49-67. In: Lins de Barros MM (org.). **Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política**. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1998.

EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Os conselhos do idoso: controle social e democracia participativa**. In.: FALEIROS, Vicente de Paula; LOUREIRO, Altair Macedo Lahud (Org.). *Desafios do envelhecimento: vez, sentido e voz*. Brasília: Universa, 2006.

FALEIROS, Vicente de P.; REBOUÇAS, M. Gestão social por sujeito/idade na velhice; a experiência do IDADI. In: FALEIROS, V. P.; LOUREIRA, A. M. (Org.). **Desafios do envelhecimento: vez, sentido e voz**. Brasília: Universa, 2006.

FENALTI, Rita de Cássia Souza; SCHWARTZ, Gisele. Maria. **Universidade aberta à terceira idade e a perspectiva de ressignificação do lazer**. *Rev. Paul. Educ. Fís.*, São Paulo, 2003.

FERNANDES, J. H. (2007). **Solidão em idosos do meio rural do conselho de Bragança**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade do Porto, Porto

GEERTZ, Clifford. Prefácio” (7-10). Uma Descrição Densa: Por uma Teoria Interpretativa da Cultura (13-41); A Religião como Sistema Cultural (101-142); ‘Ethos’, Visão de Mundo, e a Análise de Símbolos Sagrados (143-159); A Ideologia como Sistema Cultural (163-205); Um Jogo Absorvente: Notas sobre a Briga de Galos Balinesa” (278-279). In: A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978 (1973).

GOLDMAN, Sara Negri; PAZ, Serafim Fortes; PORTELA, Alice. **Envelhecer com Cidadania: quem sabe um dia?**. Rio de Janeiro: CBCISS: ANG/Seção, 2000.

GOMES, Nilma Lino. Prefácio. In: MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. In: Caderno de formação política do Círculo Palmarino n.01 Batalha de Ideias. (2011). 2011.
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/271077/mod_resource/content/1/Por%20um%20feminismo%20Afro-latino-americano.pdf. Acesso em 18 de jun. de 2021.

HENNING, Carlos Eduardo. **Gerontologia LGBT: velhice, gênero, sexualidade e a constituição dos idosos LGBT**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 23, n. 47, p. 283-323, jan.- abr. 2017. Disponível em: . Acesso em: 20 jul. 2022

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: Ática, 1993.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogá, 2019.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. **Por uma História do Homem Negro**. In: RATTTS, Alex. Eu sou Atlântica: sobre a Trajetória de Vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial/Kuanza, 1974, p. 93- 98

MANN, C. & STEWART, F. **Comunicação na Internet e pesquisa qualitativa: um manual para pesquisar on-line**. London, Sage, p.126-159, 2000.

MOTTA, F. M. **Velha é a vovozinha: identidade feminina na velhice**. Santa Cruz: EdUniSC, 1998.

NAKAMURA, Eunice. **O método etnográfico em pesquisas na área da saúde: uma reflexão antropológica**. Saúde e Sociedade, São Paulo, v.20, n. 1, p.95-103, 2011.

MINÓ, N. M.; FARIAS, R. de C. P. **Percepções de crianças e adolescentes sobre o envelhecimento e estigmas ligados à velhice**, 2016. 105 p. (Dissertação de Mestrado em Economia Doméstica). Universidade Federal de Viçosa, 2016.

MILNITZKY, Claudia; SUNG, Florence; PEREIRA, Rodrigo Mendes. **Políticas públicas e envelhecimento: conquistas e desafios, envelhecimento e a bioética: o respeito a autonomia do idoso**. A Terceira Idade, v. 15, n. 31, São Paulo, 2004.

MOTTA, Edith. **Envelhecimento social**. A terceira idade. São Paulo: SESC, 1989, n. 2, ano 2, p. 16-39

MOTTA, A. B. da. **Envelhecimento e sentimento do corpo**. In: MINAYO, M. C. de S.; COIMBRA JÚNIOR, C. E. A. In: (organizadores). *Antropologia, Saúde e Envelhecimento*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2002. p. 36-50

NASCIMENTO, Maria Beatriz. **Quilombola e Intelectual**: Possibilidades nos dias da destruição. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018.

NERI, Anita Liberalesso. **Palavras-chave em gerontologia**. 4ª ed. Campinas-SP: Alínea, 2014.

NERI, Anita Liberalesso. CACHIONI, Meire. Velhice bem-sucedida e educação. In: NERI, A.L.; DEBERT, G.G. (Orgs.). **Velhice e Sociedade**. Campinas-SP: Pêros, 1999.

NERI, Anita Liberalesso. O fruto dá sementes: processos de amadurecimento e envelhecimento. In **Maturidade e velhice**: trajetórias individuais e socioculturais. Campinas: Papyrus, 2001.

OLIVEIRA, I. C. (2016). **Mulheres negras idosas**: a invisibilidade da violência doméstica Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, São Paulo, SP, Brasil.

PALMA, Lucia T. S. **Educação permanente e qualidade de vida**: indicativos para uma velhice bem-sucedida. Passo Fundo-RS: Ed. UPF, 2000.

PALMA, Lúcia Saccomori; CACHIONI, Meire. **Educação Permanente: perspectiva para o trabalho educacional com o adulto maduro e com o idoso. Tratado de Geriatria e Gerontologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2002.

PASCHOAL, Sergio Marcio Pacheco. Epidemiologia do envelhecimento. In: PAPAEO, N. M. **Gerontologia**. São Paulo: Atheneu, 2000.

PEIXOTO, Clarice. Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, idoso, terceira idade. In: **Velhice ou Terceira Idade**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

PRESTES, Clélia R. S.; PAIVA, Vera S. F. Abordagem psicossocial e saúde de mulheres negras: vulnerabilidades, direitos e resiliência. **Saúde e Sociedade** [online]. 2016, v. 25, n. 3. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-129020162901>>. Acessado 13 dezembro 2021.

PUC - GO - Pontifícia Universidade Católica de Goiás. **Plano de desenvolvimento: institucional – PDI**. 2017-2027.

STANO, R.C.M.T. **Espaço Escolar: um tempo de ser na velhice**. In: Kachar (org.); Longevidade um novo desafio para Educação. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

SOBRAL, Cristiane. **Não vou mais lavar os pratos**. Brasília: Athalaia, 2010.

TODARO, M. de A. **Vovô vai à escola: a velhice como tema transversal no ensino**

fundamental. Campinas, SP: Papyrus, 2009.

TORRES, Lisa V.; CARRIÃO, Luiz Humberto. **Universidade da Terceira Idade: Lugar de Idoso também é na escola.** Goiânia: Ed. PUC Goiás, 2017.

VALÉRIO, M.P. **A pouca adesão masculina aos grupos de atividades físicas para terceira idade.** 2001. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2001.

VERAS, R. P. **A longevidade da população: desafios e conquistas.** *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, Ano XXIV, v. 75 - setembro, 2003, p. 5-18.

ZAGÁBRIA, D.B. (2007). **Maus tratos contra idosos: A constatação da realidade social em Londrina.** Tese de doutorado em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: 34.

Secundária

DIAS, Luciana de O. **Ação Afirmativa: superando desigualdades raciais no Brasil.** In: SILVA, Marilena; GOMES, Uene José (org.). **África, Afrodescendência e Educação.** Goiânia: Editora da UCG, 2006.

DIAS, Luciana de O.; CASTRO, Ana Luísa Machado de. **Mulheres negras nas universidades e saberes decoloniais: por uma teorização de um pensamento feminista negro.** **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, Dourados, v. 9, n. 17, p. 535-561, jun. 2020. 2316-8323. Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/10293>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

FELISBERTO, Fernanda. **(Escre)vivências na diáspora: escritoras negras, produção editorial e suas escolhas afetivas.** Uma leitura de Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo, Maya Angelou e Zora Neale Hurston. (Tese de Doutorado) Pós-Graduação em Literatura Comparada da UERJ. Rio de Janeiro, 2011.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Editora LTC, [1926] 2008.

HADDAD, Sérgio. **A Educação Continuada e as políticas públicas no Brasil.** **REVEJ@ - Revista de Educação de Jovens e Adultos.** v. 1, n. 0, p. 1-113, ago. 2007. Disponível em: <<http://www.oei.es/noticias/spip.php?article985>>. Acesso: 24 dez. 2012.

HENNING, Carlos E. **Nem no Mesmo Barco nem nos Mesmos Mares: gerontocídios, práticas necropolíticas de governo e discursos sobre velhices na pandemia da COVID-19.** **Cadernos De Campo**, São Paulo, v. 29, n. 1, 2020.

KOZINETS, Robert V. **Netnografia: realizando pesquisa etnográfica online.** Porto Alegre: Penso, 2014

MACHADO, B. A. **“Escre(vivencia)”**: a trajetória de **Conceição Evaristo.** **História Oral**, v. 17, n. 1, p. 243-265, jan./jun. 2014.

MACHADO, L. R. et al. **Mapeamento de competências digitais: a inclusão social dos idosos.** **ETD-Educação Temática Digital**, v. 18, n. 4, p. 903-921, 2016.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; COIMBRA JR, Carlos E. A. **Entre a liberdade e a dependência**: reflexões sobre o fenômeno social do envelhecimento. In: Antropologia, saúde e envelhecimento. RJ: Fiocruz, 2002.

MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico do quilombo na África. **Revista USP**, São Paulo, n. 28, 1996.

RARA, Preta. **Eu, empregada doméstica**: a senzala moderna é o quartinho de empregada é a. 2019

RATTS, Alex. **Eu sou Atlântica**: Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006. Disponível em:

<<https://www.imprensaoficial.com.br/downloads/pdf/projetossociais/eusouatlantica.pdf>>.

Acesso em 15 de jun. de 2021.

RAYMUNDO, T.; GIL, H.; BERNARDO, L. Desenvolvimento de projetos de inclusão digital para idosos. **Revista de Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento**, v. 24, n. 3, p. 22-44, 2019.

REZENDE, C. B. **A velhice na Família**: estratégias de sobrevivência. 2008. 156f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Estadual Paulista “Julio de MesquitaFilho”, Franca, 2008. Disponível em: <http://www.franca.unesp.br/Home/Posgraduacao/ServicoSocial/Dissertacoes/Cristiane_arbosa>

ROCHA S. M. **Anais da ReACT** - Reunião de Antropologia da Ciência e Tecnologia v. 5 n. 5 (2022): Trabalhos Completos Apresentados nos Seminários Temáticos da VIII Reunião de Antropologia da Ciência e Tecnologia - ST27 Antropologia da vida diante da catástrofe. “Tolar de dentro.”

SANDARS, J. et al. **Twelve tips for rapidly migrating to online learning during the COVID-19 pandemic**. MedEdPublish, v. 9, p. n.1, p. 1-14, 2020.

SANTOS, Maria Fátima Souza. A velhice na zona rural. Representação social e identidade. In: NASCIMENTO-SCHULZE, C. **Novas contribuições para a teorização e pesquisa em representação social**. Florianópolis: UFSC, 1996.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**: vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. 2. ed., Rio de Janeiro: Graal, 1983.

GOUVEIA Thaiz Leão, **O exército de uma mulher só**, Caxias do Sul, RS: Belas Letras, 2009.

VERAS, Renato. **A longevidade da população**. In: Revista Serviço Social e Sociedade, n.75. São Paulo, Cortez, p. 5-18, 2003.

VERSIANI, Daniela Beccaccia. **Autoetnografias**: conceitos alternativos em construção. Rio de Janeiro: Letras, 2005.